



**DANIELE APARECIDA DA SILVA CRUZ**

**INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NO  
CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA:  
CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DAS PESQUISAS  
ACADÊMICAS**

**LAVRAS- MG  
2024**

**DANIELE APARECIDA DA SILVA CRUZ**

**INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NO CURRÍCULO DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DAS PESQUISAS  
ACADÊMICAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Formação de Professores, para obtenção de título de mestre.

Prof. Dr. Paulo Henrique Arcas  
Orientador

**LAVRAS- MG  
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca  
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Cruz, Daniele Aparecida da Silva.

Inserção da educação para o trânsito no currículo da  
Educação Básica: Contribuições a partir das pesquisas acadêmicas /  
Daniele Aparecida da Silva Cruz. - 2024.

98 p. : il.

Orientador(a): Paulo Henrique Arcas.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal  
de Lavras, 2024.

Bibliografia.

1. Trânsito. 2. Temas transversais. 3. Cidadania. I. Arcas,  
Paulo Henrique. II. Título.

**DANIELE APARECIDA DA SILVA CRUZ**

**INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NO CURRÍCULO DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DAS PESQUISAS  
ACADÊMICAS**

**INSERTION OF TRAFFIC EDUCATION IN THE BASIC EDUCATION  
CURRICULUM: CONTRIBUTIONS FROM ACADEMIC RESEARCH**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Formação de Professores, para obtenção de título de mestre.

Aprovada em 27 de março de 2024.  
Dr. Wesley Silva UNIFAL  
Dr. Regilson Maciel Borges UFLA

Prof. Dr. Paulo Henrique Arcas  
Orientador

**LAVRAS- MG  
2024**

## AGRADECIMENTOS

A Deus, toda honra e glória!

Ao professor, Dr. Paulo Henrique Arcas, pela orientação paciente e rica em apontamentos pertinentes e significativos que me fizeram evoluir como discente, profissional e ser humano. Uma pessoa pela qual serei eternamente grata, me oportunizou vivenciar experiências incríveis durante o percurso do mestrado.

Às professoras (es) e colegas do Programa de Pós-graduação em Educação, para além de conhecimentos, construímos uma parceria para a vida. Que continuemos com os diálogos fomentando as discussões que permeiam a área educacional.

Em especial, à Profa. Dra. Giovanna Cabral, pela oportunidade e parceria durante o Programa de Docência Voluntária. O sentimento é de gratidão! Me acolheu, deu autonomia, contribuindo com meu desenvolvimento profissional, certamente é uma referência para a construção da minha identidade docente.

À Universidade Federal de Lavras, por meio do Departamento de Gestão Educacional, Teorias e Práticas de Ensino, por oferecer-me a oportunidade de participação no Programa de Pós-graduação de tal renomada instituição, proporcionando a realização de um sonho: a obtenção do título de Mestre em Educação, pesquisando a área na qual atuo profissionalmente e defendo.

À Profa. Dra. Sayonara Cruz, minha prima-irmã, por ser inspiração de ser humano íntegro, esposa, mãe, filha e profissional. Grata pelos aconselhamentos e pelo apoio constante.

Aos meus filhos, Ana Clara e Vinicius, meus amores, espero ter sido exemplo de dedicação e disciplina durante o período dos estudos.

Ao meu esposo, Alessandro, pelo companheirismo, parceria e compreensão. Compartilhamos a mesma esperança, uma vida melhor para nossa família. Amo muito vocês!

Aos meus pais, Paulo e Maria Clara, e irmão, Juninho, gratidão pelos princípios e valores ensinados, os quais me fizeram ser uma pessoa persistente, resiliente e que anseia um mundo mais humano e justo para todos!

*" É preciso ter esperança, mas ter  
esperança do verbo esperar;  
porque tem gente que tem  
esperança do verbo esperar. E  
esperança do verbo esperar não é  
esperançar, é espera.  
Esperançar é se levantar,  
esperançar é ir atrás, esperançar é,  
construir, esperançar é não desistir!  
Esperançar é levar adiante,  
esperançar é juntar-se com os outros  
para fazer de outro modo..."*  
Paulo Freire

## RESUMO

A presente pesquisa desenvolvida no curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Lavras teve por objetivo levantar pesquisas acadêmicas (teses e dissertações) que abordem a educação para o trânsito em escolas de educação básica, visando conhecer/mapear como a temática tem sido inserida nos projetos escolares. A pesquisa se justificou pelo elevado número da acidentalidade no trânsito do país e pela legislação nacional do trânsito e educacional apontarem a relevância da inserção de temas sociais no contexto escolar por meio da transversalidade. Esta abordagem integra diferentes áreas do conhecimento, promovendo a interdisciplinaridade, de maneira a fornecer aos estudantes uma compreensão mais ampla e contextualizada dos conteúdos. Educar para o trânsito vai além de ensinar regras e normas de circulação, mas sim despertar nos estudantes um pensamento crítico e reflexivo, capacitando-os a serem multiplicadores na promoção de um trânsito mais responsável e seguro, contribuindo para uma sociedade justa, igualitária e humanizada, por meio do exercício da cidadania. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo em teses e dissertações disponíveis nos repositórios da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações no período de 1996 a 2022. A análise e interpretação dos dados foi sustentada pela análise de conteúdo de Bandin (1997). O aporte teórico se fundamentou em autores da área do trânsito e educacional, como: Araújo (2000), Arroyo (2011), Ausubel (2003), Canário (2012), Freire (1996), Hoffmann, Cruz e Alchieri (2003), Kiefer (2015), Libâneo (1992), Rozestraten (2004), Scheneider (2020), entre outros. As análises apontaram alguns obstáculos para a inserção efetiva da educação para o trânsito nas escolas de educação básica, como divergências em documentos normativos, falta de orientações e interesse dos profissionais da educação, políticas públicas inconsistentes, conteúdos programáticos rasos, dificuldade de compreender a temática, improvisação nas atividades, formação inicial e continuada e falta de apoio da gestão educacional e escolar. Surgiram possibilidades relevantes, tais como a utilização das tecnologias digitais como instrumento pedagógico, formação continuada de professores a distância, metodologias de ensino fundamentadas em aulas dialógicas, participativas e lúdicas, e a Gestão Escolar Participativa. Este trabalho resultou em um produto educacional, documento orientador para gestores educacionais/escolares com o objetivo de subsidiar a discussão e reflexão da importância da inserção da educação para o trânsito no contexto da educação básica.

Palavras-chaves: educação para o trânsito; cidadania; transversalidade; formação docente.

## **ABSTRACT**

The present research developed in the Professional Master's course of the Postgraduate Program in Education at the Federal University of Lavras aimed to survey academic research (theses and dissertations) that address traffic education in basic education schools, aiming to understand/map how the theme has been included in school projects. The research was justified by the high number of traffic accidents in the country and by the national traffic and educational legislation pointing out the relevance of including social themes in the school context through transversality. This approach integrates different areas of knowledge, promoting interdisciplinarity, in order to provide students with a broader and more contextualized understanding of the content. Educating for traffic goes beyond teaching traffic rules and norms, but rather awakens critical and reflective thinking in students, enabling them to be multipliers in promoting more responsible and safe traffic, contributing to a fair, egalitarian and humanized society, through the exercise of citizenship. This was a qualitative bibliographical research on theses and dissertations available in the repositories of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel and in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations in the period from 1996 to 2022. The analysis and interpretation of the data was supported by content analysis by Bandin (1997). The theoretical contribution was based on authors from the traffic and educational areas, such as: Araújo (2000), Arroyo (2011), Ausubel (2003), Canário (2012), Freire (1996), Hoffmann (2003), Kiefer (2015), Libâneo (1992), Rozestraten (2004), Scheneider (2020), among others. The analyzes highlighted some obstacles to the effective insertion of traffic education in basic education schools, such as divergences in normative documents, lack of guidance and interest from education professionals, inconsistent public policies, shallow programmatic contents, difficulty in understanding the topic, improvisation in activities, initial and continuing training and lack of support from educational and school management. Relevant possibilities emerged, such as the use of digital technologies as a pedagogical tool, continued training of distance teachers, teaching methodologies based on dialogic, participatory and playful classes, and Participatory School Management. This work resulted in an educational product, a guiding document for educational/school managers with the aim of supporting discussion and reflection on the importance of including traffic education in the context of basic education.

**Keywords:** traffic education; citizenship; transversality; teacher training.

## INDICADORES DE IMPACTO

O estudo desenvolvido visou identificar e analisar as formas como a educação para o trânsito vem sendo introduzida no currículo das escolas de educação básica. Além de contribuir para atender às determinações legais a respeito da oferta de educação para o trânsito na formação dos e das estudantes da educação básica. A pesquisa ofereceu uma análise do que vem sendo implementado, possibilitando apreender as contribuições, os desafios e as potencialidades que as experiências evidenciam para o aperfeiçoamento da inserção da educação para o trânsito no currículo escolar. Neste sentido, vislumbra-se que a pesquisa em questão oferece elementos que têm o potencial de impactar, a curto prazo, as propostas de formação inicial dos profissionais da educação básica, influenciando propostas formativas nas licenciaturas, a formação continuada dos profissionais que já atuam nas escolas e nas redes de ensino, tanto em salas de aula como na gestão de escolas e sistemas educacionais. Ao impactar os processos de formação dos profissionais da escola e da gestão educacional, espera-se contribuir com a implementação de propostas de educação para o trânsito que, a médio e a longo prazo, colaborem com a formação de cidadãos mais conscientes do seu papel no trânsito, favorecendo o respeito às normas e regras no trânsito e promovendo a reflexão sobre a temática da mobilidade urbana. Desse modo, compreende-se que a pesquisa tem o potencial de impactar a formação dos e das estudantes que são pedestres, condutores e formadores de opinião relacionadas a temática do trânsito e da mobilidade urbana. Esse potencial se encontra também plasmado no produto educacional resultante da pesquisa feita que possui caráter extensionista na área da educação, podendo ser utilizado de forma autônoma em propostas de formação em serviço, atingindo gestores escolares e educacionais, supervisores e docentes que atuam na educação básica em escolas das redes públicas e também podendo ser utilizado em processos de formação inicial de professores em cursos de licenciaturas, como já mencionado. Portanto, a abrangência do seu uso é ampla, podendo alcançar grupos de profissionais da educação em todo território nacional, haja visto que o produto educacional resultante da pesquisa possui divulgação em meios virtuais. Alinha-se diretamente com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos” (Objetivo 4), contribuindo para a garantia da formação plena dos estudantes, articulando-se com as políticas públicas educacionais de âmbito nacional, estadual e municipal. Contudo, ressalta-se que a pesquisa também se articula, de forma indireta, com

os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável “cidades e comunidades sustentáveis” (ODS 11) e “combate às alterações climáticas” (ODS 13), considerando que ambos se articulam com um trânsito seguro, fundamental para as cidades do futuro, e as questões de mobilidade urbana, importantes para a formação de ambientes sustentáveis e que minimizem os efeitos das mudanças climáticas.

## **IMPACT INDICATORS**

The study developed aimed to identify and analyze the ways in which traffic education has been introduced into the curriculum of basic education schools. In addition to contributing to meeting legal requirements regarding the provision of traffic education in the training of basic education students, the research offers an analysis of what has been implemented, making it possible to understand the contributions, challenges and potentialities that the experiences analyzed provide evidence for improving the inclusion of traffic education in the school curriculum. In this sense, it is seen that the research in question offers elements that have the potential to impact, in the short term, the initial training proposals for basic education professionals, influencing training proposals in degrees, the continued training of professionals who already work in schools and education networks, both in classrooms and in the management of schools and educational systems. By impacting the training processes of school professionals and educational management, it is expected to contribute to the implementation of traffic education proposals that, in the medium and long term, collaborate with the formation of citizens who are more aware of their role in the traffic, favoring respect for traffic norms and rules and promoting reflection on the theme of urban mobility. In this way, it is understood that the research has the potential to impact the training of students who are pedestrians, drivers and opinion makers related to the topic of traffic and urban mobility. This potential is also reflected in the educational product resulting from the research carried out, which has an extensionist nature in the area of education, and can be used autonomously in in-service training proposals, reaching school and educational managers, supervisors and teachers who work in basic education in public schools and can also be used in initial teacher training processes in undergraduate courses, as already mentioned. Therefore, the scope of its use is wide, being able to reach groups of education professionals throughout the national territory, given that the educational product resulting from the research is disseminated in virtual media. It directly aligns with the United Nations (UN) Sustainable Development Goal (SDG) “to ensure inclusive, equitable, quality education and promote lifelong learning opportunities for all” (Goal 4), contributing to ensuring

the full training of students, in conjunction with national, state and municipal public educational policies. However, it is noteworthy that the research is also linked, indirectly, with the Sustainable Development Goals “sustainable cities and communities” (SDG 11) and “combating climate change” (SDG 13), considering that both are linked to safe traffic, fundamental for the cities of the future, and urban mobility issues, important for the formation of sustainable environments that minimize the effects of climate change.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Temas Transversais nos PCNs.....	35
Figura 2 – Temas Contemporâneos Transversais na BNCC.....	38

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Quantitativo das Pesquisas .....	48
Tabela 2 – Ano de defesa, tipo de pesquisa .....	48
Tabela 3 – Tipo de instituição de ensino superior .....	49
Tabela 4 – Distribuição Geográfica IES.....	49
Tabela 5 – Áreas dos Programas de Pós-graduação .....	51

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Óbitos por sinistros de trânsito .....	14
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONTRAN	Conselho Nacional de Trânsito
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
IBICIT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PE	Produto Educacional
PCN	Parâmetro Curricular Nacional
PNATRANS	Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões do Trânsito
PPGE	Programa de pós-graduação em Educação
SENATRAN	Secretaria Nacional de Trânsito
TTCs	Temas Transversais Contemporâneos

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>21</b>
<b>3</b>	<b>REFLEXÕES ACERCA DA TEMÁTICA.....</b>	<b>25</b>
<b>3.1</b>	<b>Contexto histórico da educação para o trânsito no Brasil.....</b>	<b>25</b>
<b>3.2</b>	<b>Arcabouço legal do trânsito e educacional para implementação da educação para o trânsito na educação básica.....</b>	<b>29</b>
<b>3.2.1</b>	<b>Legislação do trânsito.....</b>	<b>30</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Legislação educacional.....</b>	<b>34</b>
<b>3.3</b>	<b>Discussão sobre currículo.....</b>	<b>39</b>
<b>3.4</b>	<b>Discussão sobre transversalidade.....</b>	<b>41</b>
<b>3.4.1</b>	<b>Problematizando a inserção dos temas transversais na escola.....</b>	<b>42</b>
<b>3.5</b>	<b>BNCC e educação para o trânsito.....</b>	<b>43</b>
<b>3.6</b>	<b>Discussão da formação de professores nesse contexto.....</b>	<b>45</b>
<b>4</b>	<b>PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>47</b>
<b>4.1</b>	<b>Sistematização e análise quantitativa dos dados.....</b>	<b>47</b>
<b>4.2</b>	<b>Análise e discussão dos resultados: o que revelam as pesquisas acadêmicas.....</b>	<b>52</b>
<b>4.2.1</b>	<b>Primeira Categoria – Contexto da iniciativa da inserção da educação para o trânsito na educação básica.....</b>	<b>52</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Segunda Categoria – Abordagem pedagógica.....</b>	<b>60</b>
<b>4.2.3</b>	<b>Terceira Categoria – Foco da pesquisa.....</b>	<b>65</b>
<b>4.2.4</b>	<b>Quarta Categoria – Obstáculos para inserção da educação para o trânsito no contexto da educação básica.....</b>	<b>71</b>
<b>4.2.5</b>	<b>Quinta Categoria – Potencialidades da inserção da educação para o trânsito no contexto da educação básica.....</b>	<b>76</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>83</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>86</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>92</b>
	<b>Apêndice A – Produto Educacional.....</b>	<b>92</b>
	<b>Apêndice B – Corpus Analítico.....</b>	<b>96</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O trânsito brasileiro é um dos mais violentos do mundo. Os números alarmantes de sinistros<sup>1</sup> e vítimas despertam um alerta para a administração pública e a sociedade civil, as quais devem se unir na realização de ações efetivas que possam reduzir o número de mortos e feridos no trânsito, buscando melhorias para uma convivência harmônica, mudanças de comportamento e posturas dos usuários das vias públicas. Para tanto, é preciso mobilização da sociedade. O quadro 1 traz o número de óbitos por sinistros no Brasil no ano de 2022.

Quadro 1 – Óbitos por sinistros de trânsito – Brasil - 2022

Óbitos por Sinistros de Trânsito - Brasil - 2022											
Usuário/Idade	Menor de 15 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	Idade ignorada	Total
Pedestre	180	177	505	736	908	893	819	710	343	116	5.387
Ciclista	38	71	121	158	235	267	257	151	46	2	1.346
Motociclista	112	998	3.716	2.643	2.117	1.427	736	249	55	5	12.058
Ocupante de triciclo motorizado	1	3	5	8	3	3	2	3	4	-	32
Ocupante de automóvel	292	320	1.468	1.437	1.282	1.085	749	427	159	7	7.226
Ocupante de caminhonete	16	14	52	51	51	55	44	21	11	-	315
Ocupante de veí. de transp. pesado	13	18	128	177	207	150	79	29	1	4	806
Ocupante de ônibus	7	11	24	19	15	25	14	6	5	-	126
Outros sinistros de transp. terrestre	156	331	1.417	1.269	1.226	1.004	669	332	153	41	6.598
<b>Total</b>	<b>815</b>	<b>1.943</b>	<b>7.436</b>	<b>6.498</b>	<b>6.044</b>	<b>4.909</b>	<b>3.369</b>	<b>1.928</b>	<b>777</b>	<b>175</b>	<b>33.894</b>

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Fonte: Datasus (2023).

Segundo Ferreira *et al.* (2020), os sinistros de trânsito acarretam impactos negativos a economia do país, dos estados, dos municípios, das empresas e dos cidadãos. A acidentalidade do trânsito com vítimas resulta em um alto custo econômico aos cofres públicos, à sociedade e sobrecarrega diversos sistemas de atendimento à população, como resgate a vítimas, atendimento médico, leitos hospitalares, remoção dos veículos, capacidade do sistema viário e gestão do sistema de mobilidade, além de outros impactos incalculáveis, como vidas ceifadas, sequelas permanentes e desarranjo de núcleos familiares.

Diante deste cenário compreende-se que investir em segurança viária vai além da nobre

<sup>1</sup> De acordo com ABNT NBR 10697, de 2020 a terminologia “sinistro de trânsito” é aplicada e definida, de forma geral, como “todo evento que resulte em dano ao veículo ou à sua carga e/ou lesões a pessoas e/ou animais, e que possa trazer dano material ou prejuízos ao trânsito, à via ou ao meio ambiente, em que pelo menos uma das partes está em movimento nas vias terrestres ou em áreas abertas ao público”.

missão de salvar vidas. Contribui para redução dos custos públicos com hospitalizações, seguridade social e perda de força produtiva, o que justifica a relevância da união de esforços do poder público e sociedade civil em prol da segurança viária.

O Governo Federal, no âmbito do Ministério da Infraestrutura, em 2018, instituiu por meio da Lei nº 13.614, o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS). As lesões no trânsito são a principal causa de morte de crianças e jovens de cinco a 29 anos de idade e atinge os mais vulneráveis, ou seja, pedestres, ciclistas e motociclistas, devido a sua menor experiência no trânsito e a dificuldade de avaliar situações de risco como é apontado no Pnatrans.

A necessidade em investimento pontuais deve começar na infância ao promover a formação cidadã dos usuários das vias públicas, objetivando a consciência e responsabilidade coletiva. Também é fundamental que os governantes fomentem políticas públicas para subsidiarem dinâmicas pertinentes à segurança no trânsito e a mobilidade urbana sustentável. Nas últimas décadas com o aumento significativo da frota nacional, a mobilidade urbana se tornou um grande desafio para os governantes, como revela Carvalho (2016):

O aumento do transporte individual motorizado e conseqüente redução das viagens do transporte público vêm contribuindo para a deterioração das condições de mobilidade da população dos grandes centros urbanos, principalmente em função do crescimento dos acidentes de trânsito com vítimas, dos congestionamentos urbanos e também dos poluentes veiculares (Carvalho, 2016, p. 7).

Diante desse contexto, gestores responsáveis pela mobilidade urbana passaram a investir em estratégias que tivessem como objetivo a prevenção de sinistros de trânsito. Foram criados programas escolares baseados na educação no trânsito, tendo como público-alvo crianças e adolescentes.

A mobilidade urbana e a educação para o trânsito estão intimamente relacionadas, já que a educação é ferramenta fundamental para que possa ser promovida uma mobilidade mais segura, eficiente e sustentável nas cidades envolvendo, não apenas a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis, mas também o desenvolvimento de uma cultura de respeito às regras de trânsito e aos demais usuários das vias públicas. Além disso, fundamentando-se em Paulo Freire (1996), educação é relevante a partir do momento em que transforma a construção do sujeito, incentivando uma visão crítica e reflexiva, capacitando para a seleção de boas escolhas quanto aos modais existentes e para a proposição de soluções mais adequadas às necessidades das diferentes comunidades urbanas.

Na Espanha, por exemplo, desde que foi publicado o Código de Circulação, em 1934, já

estava prescrita a obrigatoriedade de instruções no sistema educacional, o qual deveria abordar a prudência no tráfego e a segurança no trânsito. Atualmente, entre as propostas e recomendações existentes nas escolas, destaca-se a importância do trabalho interdisciplinar, conciliando aspectos teóricos e práticos, conforme descritos no Guia Didático de Educação Vial (Espanha, 2017), elaborado para orientar o trabalho dos professores espanhóis.

No Brasil foi instituído o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, considerado um dos códigos mais avançados do mundo e muito bem elaborado, pois trouxe consigo muitas inovações. Uma importante conquista foi que, pela primeira vez, o código trouxe um capítulo exclusivo para a educação, determinando, entre outros aspectos, a implementação da Educação para o Trânsito em todos os níveis de ensino. Segundo o CTB, a educação de trânsito é um direito de todas as pessoas e deve ser realizada desde a pré-escola (Brasil, 1997).

Como marco da legislação educacional, no tocante aos temas sociais, tem-se a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Mesmo considerando vários assuntos, a referida legislação não sinalizou a importância da inclusão da educação para o trânsito, apesar da sua finalidade principal ser a formação dos estudantes para o exercício pleno da cidadania, atendendo aos dispositivos normativos.

De acordo com o artigo 22 da LDB “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Brasil, 1996). Educar para o trânsito não se resume à prevenção da violência, mas de despertar no cidadão a responsabilidade social, a civilidade e a convivência harmônica na vida urbana. Educar para o trânsito é educar para a vida.

O artigo 32 da LDB (Brasil, 1996) complementa que o principal objetivo do ensino fundamental é a formação básica do cidadão, por meio da formação de atitudes e valores, bem como o aprendizado da tolerância recíproca necessária para a vida em sociedade.

Para fundamentar esses valores e subsidiar a inserção da educação para o trânsito no contexto escolar, o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), por meio da portaria nº 147 de 2 de junho de 2009, elaborou as Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito na pré-escola e no ensino fundamental, visando atender ao CTB e as orientações do Ministério da Educação (MEC). O objetivo era apresentar orientações e um conjunto de referências pedagógicas que incluíam o trânsito nas escolas e, simultaneamente, os Parâmetros Curriculares

Nacionais (PCNs) que apontavam a educação para o trânsito como um tema transversal local (Brasil, 2009).

O Conselho Nacional de Educação (CNE) abordou amplamente sobre a transversalidade no Parecer Nº 7, de 7 de abril de 2010:

A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (CNE/CEB, 2010, p. 24).

Diante desse contexto, a transversalidade inserida na escola, colabora para o desenvolvimento dos/das estudantes, despertando o senso de coletividade, além de posturas e condutas individuais comprometidas com a cidadania.

A temática do trânsito, por ser tratar de um problema contemporâneo da sociedade, deve ser inserida no contexto escolar, porém é escassa a formação inicial específica para tal tarefa. Além disso, a efetividade dos poucos programas educacionais existentes tem sido questionada, talvez pela ausência de indicadores avaliativos condizentes ou pela falta de embasamento teórico conceitual que conduza a aprendizagem significativa para além de conhecimentos de leis e regras (Faria; Braga, 2005).

As legislações vigentes do trânsito e educacional apontam a importância da inserção da temática no contexto escolar por meio da transversalidade. Diante de todos os desafios vividos no cotidiano da escola, como essa inserção pode ser conduzida? Quais estratégias utilizar? A atuação profissional da autora na área a conduziu ao mestrado em educação para pesquisar a temática, pois indagações provocavam a busca por subsídios que fossem capazes de oferecer respostas.

De acordo com Torquato e Bianchini (2013), a efetividade do trabalho com o tema trânsito dentro de sala de aula deveria ser aprendida na formação inicial do professor, através de disciplinas que abordassem o tema enfatizando a segurança no trânsito, a valorização da vida e a harmonia no convívio coletivo.

A formação de professores é um aspecto fundamental para a inserção da educação para o trânsito no contexto escolar por meio da transversalidade, com o objetivo de formá-los para desenvolverem o trabalho com competência, despertando nos estudantes uma reflexão crítica, transformando-os em cidadãos conscientes do seu papel nas vias urbanas, contribuindo para

uma sociedade mais ética e humana.

Como citado anteriormente, percebe-se que existe uma escassez de disciplinas em cursos de formação inicial que abordem a temática, sinalizando que uma mudança nesse cenário poderia advir da formação continuada dos professores, que deveria abordar desde aspectos teóricos sobre o trânsito até metodologias e recursos pedagógicos para trabalhar com a temática de forma transversal como é apontada pela legislação. A partir dessa formação, talvez os professores se sentissem mais aptos a elaborar atividades e projetos pedagógicos que integrassem a educação para o trânsito nas diferentes áreas do conhecimento.

Buscando atender o disposto na legislação, o Departamento Municipal de Trânsito de Lavras (DMTL/MG), onde a autora atua profissionalmente desenvolvendo ações de educação para o trânsito desde 2009, em parceria com a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, implementou o Projeto Rumo Certo que foi desenvolvido na rede pública municipal de ensino, contemplando todas as escolas municipais, urbanas e rurais, especificamente com o 4º ano do ensino fundamental anos iniciais, entre 2015 e 2019. Assim, foi concretizada a participação da administração pública na difícil tarefa de conscientizar estudantes sobre a sua responsabilidade no trânsito e no exercício da cidadania.

O projeto tinha como foco os estudantes, sua compreensão e importância quanto a segurança no trânsito, valorização da vida, adoção de comportamentos sociais e posturas individuais, o que poderia colaborar para a construção de uma sociedade mais consciente, humanizada e justa. Uma sociedade justa reque uma escola justa, os alunos aprendem de forma significativa e são educados para a vida, como alerta Gatti (2009).

Tendo em vista as experiências vivenciadas à frente do Projeto Rumo Certo, as muitas inquietações motivadas pela busca de fundamentação teórica referente a temática de como a educação para o trânsito tem sido inserida nas escolas de educação básica e da preocupação em como preparar os professores para atuarem com o tema da educação para o trânsito, surgiu a necessidade de aprofundar o conhecimento e buscar nas pesquisas científicas subsídios para essa discussão.

Para Freire (1996), a ação docente revela-se como base de uma boa formação escolar, contribuindo para a constituição de uma sociedade pensante. Nesse sentido, pretende-se que esta pesquisa relacionada à segurança no trânsito possa trazer contribuições para fomentar propostas para a formação dos profissionais da educação básica na inserção da temática no currículo escolar.

Como explicitado nesta introdução, tanto do ponto de vista normativo relacionado à

legislação do trânsito, quando do ponto de vista educacional, a temática da educação para o trânsito não é um tema novo, mas vem recorrentemente sendo tratado no mundo e no Brasil. Neste sentido, compreende-se ser relevante buscar nas produções acadêmicas elementos e/ou indícios de sinalizem como esse assunto vem sendo abordado na prática, com foco nas experiências que têm ocorrido no Brasil e que possam contribuir para pensar em como corrigir problemas, ajustar necessidades e colaborar com a formulação de propostas que auxiliem na inserção do tema no currículo escolar.

Assim, apresentou-se como objetivo geral desta pesquisa investigar como a educação para o trânsito tem sido inserida nos currículos da educação básica por meio de análise das pesquisas acadêmicas. Para tanto, determinou-se como objetivos específicos:

- Identificar e analisar as pesquisas acadêmicas, verificando se elas atendem os fundamentos da educação para o trânsito previstos em lei;
- Identificar as abordagens metodológicas utilizadas na inserção da educação para o trânsito, por meio das pesquisas acadêmicas analisadas;
- Analisar as propostas de educação para o trânsito considerando os elementos que viabilizam ou obstaculizam sua inserção;
- Propor um documento orientador para fomentar a discussão da inserção da temática da educação para o trânsito nos currículos das redes de ensino da educação básica, assim como subsidiar o desenvolvimento de ações de formação continuada para as/os docentes.

Esta pesquisa pretendeu trazer elementos que contribuam com a comunidade escolar fomentando a inserção da educação para o trânsito de forma transversal, de acordo com a legislação, buscando caminhos de diálogos efetivos entre a educação e a legislação, a escola e a universidade. Para Canário (2012), é preciso existir uma articulação eficaz entre a universidade e o chão da escola, o que irá contribuir para o desenvolvimento profissional docente, pois os principais recursos da educação são as pessoas, os saberes e as experiências mobilizadoras.

Sendo assim, Arroyo (2011) alerta que o currículo nas instituições de ensino deve fornecer, desde a infância, o direito ao conhecimento, às experiências, ao entendimento, à memória, à diversidade e à cultura, buscando a formação plena dos estudantes.

A metodologia adotada neste trabalho foi uma pesquisa bibliográfica, a qual, conforme Gil (2002), se caracteriza pela leitura, análise e interpretação do material selecionado. Com uma abordagem de cunho qualitativo, buscou-se nas produções acadêmicas conhecimentos científicos e dados que subsidiaram a investigação, procurando interpretar o fenômeno no seu contexto social.

O trabalho foi organizado em quatro seções. Inicialmente, a estrutura contou com introdução. Em seguida, traçou-se o percurso metodológico; a primeira seção tratou das reflexões teóricas acerca da temática; a segunda seção trouxe o levantamento quantitativo das produções acadêmicas publicadas em bancos de dados de teses e dissertações; na terceira seção foi apresentada a análise qualitativa dos dados; a quarta seção trouxe uma apresentação geral do produto educacional, cumprindo às exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Mestrado Profissional. Por fim, foram apresentadas as considerações finais, nas quais foram elencados os resultados da pesquisa. Em cumprimento ao determinado pelo programa de Pós-Graduação em Educação foi elaborado um Produto Educacional que foi apresentado no Apêndice A.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Na concepção desta pesquisa, em busca dos objetivos propostos, optou-se por uma pesquisa qualitativa, com o propósito de desenvolver um entendimento da temática pesquisada atrelada à pesquisa bibliográfica que engloba e requer um processo de levantamento, análise e descrição de publicações científicas de uma determinada área do conhecimento. Conforme Gil (2002, p. 45), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

O campo de investigação é a inserção da educação para o trânsito na educação básica, cuja escolha se justifica pelas demandas sociais no tocante ao tema, pela obrigatoriedade legal de sua inserção no currículo das escolas e, além disso, devido a sua vinculação com a atuação profissional da investigadora. Compreende-se que no contexto do mestrado profissional em Educação, a pesquisa tem como um dos objetivos buscar reflexões e conhecimentos teóricos que possam colaborar para o desenvolvimento docente e atuação profissional.

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica levantando as pesquisas acadêmicas (teses de doutorado e dissertações de mestrado) desenvolvidas sobre a educação para o trânsito, tomando como referência de recorte temporal a data de publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ou seja, as pesquisas defendidas entre 1997 a 2022.

O levantamento foi realizado em dois repositórios. O Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O propósito de utilizar ambos repositórios se deveu em razão da procura pelo maior número de trabalhos possíveis, considerando que algumas pesquisas podem ser encontradas em apenas um deles. O cruzamento dos dados em ambos repositórios ajudou a garantir localização da maioria das pesquisas defendidas no período estudado. Como termo de busca utilizou-se “educação para o trânsito”, escrito entre aspas.

Em uma primeira fase foram selecionados todos os trabalhos que abordavam a questão da inserção do tema da educação para o trânsito no currículo escolar e a formação professores e professoras para atuar com a temática, assim como trabalhos que destacavam o tema em recortes que poderiam contribuir para a pesquisa. Em seguida, foram lidos título e resumos e

elaborado um quadro síntese.

Inicialmente, realizou-se um levantamento preliminar com o intuito de verificar a viabilidade metodológica deste estudo, ou seja, localizar pesquisas de mestrado e doutorado que tivessem como foco a educação para o trânsito. Nesse processo foram encontradas 18 pesquisas no repositório do BDTD e 45 trabalhos no repositório da CAPES, e 23 pesquisas foram localizadas em ambos repositórios, totalizando 86 trabalhos.

Ao realizar a leitura dos dados dos trabalhos, como título, palavras-chave e resumos, foram descartadas 34 pesquisas acadêmicas que não versavam sobre o tema de educação para o trânsito. Desse modo, restaram 52 pesquisas para serem analisadas para a construção do *corpus* analítico.

A leitura dos resumos e, em alguns casos, dos textos das dissertações e teses, levou a uma nova seleção de trabalhos. As 52 pesquisas foram classificadas em dois tipos:

- trabalhos que abordam a educação para o trânsito em contextos não escolares, como autoescolas e outros espaços, além de problemáticas relativas à segurança no trânsito, que são 27 pesquisas;
- trabalhos que abordam a educação para o trânsito nos níveis de ensino, em que foram classificadas 25 pesquisas, que constituem o *corpus* analítico (Apêndice B).

Dentre as 25 pesquisas selecionadas, 21 são dissertações de mestrado e 4 teses de doutorado. Com relação ao ano de defesa, os trabalhos selecionados foram defendidos entre 1999 e 2020, sendo que entre os anos de 2004 a 2009 e no ano de 2012 nenhum trabalho foi defendido.

A análise das produções acadêmicas selecionadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na BDTD foram feitas tendo como referencial a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). As categorias e subcategorias que emergiram da leitura das pesquisas que constituem o *corpus* analítico foram:

**1ª Categoria** – Contexto da iniciativa da inserção da educação para o trânsito na educação básica: nesta categoria foram incluídos os trabalhos organizados de acordo com a natureza identificada nas pesquisas, ou seja, o foco da pesquisa em relação ao tema da educação para o trânsito. Os trabalhos classificados nessa categoria foram subdivididos nas seguintes subcategorias analíticas:

- ✓ Subcategoria 1.1 – Estudos Teóricos acerca da temática sem intervenção na escola: trabalhos cujo foco está no debate teórico sobre a educação para o trânsito.
- ✓ Subcategoria 1.2 – Ensino Superior com foco na educação básica: pesquisas que

analisaram propostas desenvolvidas no ensino superior voltadas para a educação básica.

✓ Subcategoria 1.3 – Propostas mistas / parcerias: pesquisas que investigaram iniciativas inserção da educação para o trânsito desenvolvidas em parceria entre diferentes instituições.

✓ Subcategoria 1.4 – Iniciativa da Escola: pesquisas que analisaram iniciativas levadas a cabo de forma autônoma por escolas e/ou docentes.

**2ª Categoria** – Abordagem Pedagógica: as pesquisas incluídas nessa categoria foram aquelas que versaram sobre o tipo de abordagem que as iniciativas de inserção da educação para o trânsito no currículo escolar tiveram. Nesse caso, foram organizadas em três subcategorias:

✓ Subcategoria 2.1 – Transversal: quando a proposta se fundamentava na inserção transversal da educação para o trânsito no currículo escolar.

✓ Subcategoria 2.2 – Interdisciplinar: quando a proposta desenvolvida estava embasada numa perspectiva interdisciplinar de inserção da educação para o trânsito no currículo escolar.

✓ Subcategoria 2.3 – Extracurricular: quando a proposta era desenvolvida sem uma articulação com o currículo escolar, mas como uma proposta à parte ou complementar a ele, seja na forma de projetos ou de ações pontuais.

**3ª Categoria** – Foco da Pesquisa: nessa categoria, buscou-se classificar as pesquisas de acordo com a centralidade do foco da investigação, ou seja, a discussão principal que os trabalhos explicitavam ou evidenciavam. Nessa categoria os trabalhos foram classificados nas subcategorias:

✓ Subcategoria 3.1 – Reflexões teóricas acerca da temática: discussões mais gerais sobre a inserção da educação para o trânsito, centradas nos aspectos teóricos.

✓ Subcategoria 3.2 – Formação Docente: propostas de formação docente inicial ou continuada para atuar com a educação para o trânsito.

✓ Subcategoria 3.3 – Estratégias Metodológicas: proposição de metodologias ou estratégias de ensino para a implementação da educação para o trânsito.

✓ Subcategoria 3.4 – Material Didático: estudos que se debruçaram sobre a elaboração de material didático para a implementação da educação para o trânsito no currículo das escolas de educação básica.

**4ª Categoria** – Obstáculos para inserção da educação para o trânsito no contexto da educação básica: nesta categoria foram identificados trabalhos que explicitaram problemas, dificuldades, obstáculos para a inserção da educação para o trânsito no currículo escolar

**5ª Categoria** – Potencialidades da inserção da educação para o trânsito no contexto da educação básica: pesquisas que evidenciam situações, iniciativas ou indicações exitosas que denotam o potencial para se inserir a educação para o trânsito no currículo escolar.

A partir das análises e conclusões que foram realizadas com base nos objetivos específicos desta pesquisa anteriormente apresentados, foi desenvolvido o produto educacional, exigência do mestrado profissional em educação, assim como contribuição desta pesquisa para a temática.

### **3 REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DA TEMÁTICA**

Nesta seção apresentam-se reflexões referentes a educação para o trânsito no contexto escolar da educação básica no Brasil, com o objetivo de discutir a temática a partir do conhecimento sobre: contexto histórico da educação para o trânsito, seus conceitos e definições, arcabouço legal do trânsito e educacional, problematização do currículo, da transversalidade, da promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da formação inicial e continuada de professores. A metodologia utilizada para tratar desses temas emprega estudos bibliográficos e documentos legais que dão sustentação a esta pesquisa.

O levantamento bibliográfico se deu por meio de busca em repositórios de trabalhos acadêmicos e artigos científicos que abordam a temática. Importante explicitar que essa busca não foi feita de modo sistemático, mas de forma exploratória, além disso, foram selecionados textos de autores conhecidos nas pesquisas relacionadas à temática, haja visto que o tema não é tão recorrente e esses autores, de modo geral, são utilizados para fundamentar pesquisas, estudos e discussões acerca do tema. Tais autores e autoras serão mobilizados na construção desta seção.

Quanto ao levantamento dos documentos que tratam da temática, a busca se deu a partir de dois critérios: o primeiro envolveu documentos que discutem a temática do trânsito e que revelam alguma interface com a educação para o trânsito; enquanto, o segundo, diz respeito à documentos alusivos diretamente à educação para o trânsito ou à educação de modo geral.

Com relação a alguns documentos cuja vigência já terminou, como, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais, no caso da educação, ou leis e decretos normatizadores do trânsito e que foram revogados foram utilizados na construção da trajetória da temática do trânsito e da educação para o trânsito no país, pois entendemos que reconstituir essa trajetória é um elemento relevante para contextualizar a discussão e situar o debate sobre ela.

#### **3.1. Contexto histórico da educação para o trânsito no Brasil**

Diante da expansão da industrialização no Brasil, a partir da década de 1930, fez-se necessário normatizar a circulação de veículos automotores para atender as demandas vindas do transporte de mercadorias (Frainer, 2010), surgindo assim o Primeiro Código de Trânsito, Decreto/Lei nº 2.994 de 28 de janeiro de 1941, com duração de oito meses, sendo substituído pelo decreto nº 3.651 de 25 de setembro de 1941 caracterizando o marco inicial da legislação

do trânsito no Brasil com finalidade de regulamentar a circulação nas vias do país.

Com a aceleração do crescimento das indústrias automobilísticas nacionais a partir da década de 50, provenientes do fim da Segunda Guerra Mundial e expansão da globalização, o governo desenvolveu políticas de crédito e redução de taxas de juros, para impulsionar a venda dos veículos automotores. Fomento importante para o desenvolvimento industrial e econômico do país, em contrapartida “o rápido crescimento da indústria automotiva brasileira, apesar de trazer benefícios para o desenvolvimento, trouxe também muitos prejuízos à sociedade”. (Schneider, 2020, p.52).

O Brasil vivenciou um significativo aumento da frota de veículos automotores em circulação, impulsionado pelo desenvolvimento econômico e pela expansão urbana. Esse fenômeno trouxe consigo muitos desafios e problemas relacionados ao trânsito, infraestrutura e à segurança viária.

Com esse aumento desenfreado, a partir da década de 70, ocorreu um aumento expressivo da frota de veículos que resultou em um tráfego cada vez mais intenso, principalmente nos grandes centros urbanos (Vasconcellos, 2013). As vias tornaram-se congestionadas e os deslocamentos cotidianos passaram a exigir mais tempo e paciência dos motoristas. Além disso, a infraestrutura viária nem sempre acompanhava o ritmo acelerado do crescimento das cidades, levando a engarrafamentos frequentes e condições precárias de circulação.

As cidades brasileiras não foram projetadas e planejadas para atenderem a demanda crescente de veículos automotores circulando em suas vias, este fato traz reflexos significativos aos dias atuais, prejudicando o desenvolvimento de uma mobilidade urbana sustentável e uma segurança viária aos usuários das vias públicas.

De acordo com Schneider (2020), junto com o aumento da frota de veículos automotores, também ocorreu uma aceleração no número de acidentes de trânsito, consequentemente aumentando mortes e feridos. O trânsito passou a ser uma das principais causas de mortalidade no país, que por sinal perduram até nos dias atuais, afetando todos os usuários das vias, não apenas os motoristas, mas também os pedestres e ciclistas. O desrespeito às regras de trânsito, a irresponsabilidade, a falta de infraestrutura adequada e a falta de consciência coletiva dos usuários das vias, contribuíram para esse cenário preocupante.

Os acidentes de trânsito causavam e continuam causando, danos humanos, sociais e psicológicos à sociedade. O aumento no número de mortos e feridos demandava e demanda recursos humanos e financeiros do sistema de saúde, sobrecarregando hospitais e unidades de

atendimento de emergência como nos aponta a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2018). Gasto público este que poderia ser revertido para outros fins. Além disso, vidas humanas ceifadas representava e representa uma perda irreparável para as famílias e para a sociedade.

Diante desse cenário alarmante, fez-se necessário pensar em políticas públicas efetivas para lidar com os desafios do trânsito no Brasil. A conscientização da população sobre a importância de um comportamento seguro e responsável no trânsito, bem como a necessidade de investimentos em infraestrutura e na melhoria das condições das vias, foram demandas urgentes.

Os acidentes de trânsito são evitáveis, cabendo às autoridades tomar medidas para solucionar a questão da segurança viária de uma maneira holística. Essas ações requerem o envolvimento de vários setores como transporte, fiscalização, saúde e educação por meio de intervenções planejadas, objetivando a melhoria da segurança nos veículos e na infraestrutura viária, bem como intervenções de segurança dos usuários, especialmente os mais vulneráveis (Lima, 2016, p. 13).

Nesse contexto, a educação para o trânsito no Brasil surge como uma ferramenta na busca por soluções, se originando em meio às crescentes demandas relacionadas com a segurança viária e a necessidade de desenvolver na população uma conscientização diante das regras e boas condutas no trânsito. Os desafios relacionados à imprudência e aos acidentes, fizeram-se evidências ao longo dos anos, exigindo ações efetivas do poder público e sociedade civil no que se diz respeito à promoção da segurança viária nacional e a formação de cidadãos responsáveis de seus deveres na sociedade.

O marco inicial das políticas de educação para o trânsito no país foi estabelecido com a reformulação do Código Nacional de Trânsito, em 1966 por meio da Lei nº 5.108 de 21 de setembro. Nesse código, foram acrescentadas disposições relacionadas à educação viária como um dos pilares das ações de segurança no trânsito, porém não foram exitosas no sentido de abrangência nacional.

No entanto, somente em 1997, com a criação do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) órgão máximo que regulamenta o Sistema Nacional de Trânsito e uma nova reformulação do Código de Trânsito através da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 trouxe consigo um capítulo exclusivo à educação para o trânsito em todos os contextos, passou a ser efetivamente regulamentada e incentivada em âmbito nacional.

Esse capítulo exclusivo surgiu diante de outro avanço significativo, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que estabeleceu as diretrizes gerais da educação brasileira e trouxe algumas referências relacionadas as demandas sociais, como à segurança

para o trânsito.

A LDB sinalizou a relevância da inserção de demandas sociais no contexto escolar. Com a elaboração dos PCNs em 1997, a educação para o trânsito foi reconhecida como um tema transversal local, a ser trabalhada de forma integrada com outras áreas do conhecimento. Essa abordagem transversal, uma proposta didático-pedagógica como nos aponta Araújo (2000), colabora com a formação de cidadãos críticos reflexivos, conscientes e responsáveis no trânsito, que compreendem a relevância do respeito às regras viárias e o exercício da cidadania.

Em 2009, precisamente, mais de uma década após os PCNs o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), por meio de suas determinações legais, em parceria com o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu diretrizes para a implementação da educação para o trânsito no Brasil na educação infantil e ensino fundamental. Essas diretrizes abrangem desde a definição dos conteúdos às metodologias e estratégias pedagógicas a serem adotadas nas escolas. Reconhecendo a importância da educação para o trânsito como um processo contínuo e sistêmico, que deve iniciar no primeiro nível de ensino e progredir ao longo de todas as etapas da educação básica.

A educação para o trânsito no contexto da educação básica passou por importantes evoluções ao longo das últimas décadas, no sentido de legislação, desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 até as novas configurações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017. Essas mudanças refletem a crescente preocupação da inserção da temática no contexto escolar, no que tange a formação de estudantes/cidadãos conscientes e responsáveis no trânsito, capazes de contribuir para a construção de um trânsito mais seguro, justo e humanizado.

Essa demanda torna-se evidente com a reformulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, os temas transversais passam a ser reconhecidos como Temas Transversais Contemporâneos (TTCs) e a consolidação da educação para o trânsito como uma política educacional reflete a compreensão de que a formação de cidadãos conscientes no trânsito não deve ser apenas uma responsabilidade dos órgãos de segurança viária, mas deve ser uma responsabilidade compartilhada entre o poder público, a sociedade civil e a escola.

A educação para o trânsito busca capacitar os estudantes para que se tornem multiplicadores na promoção de um trânsito mais seguro como confirma Schneider (2020, p.62) “as ações educativas buscam a formação de cidadãos éticos, capazes de refletir sobre o contexto em que vivem para atuar como agentes transformadores na construção de um trânsito mais seguro”, levando em consideração não apenas o cumprimento das regras, mas também o

desenvolvimento de valores éticos, como: solidariedade, empatia e respeito ao próximo.

Dessa forma, a educação para o trânsito, ao ser inserida no currículo escolar e disseminada nas mais diversas esferas da sociedade, visa desenvolver uma consciência crítica nos indivíduos, capacitando-os a serem multiplicadores na promoção de um trânsito mais responsável e seguro. Por meio de ações educativas, campanhas de educação e inclusão no contexto escolar, busca-se a formação de cidadãos que compreendam a importância de suas escolhas no trânsito e sejam capazes de agir de forma responsável, prevenindo acidentes e preservando vidas. Assim, a educação para o trânsito vem se consolidando ao longo dos anos, buscando superar desafios e avançando na efetiva implementação no contexto educacional.

### **3.2 Arcabouço legal do trânsito e educacional para implementação da educação para o trânsito na educação básica**

Este tópico tem como propósito apresentar o arcabouço legal que fundamenta a educação para o trânsito na educação básica brasileira. Para tanto, será apresentada tanto a legislação brasileira de trânsito, que trouxe as primeiras exigências da educação para o trânsito no currículo escolar, quanto a legislação educacional que passou a normatizar as possibilidades de inserir no currículo a educação para o trânsito.

Como marco da legislação educacional no tocante à temática nos pautaremos pela Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sinalizando a importância da inclusão no contexto escolar de temas sociais relevantes, como a educação para o trânsito, que tem por finalidade principal a formação dos estudantes para o exercício pleno da cidadania.

De acordo com o artigo 22 da LDB “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Brasil, 1996). Portanto, educar para o trânsito não se resume à prevenção da violência no trânsito, os sinistros, mas sim em despertar nos estudantes a responsabilidade social, a civilidade e a convivência harmônica na vida urbana.

Desse modo, deve-se considerar o ambiente escolar como propício para o desenvolvimento de ações efetivas por meio da interdisciplinaridade e transversalidade na construção de uma sociedade mais justa com um trânsito seguro, como afirma (Lima, 2016, p. 15).

O Trânsito trabalhado de maneira transversal tem como especificidade o fato de, além dos conhecimentos inerentes a ele, outros conhecimentos de áreas distintas nele convergirem e assim, ser possível integrar suas propostas educativas em todas as disciplinas curriculares tradicionais, sem a necessidade de criar uma nova disciplina curricular.

Sendo assim, este tópico abordará, a partir do arcabouço legal, a concepção de educação para o trânsito no contexto escolar, explicitada em leis e normas que devem balizar a inserção no currículo escolar, orientando sua implementação nas escolas de educação básica de maneira significativa, contextualizada e na perspectiva de uma temática transversal, como indicado na legislação vigente.

### **3.2.1 Legislação do trânsito**

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei Federal n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, é considerado um dos códigos mais avançados do mundo e muito bem elaborado, pois trouxe consigo muitas inovações. Pela primeira vez no Brasil, o Código de Trânsito Brasileiro trouxe um capítulo exclusivo à educação, determinando, entre outros aspectos, a implementação da Educação para o Trânsito em todos os níveis de ensino, o que se considera como uma grande conquista daqueles que defendem a inserção da educação para o trânsito no currículo escolar. Segundo o artigo 74 do CTB “a educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito” (Brasil, 1997).

A elaboração do CTB foi pautada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que em seu artigo 23, inciso XII, determina como “competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito” (Brasil, 1988).

Diante dessa determinação constitucional, o CTB elaborou um capítulo específico sobre a educação para o trânsito, norteando os gestores de trânsito a desenvolverem ações efetivas que atinjam os usuários das vias públicas e os estudantes. O artigo 76 do CTB orienta a educação para o trânsito no contexto escolar em todos os níveis de ensino (Brasil, 1997):

A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.

Parágrafo único. Para a finalidade prevista neste artigo, o Ministério da Educação e do Desporto, mediante proposta do CONTRAN e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, diretamente ou mediante convênio, promoverá:

- I a adoção, em todos os níveis de ensino, de um currículo interdisciplinar com conteúdo programático sobre segurança de trânsito;
- II a adoção de conteúdos relativos à educação para o trânsito nas escolas de formação para o magistério e o treinamento de professores e multiplicadores;
- III a criação de corpos técnicos interprofissionais para levantamento e análise de dados estatísticos relativos ao trânsito;
- IV a elaboração de planos de redução de acidentes de trânsito junto aos núcleos interdisciplinares universitários de trânsito, com vistas à integração universidades-sociedade na área de trânsito.

É relevante ressaltar que no artigo 76 do CTB explicita-se não apenas a inserção da temática no currículo, mas também a adoção de conteúdos da educação para o trânsito na formação inicial e continuada dos professores, ou seja, tema abordado nas licenciaturas e nos programas desenvolvidos para o desenvolvimento profissional docente em serviço.

Dando continuidade ao arcabouço legal, em 19 de setembro de 2007, o presidente da República Luis Inácio Lula da Silva<sup>2</sup>, no uso da atribuição que lhe conferia, por meio do art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição, decretou a criação, no âmbito do Ministério das Cidades, o Comitê Nacional de Mobilização pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito com a finalidade de diagnosticar a situação de saúde, segurança e paz no trânsito e promover a articulação e definição de estratégias intersetoriais para a melhoria da segurança, promoção da saúde e da cultura de paz no trânsito.

Essa ação deve ser compreendida como um avanço importante para a sociedade no que se refere à segurança no trânsito, pois o comitê foi composto por representantes de ministérios como: das cidades, da saúde, dos transportes, da justiça e da educação, contando ainda com representantes técnicos da sociedade civil, sem remuneração e com o objetivo da prevenção de acidentes de trânsito, da promoção da saúde, da paz no trânsito e da cultura de paz, visando à redução da morbimortalidade e ao aumento da expectativa e da qualidade de vida da população. O Decreto 10.179/2007 da criação Comitê Nacional de Mobilização pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito foi revogado pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro<sup>3</sup>, por meio do Decreto nº 10.179, de 18 de dezembro de 2019. Devido a criação do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS), Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018.

Plano este que tem como principal objetivo, a redução dos sinistros de trânsito em 50% até o ano de 2028, através de ações desenvolvidas pelo poder público e sociedade civil, ações que envolvem todos contextos da segurança viária. A legislação veio se consolidando ao longo

---

<sup>2</sup> O Presidente Lula esteve à frente do governo federal em dois mandatos consecutivos, de 2003 a 2006 e de 2007 a 2010.

<sup>3</sup> Gestão frente ao governo federal de 2019-2022.

dos anos, o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) que a partir de 16 de setembro de 2021, conforme decreto nº 10.788/21, publicado no Diário Oficial da União, deixou de existir e deu lugar a Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), por meio da Portaria nº 147 de 2 de junho de 2009. O DENATRAN elaborou as Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito na pré-escola e no ensino fundamental, para atender ao CTB e às orientações do Ministério da Educação (MEC). Tais diretrizes foram elaboradas com o objetivo de apresentar orientações e um conjunto de referências pedagógicas para a inclusão do tema trânsito nas escolas na perspectiva da transversalidade, como explicitado nas diretrizes da pré-escola e do ensino fundamental:

Estas diretrizes são destinadas às crianças em fase pré-escolar que, conforme o art. 30, da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, têm quatro a seis anos de idade.

Nestas diretrizes, você encontrará fundamentos, princípios e procedimentos ancorados:

I - Nas bases legais que orientam:

- a) os Sistemas de Ensino da Educação Brasileira;
- b) o Sistema Nacional de Trânsito.

II- numa dimensão conceitual de trânsito como direito de todas as pessoas e que compreende aspectos voltados à segurança, à mobilidade humana, à qualidade de vida e ao universo das relações sociais no espaço público;

III - nas propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil, constantes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;

IV - Numa abordagem que priorize a educação para a paz, a partir de exemplos positivos, capazes de desenvolver esquemas de interação com os outros e com o meio, oferecendo condições para que as crianças aprendam a ser, a estar e a conviver no trânsito;

V - em aprendizagens que favoreçam a aquisição de atitudes seguras no trânsito e reflitam o exercício da ética e da cidadania no espaço público;

VI - no reconhecimento das crianças como cidadãos cujos direitos devem ser preservados e legitimados.

O trabalho de Educação para o Trânsito nas pré-escolas proposto neste documento tem como principais objetivos:

I - considerar as capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança, garantindo um ambiente saudável e prazeroso à prática de experiências educativas relacionadas ao trânsito;

II- favorecer o desenvolvimento de posturas e atitudes que visem a segurança individual e coletiva para a construção de um espaço público democrático e equitativo;

III - respeitar as diversidades culturais, os diferentes espaços geográficos e as relações interpessoais que neles ocorrem;

IV - superar a concepção reducionista de que educação para o trânsito é apenas a preparação do futuro condutor;

V - criar condições que favoreçam a observação e a exploração do ambiente, a fim de que as crianças percebam-se como agentes transformadores e valorizem atitudes que contribuam para sua preservação;

VI - utilizar diferentes linguagens (artística, corporal, oral e escrita) e brincadeiras para desenvolver atividades relacionadas ao trânsito;

VII - proporcionar situações, de forma integrada, que contribuam para o desenvolvimento das capacidades de relação interpessoal, de ser e de estar

com os outros e de respeito e segurança no espaço público;  
VIII - envolver a família e a comunidade nas ações educativas de trânsito desenvolvidas (Brasil, 2009).

As Diretrizes ainda abordaram a inclusão do trânsito como tema transversal:

Estas Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito no Ensino Fundamental são referências e orientações pedagógicas para a inclusão do trânsito como **tema transversal** às áreas curriculares e ancoram-se nos seguintes fundamentos:

I - Nas bases legais que orientam:

- a) os Sistemas de Ensino da Educação Brasileira;
- b) o Sistema Nacional de Trânsito;

I - na dimensão conceitual de trânsito como direito de todas as pessoas que compreende aspectos voltados à segurança, à mobilidade humana, à qualidade de vida e ao universo das relações sociais no espaço público;

II - no reconhecimento do trânsito como tema de urgência social, de abrangência nacional, que apresenta possibilidade de ensino e aprendizagem e que favorece a compreensão da realidade e a participação social;

III - no conjunto de valores que regulam nosso sistema de convivência e que envolvem o pensar e o agir de cada pessoa, respeitando sua liberdade;

IV - nas fases de desenvolvimento do aluno e nas características específicas de cada etapa de ensino.

V - nas diversidades culturais, nos diferentes espaços geográficos e nas relações que neles ocorrem, nas características regionais e locais da sociedade, da economia e da clientela (Brasil, 2009).

As Diretrizes objetivam nortear a prática escolar voltada ao tema segurança no trânsito, oferecendo aos docentes da pré-escola e do ensino fundamental a oportunidade de desenvolverem atividades que despertassem nos estudantes a importância da adoção de posturas e de atitudes voltadas ao bem comum, favorecendo o convívio harmônico em sociedade.

Portanto, como essas diretrizes elaboradas pelo DENATRAN e MEC não eram obrigatórias, a escola poderia ou não inseri-las em seu currículo, não sendo determinada a efetiva implementação da temática da temática no contexto escolar em âmbito nacional, sendo assim, essa política não contribuíam efetivamente com as ações firmadas pelo poder público e sociedade civil acerca da redução da violência no trânsito.

Diante do contexto mundial com o objetivo de contribuir com ações para redução dos alarmantes índices da violência no trânsito, no dia 11 de maio de 2011, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), proclamou a Década de Ação pela Segurança no Trânsito (2011 – 2020). A década foi instituída com base em estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS) que registraram, em 2009, milhares de mortes por acidente de trânsito em 178 países (ONU). Teve como meta reduzir em até 50% as mortes no trânsito em todo o mundo, com ações pertinentes entre o poder público e sociedade civil.

Reconhecendo a relevância do problema e o fato de não se ter atingido a meta da

primeira década e a necessidade de agir, governos de todo o mundo declararam unanimemente - por meio da Resolução da Assembleia Geral da ONU nº 74/299 - a Segunda Década de Ação pela Segurança no Trânsito (2021-2030), com a meta explícita de reduzir mortes e lesões no trânsito em pelo menos 50%.

Em alinhamento com a Década de Segurança no Trânsito da Organização das Nações Unidas (ONU), no Brasil foi desenvolvido o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS) criado em 2018, através da Lei nº 13.614 do Ministério de Infraestrutura, com o objetivo de orientar os gestores de trânsito a implementarem ações com finalidade de reduzir mortes e lesões no trânsito.

O Plano passou por uma revisão em 2021 devido à prorrogação da Década de Ação pela Segurança no Trânsito da ONU (2021–2030) que contou com a contribuição de especialistas, de órgãos, entidades e representantes da sociedade civil. A meta é implementar 154 ações ali destacadas e que, juntas, têm o potencial de salvar cerca de 86 mil vidas até o ano de 2028 (Brasil, 2018).

Faz-se necessário que essas ações sejam de fato efetivas e cheguem a sociedade com um todo, através de esforços mútuos do poder público e sociedade civil, para que os cidadãos desenvolvam a consciência coletiva em prol da valorização da vida humana.

### **3.2.2 Legislação educacional**

A LDB define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição Federativa do Brasil e em seu Art. 1º § 2º, é garantido aos estudantes o direito a uma educação para o exercício da cidadania, a inserção no mundo do trabalho e a vida em sociedade:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (Brasil, 1996, Art.1).

A educação para o trânsito compreende uma temática relevante para a sociedade. Ela tem o papel de cingir o conjunto de conhecimentos relacionados ao deslocamento de todos os modais, o respeito às regras estabelecidas pela legislação nacional vigente, os direitos e deveres dos cidadãos, principalmente a utilização do espaço público em comum com segurança, respeito, colaboração, empatia e mínima exposição ao risco.

A educação para o trânsito determinada nos PCNs como tema local, assim como os temas transversais: a ética, o meio ambiente, a saúde, o trabalho e o consumo, a orientação sexual e a pluralidade cultural não são disciplinas autônomas do currículo escolar, mas temas transversais que perpassam todas as áreas do conhecimento. Estão sendo inseridos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano.

Com o objetivo de orientar a elaboração dos currículos escolares, conforme previsto na LDB, o Ministério da Educação (MEC) elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1997. Os PCN são um guia curricular organizado por disciplinas e por ciclos. E neles são abordados os temas transversais: ética, meio ambiente, pluralidade cultural, saúde e orientação sexual. De acordo com a figura a seguir.

Figura 1 – Temas Transversais nos PCNs.



Fonte: Giordano *et al.* (2023)

Os critérios adotados para a escolha dos temas são: urgência social; abrangência nacional; possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e favorecimento da compreensão da realidade e da participação social, como nos aponta na página 25 do Capítulo "Temas transversais / Saúde" do documento "Parâmetros Curriculares Nacionais" publicado pela Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação e do Desporto (Brasil, 1997).

Nos PCN's (1997, p. 270) consta que entre as primeiras causas de morte aparecem os

acidentes de trânsito, homicídios e suicídios, responsáveis por aproximadamente 75% dos óbitos de adolescentes do sexo masculino. Outro dado relevante se encontra em:

Torna-se prioritário o desenvolvimento da valoração ajustada de riscos. Para isso, é necessário trabalhar as informações relativas à incidência de agravos à saúde por acidentes de forma geral e, particularmente, na realidade do escolar, identificando os comportamentos seguros pertinentes a cada situação. É fundamental para a proteção à vida e à saúde, nessa idade, conhecer as regras básicas de segurança no trabalho e no trânsito e seu significado normativo e preventivo, tanto para o aprendizado da convivência social como para a aplicação imediata, na vida cotidiana, das medidas preventivas correspondentes (PCN, 1997, p. 280).

Desenvolver atividades com os estudantes de temas sociais relevantes do cotidiano por meio da interdisciplinaridade, que se conceitua por contextualizar um conteúdo por meio de duas ou mais disciplinas, é oferecer subsídios para que o aluno compreenda a valorização da vida, adotando comportamentos sociais e posturas individuais, colaborando assim para a construção de uma sociedade mais consciente, humanizada e justa. Segundo Menezes (2001), os temas transversais estão voltados para o entendimento e para a construção da realidade social e dos direitos e atribuições relacionadas à vida coletiva em sociedade, nesse sentido, abordam questões importantes e urgentes que corroboram com o cotidiano dos cidadãos.

O Parecer CNE/CEB 11/2010 publicado no D.O.U. de 9/12/2010 com a finalidade de regulamentar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos reafirma, (Brasil, 2010, p. 11 e 12) que “o acesso ao conhecimento escolar tem, portanto, dupla função: desenvolver habilidades intelectuais e criar atitudes e comportamentos necessários para a vida em sociedade”.

De acordo com (Brasil, 2010, p. 14) no referido parecer explicitamente a educação para o trânsito se encontra em destaque, sinalizando a importância da mesma em ser desenvolvida nas escolas de ensino fundamental: “Outras leis específicas, que complementam a LDB, determinam ainda que sejam incluídos temas relativos à educação para o trânsito” (Brasil, 1997). Legislações estas, do trânsito e educacional, apontando que os temas sociais têm um papel primordial na busca de formar cidadãos críticos e atuantes na sociedade, que sejam empáticos e tenham consciência da valorização da vida.

A Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, deixa claro em seu texto que a educação para o trânsito deve ser trabalhada de maneira transversal nas escolas de ensino fundamental (Brasil, 2010, p. 5).

Art. 16 Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo. § 1º Outras leis específicas que complementam a Lei nº 9.394/96 determinam que sejam ainda incluídos temas relativos à condição e aos direitos dos idosos (Lei nº 10.741/2003) e à educação para o trânsito (Lei nº 9.503/97). § 2º A transversalidade constitui uma das maneiras de trabalhar os componentes curriculares, as áreas de conhecimento e os temas sociais em uma perspectiva integrada, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010).

As Diretrizes Curriculares Nacionais são normas obrigatórias para a Educação Básica que têm como finalidade orientar o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino, norteando seus currículos e conteúdos.

A educação para o trânsito inserida nas escolas por meio da transversalidade está fundamentada e regulamentada também pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que foi instituída pela Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, devendo ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica (Brasil, 2017).

Artigo 8º os currículos, coerentes com a proposta pedagógica da instituição ou rede de ensino, devem adequar as proposições da BNCC à sua realidade, considerando, para tanto, o contexto e as características dos estudantes, devendo:

viii. manter processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular para os demais educadores, no âmbito das instituições ou redes de ensino, em atenção às diretrizes curriculares nacionais, definidas pelo Conselho Nacional de Educação e normas complementares, definidas pelos respectivos conselhos de educação;

§1º os currículos devem incluir a abordagem, de forma transversal e integradora, de temas exigidos por legislação e normas específicas, e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, que afetam a vida humana em escala local, regional e global, observando-se a obrigatoriedade de temas tais como o processo de envelhecimento e o respeito e valorização do idoso; os direitos das crianças e adolescentes; a educação para o trânsito; a educação ambiental; a educação alimentar e nutricional; a educação em direitos humanos; e a educação digital, bem como o tratamento adequado da temática da diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica, na perspectiva do desenvolvimento de práticas educativas ancoradas no

interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira (Brasil, 2017, p. 6).

Com a promulgação da BNCC, os temas transversais foram ampliados, recebendo nova nomenclatura: Temas Transversais Contemporâneos (TCTs), enquanto os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) abordavam seis temáticas e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aponta seis macro áreas temáticas (Cidadania e Civismo, Ciência e Tecnologia, Economia, Meio Ambiente, Multiculturalismo e Saúde) englobando 15 Temas Contemporâneos “que afetam a vida humana em escala local, regional e global” (Brasil, 2017, p. 19).

Figura 2 – Temas Contemporâneos Transversais na BNCC.



Fonte: Giordano *et al.* (2023).

Em 2019, o MEC desenvolveu o documento orientador: Temas Contemporâneos Transversais na BNCC – Contexto histórico e pressupostos pedagógicos, porém com as alterações propostas surgiram questionamentos e dúvidas quanto à implementação dos TCTs e de como articular os temas transversais com os demais conteúdos do currículo dentro das áreas do conhecimento, contextualizando e apresentando a relevância desses temas para a formação cidadã.

Diante desse contexto, é valioso um maior detalhamento para esclarecer como esses temas podem ser inseridos no contexto escolar e como poderão contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, harmônica, empática e ética.

### 3.3 Discussão sobre currículo

O currículo da educação básica abrange diferentes áreas do conhecimento que estabelecem as diretrizes, os objetivos e os conteúdos a serem trabalhados ao longo da trajetória escolar dos estudantes. Ele reflete as concepções, os valores e as demandas da sociedade em relação à formação plena dos indivíduos, já que o objetivo principal da educação básica é a formação integral de seus estudantes, corroborando com a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres na sociedade, através do exercício da cidadania.

A Educação Básica desempenha papel crucial no desenvolvimento integral dos estudantes, buscando fornecer-lhes os conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para sua participação ativa na sociedade. Nesse sentido, a inclusão de temas sociais relevantes, como a educação para o trânsito no currículo, torna-se necessária, tendo em vista a importância de tal conteúdo para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes. Uma reflexão significativa nesse contexto:

A consciência de que os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos. São uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas. Conhecimentos e práticas expostos às novas dinâmicas e reinterpretados em cada contexto histórico (Moreira; Candau, 2007, p. 9).

A discussão sobre a inclusão da educação para o trânsito no currículo da educação básica se destaca, pois se trata de uma temática que impacta diretamente a vida dos estudantes e da sociedade como um todo. Essa inclusão tem como fundamento a preparação dos estudantes para lidarem com os desafios cotidianos do trânsito, sejam como pedestres, ciclistas, passageiros e futuros condutores, proporcionando-lhes uma compreensão abrangente de suas responsabilidades como cidadão.

A educação para o trânsito abrange um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que visam a promoção da segurança viária, a responsabilidade e o respeito no trânsito envolvendo os usuários das vias públicas. Ela transcende a mera aprendizagem das leis e regras de trânsito, envolvendo diretamente questões de cidadania, ética, convivência e consciência harmônica e coletiva. Portanto, sua inserção no currículo da educação básica é essencial para proporcionar uma formação integral e contribuir para a construção de uma sociedade mais consciente, justa e participativa no trânsito (Lima, 2016).

Ao discutir o currículo da educação básica acerca da educação para o trânsito, é fundamental considerar que a formação dos estudantes não pode se restringir apenas aos

conhecimentos teóricos da temática, mas sim contemplar aspectos essenciais para a formação cidadã, desenvolvendo nos estudantes habilidades necessárias para serem comprometidos com o bem-estar coletivo da sociedade. A educação para o trânsito, inserida de forma transversal no currículo, contribui para a construção dessa formação integral, preparando os estudantes para enfrentarem os desafios e responsabilidades que envolvem a convivência coletiva no trânsito.

Entretanto, ao ser inserida no currículo é preciso que a educação para o vá além da mera transmissão de conhecimentos. Ela deve proporcionar experiências práticas, estimular o desenvolvimento de habilidades de análise crítica e reflexiva, promover discussões e reflexões acerca dos impactos do trânsito na sociedade, incentivar atitudes responsáveis e condutas éticas, além de fomentar ações concretas que promovam a segurança viária. Para isso, faz-se necessário contar com metodologia adequada, formação continuada de professores e parcerias com poder público e sociedade civil.

De acordo com Lima (2016), a abordagem dessa temática no currículo possibilita a criação de um ambiente educacional propício à aprendizagem de conceitos e valores relacionados à segurança no trânsito. As escolas desempenham papel fundamental nesse processo, fornecendo aos estudantes conhecimentos teóricos e estimulando práticas pedagógicas ao ar livre onde todos visualizam e vivenciam situações reais de risco no ambiente de circulação dos usuários das vias terrestres.

Nesses cenários podem ser contemplados diferentes aspectos, como a compreensão das normas, aos sinais e às leis de trânsito, a preservação da vida humana e a importância da prevenção de acidentes, promovendo, assim, a reflexão sobre a vida cotidiana no trânsito das cidades, questões como mobilidade urbana e o cuidado com o meio ambiente, incentivando a adoção de uma postura ética, de respeito aos direitos dos demais usuários.

A formação de cidadãos conscientes no trânsito contribui diretamente para a construção de uma sociedade mais segura, justa e responsável. Ao adquirir conhecimentos teóricos e desenvolver habilidades relacionadas à educação para o trânsito, os estudantes estarão mais aptos a tomar decisões assertivas, reduzindo os riscos de acidentes ao atuar como agentes de transformação em suas comunidades.

Portanto, a inclusão da educação para o trânsito no currículo da educação básica é uma medida fundamental para a promoção da cidadania. Ao abordar a temática, as escolas têm a oportunidade de formar estudantes capazes de interagir de forma segura e responsável no trânsito, contribuindo para a construção de um ambiente urbano mais sustentável e harmônico. Ao incluir a educação para o trânsito no currículo faz-se necessário articular a sua

contextualização com as demais disciplinas e áreas do conhecimento. A transversalidade é uma estratégia pedagógica que possibilita essa integração, permitindo que os conteúdos relacionados ao trânsito sejam trabalhados de forma contextualizada e interdisciplinar. Dessa forma, os estudantes podem compreender a relação do tema em diferentes aspectos da vida, como a física dos veículos, a geografia das vias, a história dos transportes, a matemática das estatísticas de acidentes, entre outros.

De acordo com Lima (2016, p. 36) “a interdisciplinaridade questiona a segmentação disciplinar entre os diferentes campos de conhecimento, referindo-se a uma relação entre disciplinas que produziria uma abordagem que levasse em conta a inter-relação e a influência entre elas”.

Portanto, “reorientar o currículo é buscar práticas mais consequentes com a garantia do direito à educação” (Moreira e Candau, 2007, p. 12). Sendo assim, a inclusão da educação para o trânsito no currículo da educação básica através da interdisciplinaridade e transversalidade representa um passo importante para a conscientização e promoção de uma cultura de paz no trânsito.

### **3.4 Discussão sobre transversalidade**

Para Lima (2016, p. 36), “a transversalidade diz respeito principalmente ao estabelecimento, na prática educativa, de uma relação entre aprender pela realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados, abrindo espaço para a inclusão de saberes extraescolares”

Ao adotar a transversalidade, busca-se superar a visão compartimentada do conhecimento, na qual as disciplinas são ensinadas sem conexões entre si ou com a realidade vivenciada pelos estudantes. A transversalidade reconhece que os desafios enfrentados pela sociedade são complexos e multifacetados, tendo uma abordagem integrada que transcende os limites disciplinares.

É nessa perspectiva que surgem os princípios da transversalidade como a palavra nos leva a entender, a “transversalidade” relaciona-se a temáticas que atravessam, que perpassam, os diferentes campos de conhecimento, como se estivessem em outra dimensão. Tais temáticas, no entanto, devem estar atreladas à melhoria da sociedade e da humanidade e, por isso, abarcam temas e conflitos vividos pelas pessoas em seu dia-a-dia (Araújo, 2003, p. 28).

Dessa forma, a transversalidade adotada no currículo da educação básica promove a contextualização entre diferentes áreas do conhecimento, permitindo a construção de pontes

entre disciplinas aparentemente distantes. Por meio dessa estratégia pedagógica é possível explorar temas transversais sociais impostos pela sociedade e que perpassam os conteúdos curriculares, como ética, cidadania, sustentabilidade, diversidade, saúde, entre outros.

Esses temas são pensados de maneira integrada, propiciando aos estudantes a compreensão do conteúdo programático em diferentes contextos e estimulando uma reflexão crítica reflexiva sobre questões sociais, ambientais e culturais (Araújo, 2003).

Além disso, a transversalidade estimula a construção de competências e habilidades nos estudantes, tais como o pensamento crítico reflexivo, a resolução de problemas, a comunicação, trabalho em equipe e a habilidade de relacionar conhecimentos de diferentes áreas. Essas habilidades são essenciais para que os estudantes possam enfrentar os desafios cotidianos da vida pessoal, profissional ou em sociedade, e sejam capazes de analisar situações complexas, tomar decisões assertivas e agir com conduta moral e ética em qualquer ambiente.

A adoção da transversalidade no currículo requer uma abordagem pedagógica e colaborativa, envolvendo a comunidade escolar, docentes e gestores. É preciso fomentar a troca de experiências e saberes entre os docentes, promovendo a integração e o diálogo entre as disciplinas. Além disso, é pertinente estabelecer parcerias com o poder público e sociedade civil, com agentes externos à escola, com objetivo de enriquecer as vivências e proporcionar aos estudantes aprendizagens significativas e contextualizadas.

Nesse contexto, a transversalidade adotada no currículo da educação básica representa oportunizar uma formação integral, preparando os estudantes para enfrentar a complexidade e a diversidade das demandas da contemporaneidade (Brasil, 2019). Através dessa estratégia ou abordagem, a escola se torna um espaço propício para o desenvolvimento de habilidades e atitudes que perpassam o domínio dos conteúdos disciplinares, promovendo uma educação mais contextualizada, crítica e reflexiva.

### **3.4.1 Problematizando a inserção dos temas transversais na escola**

A inserção efetiva dos temas transversais no contexto escolar é um desafio que requer a superação de diversas barreiras e demanda um processo de transformação curricular. Embora esses temas sejam fundamentais para a formação integral dos estudantes e estejam contemplados na legislação educacional, sua efetiva inserção no currículo enfrenta muitos obstáculos.

Um dos principais desafios diz respeito à fragmentação curricular, uma vez que o

modelo tradicional de ensino brasileiro ainda se baseia na divisão disciplinar rígida. Uma abordagem transversal exige uma mudança de paradigma, rompendo com a visão vedada das disciplinas e promovendo uma articulação entre diferentes áreas de conhecimento. Esse processo requer a integração das disciplinas, a identificação de conexões entre os conteúdos e o compartilhamento entre os docentes (Araújo, 2003), demandando atenção especial dos gestores escolares acerca da inserção efetiva dessa abordagem.

Outra questão é a formação dos docentes. Muitos professores não receberam na formação inicial preparação adequada para trabalhar de forma interdisciplinar e abordar os temas transversais em suas práticas pedagógicas. Lima (2016) destaca a necessidade do investimento em programas de formação continuada que preparem os docentes para utilizar essa abordagem pedagógica, fornecendo-lhes conhecimentos, recursos e estratégias metodológicas para integrar os temas no currículo de maneira efetiva.

A economia de recursos materiais e financeiros também representa um desafio na inserção dessa abordagem. Muitas vezes, as atividades e projetos transversais exigem materiais, equipamentos e espaços específicos que não estão disponíveis nas escolas. É fundamental que sejam destinados recursos adequados para suprir essas necessidades, permitindo a realização de atividades práticas e a criação de ambientes propícios à abordagem transversal.

Por fim, a resistência e a falta de compreensão por parte de alguns educadores e comunidades escolares também podem ser consideradas barreiras à inserção dos temas transversais. É importante promover políticas educacionais que incentivem a abordagem transversal no contexto escolar, principalmente na educação básica, garantindo apoio institucional necessário para sua efetivação.

### **3.5 BNCC e educação para o trânsito**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foi reformulada em 2017, com o objetivo de atender as novas demandas da sociedade. Os temas transversais ganharam atenção especial em 2019, passando a serem abordados como Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), através de um documento norteador : Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos:

Nos últimos 20 anos, desde a década de 97, vem-se consolidando a proposta de uma educação voltada para a cidadania como princípio norteador de aprendizagens. Essa proposta orientou, portanto, a inserção de questões sociais como objeto de aprendizagem e reflexão dos alunos. A inclusão das questões sociais no currículo escolar não é uma preocupação inédita, pois essas temáticas já vinham sendo discutidas e incorporadas às áreas das

Ciências Sociais e da Natureza, chegando mesmo, em algumas propostas, a constituir novas áreas, como o caso dos temas Meio Ambiente e Saúde. Apesar de os Temas Transversais não serem uma proposta pedagógica nova, com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, em dezembro de 2017, e na etapa do Ensino Médio, em dezembro de 2018, eles ampliaram seus alcances e foram, efetivamente, assegurados na concepção dos novos currículos como Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) (Brasil, 2019a, p. 4).

Diante dos desafios e demandas da sociedade contemporânea, os TCTs assumem um papel essencial na formação integral dos estudantes e no desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais para o enfrentamento dos desafios do mundo atual. Temas, como ética, cidadania (educação para o trânsito), sustentabilidade, diversidade e saúde, permeiam as diversas áreas do conhecimento, proporcionando aos estudantes compreensão mais ampla e contextualizada da realidade em que estão inseridos.

A promulgação da BNCC reforça a proposta de abordar os temas transversais, entre eles a educação para o trânsito, de forma integrada ao currículo escolar. A ideia é que esses temas sejam trabalhados de maneira interdisciplinar, permeando todas as áreas do conhecimento para a formação integral dos estudantes. A partir da nova proposta da BNCC, espera-se que os conteúdos relacionados à educação para o trânsito sejam trabalhados de maneira articulada com as demais disciplinas, promovendo uma reflexão crítica e conscientização dos estudantes sobre as questões relacionadas à temática do trânsito.

Com a ampliação dos temas e a efetivação dos novos currículos, surgiram os desafios e questionamentos “como trabalhar os temas de forma contextualizada e dentro das áreas do conhecimento e como mostrar a relevância desses conteúdos para a formação do cidadão” (Brasil, 2019a, p. 4). Importante um melhor detalhamento dos temas, de como serem trabalhados e articulados com todas as áreas do conhecimento, contribuindo para uma sociedade justa, igualitária e ética.

Além disso, a BNCC também ressalta a importância da formação dos professores para trabalhar os TCTs, incluindo a educação para o trânsito, com uma metodologia adequada e escolarizada. Isso implica em garantir que esses profissionais possuam conhecimento teórico e prático sobre o assunto, bem como habilidades pedagógicas para abordá-lo de forma significativa no contexto escolar.

No entanto, a efetiva implementação dos temas transversais no currículo da educação básica enfrentou e enfrenta desafios duradouros, há mais de duas décadas. A escola e os educadores precisam “superar as formas de fragmentação do processo pedagógico em que os

conteúdos não se relacionam, não se integram e não se interagem” (Brasil, 2019, p. 4), buscando uma abordagem integrada que rompa com os limites das disciplinas tradicionais. Faz-se necessário promover a interdisciplinaridade, identificar as conexões entre os conteúdos e estimular o diálogo entre os diferentes saberes.

Percebe-se um avanço significativo na tentativa da efetivação dos temas transversais no ambiente escolar, dos PCNs em 1997 até as novas configurações da BNCC em 2019. Ao promover uma abordagem transversal e integrada contextualizando com a educação para o trânsito, busca-se não apenas transmitir conhecimentos sobre regras, mas também desenvolver nos estudantes habilidades e atitudes que contribuam para a construção de um trânsito mais seguro e respeitoso. “Educar e aprender são fenômenos que envolvem todas as dimensões do ser humano e, quando isso deixa de acontecer, produz alienação e perda do sentido social e individual no viver” (Brasil, 2019, p. 4). Nesse contexto, a educação para o trânsito inserida nas escolas, torna-se fundamental para o desenvolvimento de estudantes conscientes de seu papel como cidadão.

### **3.6 Discussão da formação de professores nesse contexto**

A formação inicial e continuada de professores é essencial na capacitação dos educadores para que possam trabalhar os temas contemporâneos transversais na educação básica de maneira a contribuir com a formação integral dos estudantes. No entanto, a realidade revela muitos desafios que comprometem a qualificação dos professores nessa perspectiva, dificultando a inserção efetiva dos TCTs no currículo das escolas.

De acordo com Torquato e Bianchini (2013), um dos principais desafios está relacionado ao formato inicial repassado aos professores. Muitos cursos de licenciatura ainda apresentam uma abordagem fragmentada e disciplinar, não contemplando de maneira adequada a transversalidade e a interdisciplinaridade, resultando em futuros profissionais despreparados para trabalhar a integração dos conteúdos e a abordagem transversal em suas práticas pedagógicas.

Além disso, a falta de tempo dedicado à formação de professores para os temas transversais é uma questão que merece destaque, considerando a sobrecarga dos currículos dos cursos de licenciatura com conteúdos específicos de cada disciplina, deixando pouco espaço para o aprofundamento dos TCTs. Faz-se urgente uma revisão curricular nos cursos de licenciatura que inclua a discussão, reflexão e vivência dos temas transversais de forma mais

aprofundada.

A formação continuada dos professores também se depara com desafios como afirmado por Torquato e Bianchini (2013) quando destacaram que muitos educadores não têm acesso a programas de formação que abordem de maneira significativa a transversalidade e estratégias práticas para a integração dos temas no currículo. A falta de recursos humanos, recursos financeiros e institucionais destinados à formação continuada dos professores também limita as oportunidades de capacitação.

Além disso, a resistência e a falta de compreensão por parte de alguns professores, em relação aos temas transversais, podem ser caracterizadas como significativas barreiras (Palitot, 2015). Muitos professores receiam a abordagem transversal, julgam complexa e desafiadora, temendo a perda de foco nas disciplinas tradicionais específicas ou a dificuldade de articulação entre os conteúdos. Faz-se necessário discutir o tema no contexto escolar mostrando aos educadores a importância e os benefícios da implementação dos TCTs para a formação integral dos estudantes (Kiefer, 2015).

Outro desafio relevante é a falta de suporte institucional para a formação continuada dos professores. Os sistemas educacionais e as escolas precisam fornecer subsídios e incentivos para que os professores participem de programas de capacitação e aprimorem suas habilidades em relação à abordagem transversal.

De acordo com Palitot (2015), além de todos esses desafios, falta profissional capacitado no mercado para ministrar a formação continuada aos professores. A ausência de políticas educacionais claras e o investimento insuficiente dificultam a implementação efetiva da formação continuada em relação a estratégia pedagógica da transversalidade. É preciso mudança de crenças, transformação curricular e fomento robusto por parte das políticas educacionais.

## **4 PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Esta seção se destinou a analisar as produções acadêmicas encontradas a partir da busca feita nos repositórios da CAPES e BDTD. Conforme descrito no percurso metodológico apresentado anteriormente, a pesquisa se baseia no levantamento de pesquisas que abordaram o tema da inserção da educação para o trânsito no currículo de escolas de ensino básico.

Considerou-se que a análise dessas pesquisas permitiria identificar situações de inserção da educação para o trânsito no contexto escolar, os resultados e obstáculos à sua implementação no currículo escolar. A análise forneceu elementos que podem possibilitar aos gestores de escolas e redes de ensino identificar aspectos limitadores das experiências de implementação curricular, assim como formas de superação dos obstáculos.

Contudo, ressalta-se que a pesquisa não visou encontrar modelos de inserção da educação para o trânsito no currículo das escolas de educação básica, pois sabe-se que cada escola tem seu contexto específico, possui realidades distintas, atende comunidades diferentes e com variados problemas.

Nesse sentido, a intenção foi identificar pesquisas que poderiam fornecer pistas e contribuições que auxiliem cada escola e rede de ensino a construir sua própria estratégia de inserção da educação para o trânsito, seguindo as normas institucionais e criando alternativas próprias para a introdução do tema trânsito no currículo e no projeto político pedagógico.

### **4.1 Sistematização e análise quantitativa dos dados**

Inicialmente, como já anunciado no percurso metodológico, realizou-se um levantamento preliminar com o intuito de verificar a viabilidade metodológica deste estudo, ou seja, localizar pesquisas de mestrado e doutorado que tiveram como foco a educação para o trânsito. A Tabela 1, apresentada a seguir, ilustra o quantitativo de pesquisas que constitui o corpus analítico desta pesquisa.

Tabela 1 – Quantitativo das pesquisas.

<b>BDTD</b>	<b>CAPEIS</b>	<b>BDTD/CAPEIS</b>	<b>TOTAL</b>
02	10	13	25

Fonte: Autora (2023).

A Tabela 2 apresenta o tipo de trabalho acadêmico encontrado, ou seja, se eram teses de doutorado ou dissertações de mestrado, bem como o quantitativo de trabalhos por ano de defesa.

Tabela 2 – Ano de defesa, tipo de pesquisa.

<b>Ano de Defesa</b>	<b>Tese</b>	<b>Dissertação</b>
<b>2020</b>	-	1
<b>2019</b>	-	3
<b>2018</b>	1	2
<b>2017</b>	-	1
<b>2016</b>	-	2
<b>2015</b>	1	3
<b>2014</b>	-	3
<b>2013</b>	1	1
<b>2011</b>	-	1
<b>2010</b>	1	1
<b>2006</b>	-	1
<b>2001</b>	-	1
<b>1999</b>	-	1
<b>Total</b>	4	21

Fonte: Autora (2023).

O quantitativo de pesquisas identificadas a respeito da temática evidenciou que no período analisado, ou seja, pós-LDB, quando a legislação educacional trouxe de forma mais incisiva a necessidade de inserir a educação para o trânsito no currículo escolar, as pesquisas ainda não denotavam preocupação com o assunto, já que foram selecionadas as abordagens mais tradicionais. Mesmo o número não sendo tão alto, a quantidade, assim como a diversidade de aspectos abordados, explicitam que o tema tem sido objeto de análise e interesse dos pesquisadores.

Os trabalhos acadêmicos foram defendidos dentro de um período total de 21 anos, sendo que, em 13 anos ocorreu pelo menos uma defesa. Foram identificadas lacunas como entre 2002 e 2005, 2007 a 2009. Contudo, em 2015 ocorreram três defesas de mestrado e uma de doutorado, em 2014 e 2019 tiveram três defesas de mestrado em cada ano, enquanto em 2018 ocorreram duas defesas de mestrado e uma de doutorado. A justificativa do quantitativo de pesquisas pode ser o fato de se tratar de uma temática considerada como não convencional na área da educação e ser proposta como temática transversal. Quanto ao tipo de instituição de ensino superior onde as pesquisas acadêmicas foram realizadas, os dados são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Tipo de instituição de ensino superior.

Pública			Privada
Federal	Estadual	Municipal	
10	07	-	8

Fonte: Autora (2023).

A distribuição das IES pelo território nacional revela que as pesquisas se concentram na região sudeste, com predominância das IES localizadas em São Paulo. A região nordeste vem na sequência, com destaque para as IES localizadas no estado da Bahia. Na região sul, o número de pesquisas diminuiu, havendo uma distribuição equitativa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As regiões norte e nordeste aparecem com o menor número de IES.

As instituições de ensino superior (IES) nas quais as pesquisas acadêmicas foram desenvolvidas encontram-se assim distribuídas pelo território nacional:

Tabela 4 - Distribuição Geográfica IES.

Regiões	Estados	Total
<b>Nordeste</b>	Bahia (5); Ceará (1); Paraíba (1)	7
<b>Centro-Oeste</b>	Goiás (1)	1
<b>Sudeste</b>	Espírito Santo (1); Minas Gerais (2); São Paulo (8)	11
<b>Sul</b>	Paraná (1); Santa Catarina (2); Rio Grande do Sul (3)	6

Fonte: Autora (2023).

De modo geral, a análise das produções por distribuição geográfica mantém as mesmas características de outras pesquisas, com predomínio da região sudeste com participação significativa da região sul. No caso das pesquisas sobre educação para o trânsito, sobressaem as pesquisas desenvolvidas em IES do nordeste do país.

Ao analisar as pesquisas identificadas a partir das suas palavras-chave, das 25 pesquisas analisadas, 16 indicaram como palavra-chave do estudo “Educação para o trânsito”, enquanto quatro trabalhos indicaram “trânsito”. “Aprendizagem significativa”, “educação” e “ensino fundamental” foram utilizadas em três pesquisas o que denota a articulação da temática com a educação. “Transversalidade” e “currículo” tiveram duas ocorrências cada, o que revela o vínculo com a forma como se propõe que a educação para o trânsito seja inserida no currículo escolar.

Ainda com relação às palavras-chave, educação ambiental, meio ambiente e cidadania, três temáticas transversais, estiveram presentes e ocorreram duas vezes cada nos trabalhos selecionados, o que sinaliza uma aproximação com a temática da educação para o trânsito.

As demais palavras-chave encontradas tiveram apenas uma ocorrência em cada trabalho acadêmico o que reflete e dialoga diretamente com a variedade de pesquisas temporais do estudo, ou seja 1997 até 2022, e a multiplicidade de abordagens dos trabalhos. Como exemplo, pode-se citar palavras-chave relacionadas com:

- ✓ modalidades de ensino (educação à distância, educação de jovens e adultos);
- ✓ ao trânsito diretamente (bicicletas, campanhas educativas para o trânsito, colisões, engenharia de tráfego, mobilidade, mobilidade urbana, prevenção de acidentes, psicologia do trânsito, transitolândia);
- ✓ as etapas da educação básica (ensino fundamental, ensino médio);
- ✓ as questões da abordagem pedagógica da educação para o trânsito (interdisciplinaridade, tema transversal, transversalidade);
- ✓ vinculadas às disciplinas e/ou ao ensino delas (Ciências, ensino de Física, ensino de Ciências, Matemática);
- ✓ as concepções e práticas pedagógicas (aquisição de comportamentos, construtivismo, contextualização, ensino-aprendizagem; teoria da aprendizagem significativa, unidades de ensino potencialmente significativas);
- ✓ estratégias, metodologias e/ou materiais didáticos (ferramentas de autoria multimídia, jogos educacionais, jogos educativos computadorizados, jogos teatrais);
- ✓ formação de professores (pesquisa sobre a própria prática, prática pedagógica, política

de formação de professores);

- ✓ conteúdos escolares (funções, noções de velocidade, informática na educação).

Um dado interessante de ser observado na coleta acerca dos trabalhos que foram pesquisados está relacionado com as áreas dos programas de pós-graduação que acolheram a temática de pesquisa referente a educação para o trânsito. Como poder ser observado na Tabela 5, predominam os programas de pós-graduação em educação e em outros programas da área de exatas, no ensino de alguma disciplina de exatas e de outras áreas não correlacionadas com a educação ou ensino, como: tecnologia e sociedade; artes cênicas; gestão do conhecimento; promoção de saúde e prevenção da violência; educação, arte e meio ambiente; computação.

Tabela 5 – Áreas dos Programas de Pós-graduação.

<b>Programa de Pós-graduação</b>	<b>Total</b>
Mestrado em Educação	6
Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores	3
Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura	2
Mestrado em Educação em Ciências e Matemática	1
Mestrado em Computação	1
Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem	1
Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental	1
Mestrado em Tecnologia e Sociedade	1
Doutorado em Artes Cênicas	1
Doutorado em Engenharia de Transportes	1
Mestrado em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência	1
Mestrado em Matemática em Rede Nacional	1
Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento	1
Doutorado em Educação, arte e Meio Ambiente	1
Mestrado em Ensino de Ciência e Matemática	1
Mestrado em Ensino de Física	1
Doutorado em Educação para Ciência	1

Fonte: Autora (2023).

A análise dos resumos, considerações finais e quando necessário, outras partes dos 25 trabalhos selecionados possibilitou, ainda, classificação a partir da proposta de análise de conteúdo de Bardin (2011). Foram delimitadas cinco categorias que, posteriormente, foram

desmembradas em algumas subcategorias, como foi explicitado no percurso metodológico. O próximo tópico as categorias e subcategorias identificadas e a análise dos trabalhos que foram nelas incluídos. Vale destacar que, em alguns casos, pode-se encontrar trabalhos classificados em mais de uma categoria.

## **4.2 Análise dos dados e discussão dos resultados: o que revelam as pesquisas acadêmicas**

Este tópico apresenta uma análise interpretativa de cunho qualitativo dos trabalhos acadêmicos, teses e dissertações selecionados para compor o corpus desta pesquisa, com o objetivo de realizar uma sistematização dos dados para revelar como a educação para o trânsito tem sido inserida no contexto escolar da educação básica.

Foi realizada leitura interpretativa dos resumos e considerações finais do corpus. Quando necessário, por falta de subsídios, a leitura perpassava por outras seções dos trabalhos, a fim de desvelar os dados. Para Gil (2022, p. 79) a leitura interpretativa é “relacionar o que o autor afirma com o problema para o qual se propõe uma solução”. Nesse sentido, buscou-se executar uma leitura atenta e minuciosa para alcançar o objetivo proposto.

Para a análise dos dados, utilizou-se o princípio de unidade temática que, conforme Bardin (1977, p. 105) objetiva “descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”.

As leituras dos trabalhos permitiram a categorização, por meio de unidades temáticas, as quais proporcionaram a descrição e interpretação dos trabalhos acadêmicos, subsidiando a discussão entre corpus analítico, referencial teórico e a investigadora, para se obter os resultados e respostas da pesquisa, com fundamentação nos estudos de Bardin (1977).

### **4.2.1 Primeira Categoria - Contexto da iniciativa da inserção da educação para o trânsito na educação básica**

Esta categoria explicita a iniciativa da inserção da temática no contexto da educação básica, permitindo compreender como vem ocorrendo sua inserção dentro dos currículos, conforme apontamentos das produções acadêmicas.

#### **Subcategoria - Estudos teóricos sem prática acerca da temática**

Esta subcategoria foi criada em razão de os estudos terem pertinência com a inserção da temática na educação básica, trazendo contribuições e reflexões valiosas. Pereira (2006) pesquisou sobre os limites e possibilidades para introduzir a educação para o trânsito como conteúdo curricular no ensino fundamental - anos iniciais, como abertura de horizontes para a cidadania no estado neoliberal.

Considera-se um estudo pertinente na contribuição da divulgação científica e fomentação das políticas públicas nacionais, as quais norteiam que, a educação para o trânsito, para além de regras, tem sua contribuição na formação cidadã.

Em sua pesquisa, Anjos (2015) problematiza a importância da educação para o trânsito inserida no ensino médio, por meio de aulas de matemática e física, trabalho este voltado para contribuir com estudantes no preparo para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), construção do conhecimento e a possibilidade de os estudantes vivenciarem conteúdos que se relacionam com o cotidiano.

Em seus estudos, Lima (2016) apresentou a fundamentação pedagógica, ideológica e legal para que a educação para o trânsito seja inserida no ensino fundamental, por meio da abordagem pedagógica da transversalidade, na qual o tema trânsito é integrado às disciplinas tradicionais, como apontam os documentos normativos educacionais e do trânsito.

Este estudo se torna relevante e traz apontamentos significativos para a temática em razão de a autora ser profissional do trânsito (integrante do Observatório de Segurança Viária Nacional, engajada com a causa da educação para o trânsito inserida no contexto escolar) e poder contribuir com estudos teóricos que apresentam ações e materiais didáticos para serem utilizados nas escolas de ensino fundamental de todo Brasil.

Contrariamente, Andrade (2010) aponta uma reflexão confrontando os documentos educacionais, os quais apontam que a inserção do tema trânsito no contexto da escola em todos os níveis, tem como finalidade a formação plena do estudante para à cidadania. “Dessa forma, tomar-se de forma acrítica o conceito liberal de escola ‘redentora, onipotente’, capaz de ser responsável pela resolução dos problemas sociais e estabelecer a equidade social, é sem dúvida, um grande equívoco” (Andrade, 2010, p. 110).

Teóricos, como Rozestraten (2004) e Hoffmann, Cruz e Alchieri (2003), evidenciam que a educação é promotora de comportamentos socialmente significativos no trânsito, envolvendo conhecimentos da vida social, fomentando nos estudantes hábitos, atitudes e comportamentos coerentes.

Sendo assim, a escola tem como papel social a tarefa de estimular ações por meio de processos educativos que possam despertar nos estudantes o compromisso social, a promoção de mudanças e transformações no cumprimento do dever educacional. Faz-se necessário que a comunidade escolar tenha comprometimento com a temática.

Nesse contexto, Lucia (2014) teve como objetivo de pesquisa descobrir se existe relação entre a gestão escolar e a realização efetiva da educação para o trânsito no currículo da escola. Foram analisadas quatro escolas mineiras que atendem ensino fundamental, anos iniciais e finais, ensino médio, PROETI e Projeto Tempo Integral. A metodologia foi a pesquisa bibliográfica e análise documental que englobou projeto político pedagógico, quadros curriculares, relatos, projetos pedagógicos e planos de intervenção pedagógica.

Conclui-se a relevância de cada estudo analisado nesta subcategoria para inserção significativa da educação para o trânsito na educação básica, levando em consideração a importância de visibilidade da produção científica, quanto as contribuições para as redes de ensino.

### **Subcategoria - Ensino superior com foco na educação básica**

Esta subcategoria trata-se da perspectiva da formação inicial e continuada de profissionais que iriam atuar ou atuavam na educação básica. Ajusta a pertinência dos trabalhos terem sido escolhidos se deu pela contribuição na discussão e reflexão da temática.

Em sua pesquisa, Silveira (1999) realizou um estudo com alunos de um Curso de Especialização em Informática da Educação – *Latu Sensu*, aplicando questionários para avaliar uma ferramenta multimídia na elaboração de jogos educativos que deveriam ser desenvolvidos por professores e alunos, contemplando o ensino fundamental, anos iniciais e finais. O tema seria o trânsito.

Nesse mesmo contexto da formação inicial, Melo (2018) em sua tese defende que os jogos teatrais podem contribuir na educação para o trânsito, reduzindo os alarmantes índices de acidentalidade. Foram elaboradas duas oficinas de teatro para estudantes do curso de Pedagogia da Faculdade Visconde de Cairu na Bahia, nas quais se construiu uma proposta teórico/prático na área da segurança do trânsito por meio dos jogos teatrais com foco em estudantes do ensino fundamental anos finais.

Observou-se nesta subcategoria que a temática é pouco difundida no ensino superior, tanto na formação inicial quanto na continuada, o que foi corroborado por Torquato e Bianchini

(2013). Faz-se necessário políticas públicas que fomentem a reorganização curricular das universidades.

### **Subcategoria - Propostas Mistas/Parcerias**

Durante o levantamento do corpus e a leitura dos trabalhos ficou evidente que a educação para o trânsito tem sido levada ao contexto escolar, na maioria das vezes, com o auxílio de parcerias, como órgãos governamentais, universidades, profissionais da área do trânsito e escola. Convergindo com a união de esforços do poder público e da sociedade civil.

Guimarães (2001) analisou um Programa de Educação para o Trânsito desenvolvido pelo DETRAN e Secretaria de Educação do Estado do Alagoas, entre os anos 2000 e 2002 abrangendo todas as escolas de ensino fundamental. O programa oferecia capacitação aos professores e plano de curso para orientá-los, conferindo autonomia às escolas para desenvolverem as atividades propostas de acordo com a tendência pedagógica utilizada no contexto escolar.

Constatou Libâneo (1992) que as tendências pedagógicas servem como instrumento de análise para que os professores possam avaliar sua própria prática. Contribuindo com os professores, o trabalho de Almeida (2019) investigou estratégias metodológicas que, em termos diagnósticos, pudessem fomentar os repertórios dos docentes para desenvolverem a temática nas escolas por meio da transversalidade, orientados pelas Diretrizes Nacionais de Educação para o Trânsito nos anos iniciais do ensino fundamental. A pesquisa foi uma parceria entre universidade (pesquisadora) e professoras de uma escola da rede pública do interior de São Paulo.

Kiefer (2011) descreveu e analisou o Programa de educação não-formal Fazendo Escola: educando para novos valores no trânsito. Desenvolvido pela Companhia de Tráfego (CET) em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do município de São Paulo, contemplou o ensino fundamental anos finais e educação de jovens e adultos com o objetivo da “capacitação de pelos menos dois professores de cada unidade escolar, que seriam agentes multiplicadores para os demais educadores da unidade escolar” (Kiefer, 2011, p. 61).

A formação docente evidenciada por Marcelo (2009) como um processo, se caracteriza por desenvolvimento, evolução, continuidade, evidenciando a relevância dos docentes estarem em constante atualização, desenvolvendo habilidades e competências de inovação.

Nesse sentido, Kiefer (2015) descreveu e analisou programas de cursos ministrados a distância para formação de professores multiplicadores de educação para o trânsito, mediados

por tecnologias digitais. Uma parceria da instituição não-formal Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo com a Secretaria Municipal de São Paulo. Cursos eram ofertados para toda rede escolar de São Paulo, tais como Fazendo Escola: educando para novos valores no trânsito, para professores do ensino fundamental anos finais e Educação de Jovens e Adultos; Fazendo Escola: construindo novos valores no trânsito para professores do ensino fundamental anos iniciais e Fazendo Escola: refletindo sobre novos valores no trânsito, para professores da educação infantil. "A escola é um local importante para a construção de ações continuadas e sistemáticas em educação para o trânsito" (Kiefer, 2015, p. 151).

Nessa linha de tecnologias digitais, Barbosa (2015) aplicou e analisou o Jogo Virtual Vrum, desenvolvido pela empresa brasileira ThinkBox Games em parceria com DENATRAN, cujo objetivo é apresentar a educação para o trânsito por meio de jogos que contribuem com o processo de aprendizagem, tornando-o estimulante e atraente. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede particular de ensino do município de Florianópolis com alunos do 5º ano do fundamental.

Observou-se que os estudos relacionados a formação docente mediados por tecnologias têm papel importante na contemporaneidade, pois a era vivenciada é digital, o que requer que os profissionais estejam abertos à mudanças de paradigma.

Avançando na sistematização dos trabalhos acadêmicos, Souza (2010) analisou o Projeto Rumo à escola, uma parceria entre DENATRAN, DETRAN, UNESCO e escolas (municipais, estaduais e particulares) de vários estados brasileiros, com a finalidade de mobilizar ações por meio do contexto escolar para redução da acidentalidade no trânsito brasileiro. Foram contemplados neste projeto estudantes do ensino fundamental, anos iniciais e finais, com recursos didáticos, livros do professor e aluno, elaborados a partir dos estudos de Reinir Rozestraten e diretrizes da legislação educacional e do trânsito.

Projeto significativo para os avanços da inserção da educação para o trânsito no contexto escolar logo após a elaboração das Diretrizes Nacionais de Educação para o Trânsito. Finalizado por políticas de governo pode ser tema de uma discussão importante que para ser aprofundada em estudo futuro.

Permeando as ações educativas advindas do governo, Silva (2013), por meio de estudantes do Núcleo Avançado de Ensino Supletivo, jovens e adultos do ensino médio, realizou uma pesquisa utilizando da educação sensível para a aprendizagem de atitudes coerentes em prol da segurança viária, na qual os estudantes responderam questionários em

relação às campanhas educativas desenvolvidas pelo Ministério das Cidades em parceria com o DENATRAN.

Observa-se que a maioria das atividades relacionadas com segurança no trânsito surgem de parcerias entre governo e escolas, universidades e escolas, entre outras. Nesse contexto de parcerias, Urruth (2014) ao longo do mestrado, desenvolveu um curso de Física e Segurança no Trânsito que, juntamente com uma escola particular de Porto Alegre, foi aplicado aos alunos dos segundos e terceiros anos do ensino médio os quais “já possuem conhecimentos básicos de cinemática, dinâmica e leis de conservação de energia e quantidade de movimento ” (Urruth, 2014, p. 22). O fundamento foi a teoria da aprendizagem de Ausubel, conforme a qual um novo conceito, um novo conhecimento, uma nova informação se relaciona, se conectando com a estrutura cognitiva do estudante.

Seguindo a mesma linha, Ledur (2015) professor-pesquisador, durante o mestrado implementou com seus alunos uma Unidade de Ensino Potencialmente Significativa (UEPS). Segundo Moreira (2011), as UESP são estratégias com dinamismo voltadas para a gestão da produção das aprendizagens significativas baseadas na teoria de Ausubel (2003). Nas aulas de Ciências era promovida a educação para o trânsito. A pesquisa foi desenvolvida com estudantes do 9º ano de uma escola da rede pública de ensino de um município do Rio Grande do Sul.

Já a professora-pesquisadora Silva (2016) fez uma intervenção com seus alunos do 1º ano do ensino médio em uma escola estadual da Bahia, fundamentada na teoria da aprendizagem significativa de Ausubel, por meio de conteúdos da disciplina de Física contextualizando com o tema transversal trânsito, voltados à formação cidadã.

Percebe-se que os professores-pesquisadores que estudam a temática muito tem contribuído para que aconteça a efetivação da educação para o trânsito nas escolas, por meio de seus estudos teóricos e intervenções nas comunidades escolares, através de metodologias eficazes que contribuem para a aprendizagem dos estudantes, como a de Ausubel (2003) que defende que o conhecimento é formado por estruturas, que são continuamente expandidas e transformadas à medida que novos conceitos e ideias são assimiladas.

Nesse contexto da Teoria da Aprendizagem Significativa, Batista (2019) analisou como as contribuições que o ensino do conceito físico de velocidade através de uma intervenção pedagógica permite aos estudantes a compreensão do conceito, das regras e ética no trânsito. A parceria foi feita entre Universidade (pesquisadora) e uma escola pública da Bahia, tendo como participantes da proposta alunos do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais.

Durante a leitura sistemática dos trabalhos observou-se como a Teoria de Ausubel é utilizada com frequência para que os estudantes compreendam a temática e consigam assimilar conteúdos das disciplinas tradicionais com os de segurança no trânsito.

Neste caso, metodologias foram mescladas, como relata Santos (2018), que analisou os limites e possibilidades de uma sequência didática em aulas de Física, desenvolvida a partir da Teoria da Aprendizagem Significativa e do Design Thinking, por meio de uma intervenção pedagógica com a finalidade de levar aos estudantes conhecimentos da disciplina estudada e formação para a cidadania no trânsito. Essa foi uma parceria entre universidade e uma escola da rede pública de ensino de um município da Bahia que teve como participantes uma turma do 1º ano do ensino médio.

Entende-se que as metodologias fundamentadas apresentadas nesta dissertação, têm se mostrado eficazes quanto a formação dos estudantes, resultando em aprendizagens significativas relacionadas à segurança no trânsito, formação para a cidadania e redução da acidentalidade.

Evidenciadas no estudo de Sarto (2018) que elaborou, aplicou e avaliou ações educativas de prevenção de acidentes, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de um município do interior de Minas Gerais e, por conveniência foram escolhidas duas escolas, uma para o desenvolvimento do projeto piloto e outra para a intervenção, ambos trabalhos foram desenvolvidos com estudantes do 3º ano do ensino fundamental anos iniciais.

Observou-se durante a leitura dos trabalhos, que a preocupação com a redução da acidentalidade no trânsito é uma das metas de quem se propõe a estudar a temática. A possibilidade dessa redução ocorre quando se unem os esforços dos governantes e é cumprida a legislação em vigor.

Meta também de Freire (2020) que desenvolveu uma intervenção pedagógica fundamentada nos Círculos de Cultura, uma teoria Freiriana, trabalho este de educação para o trânsito com crianças da educação infantil de um CMEI do Espírito Santo. A finalidade foi, por meio da educação, reduzir os acidentes nessa faixa etária. Apontou o autor que “esta dissertação pretende conciliar o tema transversal educação para o trânsito, à divulgação científica, relacionando escola e Polícia Militar, buscando favorecer o aprendizado de crianças sobre regras de trânsito e, conseqüentemente visando um trânsito mais seguro para todos” (Freire, 2020, p. 19).

O autor, ainda, trabalhou na perspectiva do Projeto Rumo Certo em parceria com a Polícia Militar, especificamente no espaço da transitolândia, local elaborado para o

desenvolvimento de atividades teóricas e práticas. Foram usados alguns modais, como bicicletas por exemplo, incentivando, também, a sustentabilidade do trânsito.

Contribuindo nesse sentido, Silva (2014) em sua pesquisa fez um diagnóstico sobre o uso de bicicleta e uma reflexão acerca do papel da educação ambiental e da educação para o trânsito no contexto escolar, como ferramenta na conscientização dos cidadãos. Tal pesquisa subsidiou a implementação de um Projeto de educação ambiental e no trânsito, nomeado Rota da Educação, uma parceria entre Prefeitura Municipal de Atibaia, especialista de trânsito e Concessionária Rodoviária Rota dos Bandeirantes, contemplando estudantes da educação infantil e fundamental anos iniciais.

A mobilidade urbana sustentável, para além do trânsito, contribui com o meio ambiente e ambos estão diretamente ligados, como afirma Vanconcelos (2013) em seu relato que a via pública é um espaço coletivo, no qual, a segurança e a mobilidade precisam ser protagonistas, melhorando a qualidade de vida dos indivíduos.

Conclui-se esta categoria, que evidenciou a parceria como instrumento da inserção da temática nas escolas. Simonelli (2019) teve como objetivo de pesquisa demonstrar a necessidade de a educação para o trânsito ser inserida na educação básica de maneira libertária e significativa, por meio de um estudo de caso, desenvolvido com estudantes do 5º ano do ensino fundamental anos iniciais de escolas municipais de Curitiba, parceria firmada entre a Universidade Federal do Paraná, Secretarias Municipais de Educação e do Trânsito.

Essa parceria entre Universidade, escola, teoria e prática no qual foi embasada nos fundamentos teóricos de Canário (2012), que levam a refletir a importância dessa articulação no sucesso do chão da escola, que impacta diretamente no ensino e aprendizagem.

### **Subcategoria - Iniciativa da escola**

Mesmo diante do amparo legal, tanto do trânsito quando educacional, percebe-se a partir da análise da pesquisa, que a maioria dos trabalhos, não são iniciativa da escola, mas desperta um alerta para a percepção da legislação vigente que, mesmo sendo robusta, não é suficiente para que a educação para o trânsito adentre às escolas.

Franco (2013) pesquisou a prática. Professora de quarto ano do ensino fundamental, anos iniciais, utilizou a proposta da Teoria do Agir Comunicativo de Habermas (2002). Em síntese, é possível dizer então que, para o autor, a ação comunicativa surge como uma interação de, no mínimo dois sujeitos, com capacidade de falar e agir, estabelecendo relações

interpessoais com o objetivo de alcançar uma compreensão sobre a situação em que ocorre a interação.

Também pesquisando a própria prática, Santos (2017) analisou como o desenvolvimento das práticas dialógicas de círculos de cultura, fundamentada na teoria Freiriana, contribui na promoção de atitudes emancipatórias entre o sujeito e o trânsito, com estudantes do 9º ano do ensino fundamental de uma rede pública municipal de ensino. "Os diálogos entre pesquisadora e pesquisados deveriam evoluir das tensões e novas ideias irem refazendo os conhecimentos a respeito do fenômeno estudado" (Santos, 2017, p. 54).

Fica evidenciado, que a iniciativa da escola se deve ao fato de os docentes estarem em programas de pós-graduação e pesquisando a própria prática, importante elemento da pesquisa que aponta que as escolas, por iniciativa própria, por meio da gestão, não estão inserindo a temática em seus projetos escolares.

#### **4.2.2 Segunda Categoria - Abordagem pedagógica**

Esta categoria foi construída a partir das leituras dos trabalhos, onde foram apontadas as abordagens pedagógicas nas quais as pesquisas se fundamentaram e desenvolveram as propostas de educação para o trânsito. A categoria foi desdobrada em três subcategorias: trabalhos na perspectiva da transversal, trabalhos com proposições de inserção da educação para o trânsito de forma interdisciplinar e, ainda, estudos que propuseram a inserção como atividades ou projetos extracurriculares. Abordou-se cada uma dessas subcategorias, apresentando uma análise dos trabalhos que as compuseram.

##### **Subcategoria - Abordagem Pedagógica Transversal**

Os documentos normativos apontam para que a temática, como um tema transversal, seja inserida no contexto da escola por meio da transversalidade. Reportou-se aos estudos teóricos de Araújo (2000) que faz uma discussão aos temas transversais e sua relevância dentro do contexto escolar.

Em seu trabalho Freire (2020, p. 18) realizou uma pesquisa voltada para o público da educação infantil fundamentado na teoria freiriana dos Círculos de Cultura onde conceitua que "os temas transversais se configuram como conteúdos educacionais, as quais podem ser abordados na prática pedagógica de diversas disciplinas, sem que seja criada disciplina específica".

Nos estudos de Guimarães (2001), a abordagem pedagógica utilizada pelo Programa de Educação para o Trânsito, uma parceria firmada do DETRAN com a SME de Alagoas, era por meio da transversalidade, onde o professor abordava o tema trânsito, de cunho social, com o seu conteúdo programático.

Souza (2010, p, 51) analisou o Projeto Rumo à Escola que tem a transversalidade como processo pedagógico para contribuir com a aprendizagem significativa dos estudantes e fundamentar os trabalhos dos docentes. "Muitas das escolas que fizeram parte do projeto continuam trabalhando o tema trânsito dentro da transversalidade", demonstrando que os professores internalizaram o projeto, desenvolvendo o conteúdo assimilado em suas aulas.

Este trabalho contribuiu para uma reflexão da prática da autora dessa dissertação quando foi desenvolvido o Projeto Rumo Certo nas escolas Municipais de Lavras. Não foi percebida a importância de envolver os docentes no processo, para além dos estudantes, portanto o mestrado proporcionou ressignificar os objetivos de projetos e programas educacionais, da relevância no foco da formação continuada dos docentes, já que muitos projetos são finalizados, principalmente por políticas de governo, como foi o caso do Rumo Certo. Faz-se necessário incentivar os docentes para que possam dar continuidade aos trabalhos após o fim dos projetos e programas usando a abordagem da transversalidade.

Andrade (2010), Silva (2014), Lúcia (2014) e Lima (2016) fazem uma discussão acerca dos temas transversais. A transversalidade é apontada pelos documentos educacionais como ferramenta pedagógica para inserção do tema trânsito na escola o qual deve ser desenvolvido durante as aulas regulares como um tema transversal, e não trabalhado como uma matéria ou conteúdo específico de alguma(s) disciplina(s).

A escola tem como papel social a tarefa de, principalmente, encaminhar ações por meios de processos educativos que venham despertar o compromisso social dos indivíduos, das entidades sociais, objetivando fazer uma só aliança, capaz de promover mudanças e transformações no cumprimento do dever educacional (Andrade, 2010, p. 77).

Para Lima (2016, p. 6), " no contexto da transversalidade encontramos os elementos que subsidiam e orientam as possibilidades e os métodos de trabalho para interferir nos rumos da educação para o trânsito instigando atitudes críticas e questionadoras".

Existe um paradigma em relação aos temas transversais levando a percepção de se tratar de um desafio para serem inseridos na escola por meio da transversalidade por não se tratar de uma disciplina específica, mas sim contextualizar a temática dentro do conteúdo trabalhado. Faz-se necessário, por meio da gestão educacional e escolar, fomentar, através de formação continuada, a utilização da abordagem durante o ensino.

Neste sentido, Ledur (2015) aponta que o " enfoque transversal rompeu o paradigma da disciplinarização. Estimulou o desenvolvimento de habilidades e o gosto pela ciência" (Ledur, 2015, p. 92). Durante as aulas de ciência envolver os estudantes por meio dos temas transversais, despertam estímulos diferentes das aulas habituais.

Fica evidenciado as contribuições da abordagem para elevar o nível de interesse e conseqüentemente a aprendizagem significativa dos estudantes, ressaltada na teoria de Ausubel (2003).

Silva (2016), Santos (2018) e Batista (2019) utilizam o tema transversal trânsito articulando à Física com a finalidade de usar a abordagem da transversalidade para a aprendizagem dos conteúdos da disciplina associados a segurança no trânsito, promovendo a cidadania. "Torna-se de extrema necessidade a inclusão da educação para o trânsito nos diversos espaços educativos formais e informais, em especial nas escolas desde as séries iniciais, de forma contínua, transversal e contextualizada" (Batista, 2019, p. 131).

Nota-se que a disciplina de Física é a mais utilizada para contextualizar a temática da educação para o trânsito por meio da transversalidade, apontando o desafio da contextualização com outras áreas do conhecimento. A legislação aponta que os temas transversais devem perpassar por todas disciplinas tradicionais do currículo conforme evidenciado nos PCNs e recentemente pela BNCC, o que fomentou a discussão da próxima subcategoria.

### **Subcategoria - Abordagem Pedagógica Interdisciplinar**

Essa categoria permitiu a descrição e análise interpretativa de trabalhos que utilizaram a abordagem interdisciplinar de várias áreas do conhecimento em que a temática da educação para o trânsito foi contextualizada com mais de uma disciplina tradicional.

Os estudos de Silveira (1999) apontam os jogos educativos por meio de tecnologias digitais como possibilidade de despertar no alunado o interesse pelo tema, colaborando para o ensino e aprendizagem. Trata-se de um recurso para o professor utilizar com seus alunos por meio da interdisciplinaridade, o que pode ser realizado durante as aulas de informática, por exemplo, onde a educação para o trânsito e outras disciplinas se interligam.

As tecnologias digitais como metodologia de ensino muito têm contribuído para a formação docente e de estudantes, pois é uma ferramenta potente para despertar interesse na classe estudantil. Consciente que o manuseio das tecnologias ainda é um desafio para alguns profissionais da educação, é uma ferramenta que corrobora com a contextualização de conteúdos curriculares.

Utilizando-se de metodologias de ensino atrativas, Melo (2018) desenvolveu duas oficinas de teatro, com estudantes de pedagogia para que desenvolvessem habilidades teatrais e conhecimentos na área do trânsito, se tornando multiplicadores nas áreas e passar a utilizar da interdisciplinaridade como possibilidade de abordagem de temas sociais e o teatro como ferramenta metodológica.

Ampliando a discussão da subcategoria, Kiefer (2011) aponta que a proposta do Programa Fazendo Escola: educando para novos valores no trânsito é interdisciplinar, já que "o professor capta as muitas variáveis que compõem a temática trânsito, entendendo o enfoque interdisciplinar e as múltiplas possibilidades de agregá-la ao contexto escolar " (Kiefer, 2011, p. 116).

O tema trânsito sendo transversal e abordando por meio da interdisciplinaridade de forma sistemática e contínua, em conjunto com as demais disciplinas, contribui para o processo de ensino e aprendizagem de e alunos. Almeida (2019) em sua pesquisa com docentes do ensino fundamental anos iniciais, professores reforça essa tese.

Avançando nos estudos, Kiefer (2015) descreve e analisa programas de cursos de formação docente a distância com enfoque interdisciplinar:

Foram levados em conta conteúdos que estimulassem as práticas de segurança no trânsito, e os conceitos de cidadania e sustentabilidade, de modo a adotar atitudes e comportamentos que valorizassem o compartilhamento do espaço público e das relações de respeito ao próximo e meio ambiente (Kiefer, 2015, p. 151).

Percebe-se que essa integração das áreas do currículo potencializa significativamente a formação plena dos estudantes, de acordo com Arroyo (2011) o currículo apresenta um leque de possibilidades. Não se trata de um currículo engessado, mas sim que possibilite aos estudantes uma gama de oportunidades de absorverem novos conhecimentos por meio da interdisciplinarização dos conteúdos.

Nesse sentido, o estudo de Pereira (2006) aponta que a educação para o trânsito por meio da interdisciplinaridade, pode ser um caminho de diálogo para mudança de paradigma, fomentando a discussão sobre capitalismo e seus impactos na sociedade, seres individualistas que estão mais preocupados com o ganho financeiro do que com o ganho de segurança.

Apesar dos novos direcionamentos apontados pelo autor que sinalizam uma importante reflexão, trata-se de algo desafiador que merece discussões futuras, as quais podem se tornar tema de novos e importantes estudos.

Retomando a discussão anterior, Franco (2013, p. 49) reforça que o trabalho "desenvolvido interdisciplinarmente com atividades, em cada disciplina, visando à

conscientização dos direitos e deveres das crianças e adolescentes e a atuação cidadã” contribui para uma sociedade mais consciente. Santos (2017) destaca essa tese e aponta que o trabalho interdisciplinar deveria ficar sob a responsabilidade da coordenação pedagógica a quem cabe examinar e definir qual a área de conhecimento que iria assumir o desenvolvimento das ações previstas no projeto. Assim, seria evidenciada a responsabilidade participativa dos profissionais da escola, para além dos docentes.

Durante a leitura dos trabalhos e utilizando-se da experiência profissional da investigadora, percebe-se a importância da gestão educacional e escolar nesse processo, levando a refletir que esse seria o caminho para a efetividade da temática.

Finalizando, tem-se o trabalho de Anjos (2015, p. 12), o qual aponta que “a interdisciplinaridade garante a construção do conhecimento entre as diversas disciplinas do currículo escolar, através do estabelecimento de diálogos com os saberes, por transposição do conhecimento, para aqueles que estão em estudo”. Trabalho este desenvolvido com as disciplinas de Matemática e Física contextualizando a segurança no trânsito. Simonelli (2019) reforça em seu trabalho que a interdisciplinaridade é uma ferramenta agregadora, na qual o conteúdo pode permear todas as áreas do conhecimento.

Conclui-se que as disciplinas de Física e Matemática são as mais utilizadas para contextualizar a temática, talvez pelos conteúdos tratarem de assuntos diretamente relacionados a acidentalidade, como: velocidade, quantitativo de óbitos, esses dados permitem uma reflexão acerca da resistência em outras áreas do conhecimento.

### **Subcategoria - Abordagem Pedagógica Extracurricular**

Essa subcategoria é caracterizada por trabalhos desenvolvidos por terceiros de maneira extracurricular, abordagem que não é a apontada nos documentos como possibilidade para a inserção da educação para o trânsito no contexto da escola, como visto anteriormente.

Nos estudos de Silva (2013), em sua pesquisa por meio de ação educativa não-formal, buscou-se apresentar campanhas educativas de trânsito para jovens estudantes, com a finalidade de desvelar o impacto da educação sensível para a aprendizagem.

Logo Sarto (2018) por meio de sua pesquisa, desenvolveu um trabalho extracurricular com estudantes do ensino fundamental, com o objetivo de elaborar, aplicar e avaliar ações educativas para prevenção de acidentes.

Divergindo da legislação, que aponta a transversalidade e interdisciplinaridade como caminho, Urruth (2014) desenvolveu um curso para estudantes do ensino médio que foi

realizado no turno inverso como uma atividade opcional e complementar, extracurricular, não oferecendo vantagens relacionadas às aulas regulares. Como apontou na própria pesquisa, a adesão dos estudantes não foi significativa, pois os horários deveriam ser distintos das aulas regulares o que não se mostrou atrativo aos olhos dos alunos.

A proposta de Barbosa (2015) foi interessante se tivesse sido desenvolvida por docentes em suas disciplinas, porém foge do caminho sinalizado nos documentos normativos. Em sua pesquisa aplicou o jogo virtual Vrum com alunos do ensino fundamental de uma escola particular no município de Florianópolis, como uma proposta extracurricular, com o objetivo de avaliar os alunos participantes quanto à eficácia no jogo em relação a segurança no trânsito.

Percebe-se que profissionais da área do trânsito e demais parceiros, buscam inserir a temática no contexto escolar, como foi o caso do Projeto Rumo Certo, por meio de programas, cursos, campanhas educativas, a fim de contribuir com a redução da acidentalidade no trânsito e a formação dos estudantes para a cidadania. Porém, os estudos teóricos relacionados nesta pesquisa e os documentos normativos apontam que este não é o caminho, levando a reflexão e ressignificação como profissional do trânsito.

#### **4.2.3 Terceira Categoria – Foco da pesquisa**

Esta categoria se deu a partir das leituras que permitiram identificar o foco das pesquisas acadêmicas: reflexões teóricas; formação docente; estratégias metodológicas; material didático, cujo objetivo é responder as perguntas de pesquisa a partir das discussões.

##### **Subcategoria - Reflexões teóricas acerca da temática**

Esta subcategoria teve por objetivo revelar as contribuições das produções científicas acerca da temática pesquisada. Nos estudos de Pereira (2006), a tese defendida é que, por meio da educação, o tema trânsito pode ser inserido no currículo do ensino fundamental para que os estudantes tenham uma formação voltada para a cidadania solidária, diminuindo os riscos nas vias públicas.

Enquanto isso Andrade (2010) investiga o conceito de currículo apontado no contexto das propostas de educação para o trânsito. Ambos trabalhos convergem com as teorias de Freire (1996) e Libâneo (2011).

A autora Lima (2016), especialista em trânsito, que muito tem contribuído nacionalmente na defesa da educação para o trânsito no contexto escolar, traz uma reflexão e

discussão acerca da inserção da educação para o trânsito por meio da transversalidade no ensino fundamental, com fundamentação nas teorias de Piaget e Vygotsk.

Aprender é um processo de construção conceitual em que as atividades complexas têm como base as atividades mais simples. Considerando a capacidade das crianças de internalizar precocemente as normas sociais e as regras de acordo com seu desenvolvimento cognitivo e psicossocial, pode-se hipotetizar que quanto antes for oferecidas informações sobre os meios seguros de utilização do espaço que acontece no trânsito, mais cedo as crianças estarão preparadas para um sistema que ainda é imperfeito e por isso, perigoso (Lima, 2016, p. 6).

A autora defende e fundamenta em sua tese que as crianças, quanto antes, precisam ter o contato com os conhecimentos relacionados à segurança no trânsito, para que possam ser multiplicadores juntamente de suas famílias e comunidade, favorecendo a sociedade como um todo. Por isso a importância da inserção desde a infância, como é apontada nas legislações do trânsito e educacional.

Neste sentido as contribuições de Lúcia (2014) revelam a relação entre a gestão da escola e a efetiva inserção da educação para o trânsito, na qual o gestor tem um papel fundamental para fomentar as discussões do tema, a fim de que os estudantes tenham uma formação para a cidadania, buscando um trânsito mais humanizado.

A gestão educacional e a gestão escolar demonstram ser o caminho de entrada da temática na escola, reforçando a importância da gestão nas decisões acertivas das comunidades escolares. Por meio dela, será possível fomentar a formação de professores para trabalhar os temas transversais.

### **Subcategoria - Formação Docente**

Dando sequência as discussões, esta subcategoria discute a formação docente como foco das pesquisas analisadas, sendo elas inicial e continuada, embasadas nos estudos teóricos de Canário (2012), Kiefer (2015), Palitot (2015) e Torquato e Bianchini (2013).

Silveira (1999) em sua pesquisa trata da formação docente para estudantes de especialização em informática da educação, abordando a temática trânsito por meio da elaboração de jogos educativos utilizando as tecnologias digitais.

Convergindo com a formação docente por meio de tecnologias digitais, Kiefer (2011) analisou o Programa Fazendo Escola: educando para novos valores no trânsito, programa este de formação docente continuada para professores das escolas municipais do município de São Paulo. Aprofundando seus estudos na área da formação docente especificamente com a temática aqui pesquisada, em seu doutorado Kiefer (2015) descreveu e analisou programas de formação

continuada de professores multiplicadores de educação para o trânsito, por meio do ensino a distância.

Ambos trabalhos tratam da formação continuada por meio de tecnologias digitais, importante iniciativa para a reflexão e aplicabilidade da temática com estudantes da educação básica, estimulando o uso de novas metodologias de ensino que poderão contribuir para o ensino e aprendizagem.

Nos estudos de Melo (2018), a formação inicial é desenvolvida com estudantes do curso de pedagogia. Utilizou-se jogos teatrais de viola spolin, termo utilizado para definir indivíduos que não são da área teatral, porém querem ter uma aproximação, cujo método desenvolve afetividade, cooperação e noção de coletividade. “Educar uma criança ou adolescente, para que seja um cidadão livre e responsável por suas ações, supõe realizar uma escolha no âmbito da aprendizagem, com os enfoques teóricos e metodológicos da educação” (Melo, 2018, p. 162). Percebe-se a importância de metodologias eficazes para que exista a aprendizagem significativa dos estudantes referente ao conteúdo abordado.

Importante contribuição dos autores, Torquato e Bianchini (2013) apontam a escassez de formação inicial na área de educação para o trânsito. Diante desse desafio salienta-se que o caminho seria por meio da formação continuada.

Neste sentido, o trabalho de Almeida (2019) subsidia essa formação, pois sua pesquisa destaca significativamente a formação docente em relação a temática, com apontamentos pertinentes. Por meio de intervenção com professoras do fundamental anos iniciais, a partir de documentos oficiais orientadores educacionais e do trânsito, as professoras elaboram uma sequência didática, na qual a pesquisadora analisou se o mesmo era potencialmente significativo na contribuição de repertórios docentes.

Percebe-se que a formação docente inicial e continuada, precisa ser discutida com mais profundidade. Em razão do reduzido número de produções científicas, torna-se insuficiente maiores reflexões.

### **Subcategoria - Estratégias metodológicas**

Esta categoria permitiu a investigadora aprofundar seus conhecimentos teóricos a cerca das metodologias de ensino, constatando que os trabalhos estão fundamentados por um aporte teórico de robustez, como: Freire (1996), Habermas (2002), Delizoicov (2011), Ausubel (2003), Prensky (2001) e Cavalcante (2015).

O estudo de Guimarães (2001) desvela que um programa de educação para o trânsito

pode ser adaptado a qualquer tendência pedagógica. No caso do Programa de Alagoas, a utilizada era a Liberal Tradicional, porém durante a pesquisa foi realizada uma simulação utilizando a Progressista libertária. “Esse exercício de simulação teve como objetivo mostrar o quão facilmente um programa pode ser adaptado a qualquer tendência pedagógica adotada por uma escola” (Guimarães, 2001, p. 68). Cada escola tem sua peculiaridade o que justifica a importância de adequar as metodologias de acordo com a necessidade de cada uma.

Continuando a discussão sobre estratégias metodológicas, o trabalho de Silva (2013) utilizou a educação sensível para aprendizagem como estratégia metodológica, já que “a comoção provoca a reflexão e que é necessário sentir para se comover” (Silva, 2013, p. 87). As campanhas educativas promovidas pelo governo podem ser utilizadas pelos professores como conteúdo programático para sensibilizar os estudantes, provocando a reflexão sobre a segurança no trânsito, por meio da sensibilidade e aulas dialógicas.

Neste sentido, Franco (2013) usou como estratégia metodológica o agir comunicativo de Habermas (2002).

Nas aulas iniciais, as manifestações verbais eram feitas de maneira individual, de modo egocêntrico e, nas últimas aulas, pudemos perceber a ocorrência da intersubjetividade pela coordenação das ideias durante as discussões que marcavam o desenrolar das atividades (Franco, 2013, p. 144).

Consolidando a capacidade comunicativa e reflexiva dos estudantes no tocante à temática foram proporcionadas em sala de aula, por meio das relações interpessoais, discussões significativas sobre o trânsito através da comunicação coletiva.

Neste contexto, Santos (2017) utiliza a estratégia dos círculos de cultura, que podem ser conceituados, a partir da teoria Freiriana, como espaços nos quais se ensina e se aprende. Através do diálogo ocorre a construção do conhecimento coletivo, experiências são trocadas, conforme a histórias de vida dos educandos e educadores.

Estimulando a discussão sobre aulas dialógicas, Freire (2020) em seu trabalho elaborou oficinas pedagógicas criativas fundamentadas na teoria freiriana dos círculos de cultura, atividades estas desenvolvidas com a educação infantil em conteúdos de artes, utilizando a abordagem pedagógica dialogada, com objetivo de humanização do trânsito.

Ainda sobre a perspectiva freiriana, Simonelli (2019) aponta que é preciso despertar no estudante a visão de mundo, contextualizando com o que se aprende e o que se ensina. Os parceiros da pesquisa, juntamente com a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Curitiba, desenvolveram um desafio intermodal (escolha de modais de deslocamento como: bicicleta, andar a pé, ônibus), sendo um instrumento provocativo baseado nos Três Momentos

Pedagógicos fundamentados por Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2011), sendo eles: (i) a problematização, (ii) organização do conhecimento e (iii) aplicação do conhecimento com a finalidade. Afirmou Simonelli (2019, p. 56) que “os três momentos pedagógicos são distintos, mas entrelaçados entre si, pois do êxito de um momento se garantirá a efetividade para o próximo e, por consequência o ensino-aprendizagem com o foco no conhecimento científico”.

Para além do diálogo, Silva (2014) em sua pesquisa na qual a inserção da Educação para o Trânsito se deu por meio do Projeto Rota da Educação e aplicados para educação infantil, os trabalhos foram desenvolvidos "por meio de atividades lúdicas e práticas, c coordenação motora e a criatividade serão trabalhadas" (Silva, 2014, p. 81).

No Projeto Rumo Certo eram utilizadas atividades lúdicas para que os alunos tivessem interesse nas aulas e contribuíssem para a aprendizagem significativa dos mesmos, de acordo com Ausubel (2003). Neste sentido, Barbosa (2015), também de maneira lúdica e pela utilização de tecnologias digitais, por meio do Jogo Virtual Vrum, buscou desenvolver nos estudantes habilidades e competências que contribuam com a segurança no trânsito.

A atual geração dos alunos nasceu na era digital, os conhecidos nativos digitais. Segundo (Prensky, 2001), é necessário introduzir as tecnologias como metodologias de ensino visando despertar e motivar esses estudantes, com a finalidade da aprendizagem dos conteúdos.

Neste contexto, Ledur (2015), professor-pesquisador desenvolveu com seus alunos a utilização da Unidade de Ensino Potencialmente Significativa (UEPS), baseada na teoria da aprendizagem significativa de Ausubel (2003), a qual entende a aprendizagem como a reorganização ou potencialização da estrutura cognitiva por meio de novas ideias.

Com foco na aprendizagem significativa, Batista (2019) utilizou da estratégia da intervenção didática com estudantes do 5º ano do fundamental, por meio da transversalidade. O trabalho foi fundamentado na Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel, pois “ao seguirmos os princípios que tal teoria defende, haveria a possibilidade de potencialização da aprendizagem, de maneira que a ocorrência de aprendizagem mecânica fosse minimizada ao mesmo tempo em que a significativa fosse potencializada" (Batista, 2019, p. 132).

Importante a utilização de diversos modos de ensino. Anjos (2015) buscou novas metodologias para incrementar as aulas de Matemática e Física contextualizadas com o tema transversal trânsito. “Foram elaboradas abordagens metodológicas que privilegiam a construção do conhecimento por meio de competências e habilidades para os alunos do ensino médio" (Anjos, 2015, p. 17).

Um dos objetivos da educação para o trânsito é desenvolver nos estudantes habilidades

e competências, tornando-os multiplicadores de segurança no trânsito. Silva (2016) apresenta mais uma estratégia. A sequência didática é um conjunto de atividades, estratégias e intervenções que o docente planeja para que os estudantes compreendam e aprendam sobre o conteúdo proposto. Essa metodologia foi colocada em prática nas aulas de Física contextualizadas com a segurança no trânsito.

Neste mesmo contexto, Santos (2018) utilizou uma sequência didática nas aulas de Física contextualizando os conteúdos com a segurança no trânsito, fundamentada na Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel e Design Thinking. Essa última é conceituada por Cavalcanti (2015) como uma metodologia que tem como foco uma abordagem humanista de inovação e criatividade, na qual se busca soluções para problemas complexos em vários contextos da sociedade.

Conclui-se que as estratégias metodológicas utilizadas nos trabalhos contribuíram significativamente para despertar nos alunos o interesse pelas temáticas, colaborando com a aprendizagem significativa dos conteúdos abordados relacionados a segurança no trânsito e formação cidadã.

### **Subcategoria - Material didático**

Esta subcategoria apresenta os trabalhos que tiveram como foco a produção de material didático de educação para o trânsito.

Souza (2010) analisou o Projeto Rumo à escola que, por meio de material didático como livro do professor e do aluno, foi implementado em vários estados brasileiros no ensino fundamental, de escolas públicas e particulares. Esse material baseou-se nos estudos de Rozestraten, estudioso da área da Psicologia do Trânsito e nas diretrizes das legislações educacionais e do trânsito. A educação para o trânsito no ensino fundamental deve ser distribuída de acordo com os níveis de ensino e séries, sob a forma da transversalidade, definindo os assuntos que devem ser discutidos em cada disciplina curricular (Rozestraten, 2004).

Para promover esses materiais para os profissionais da educação, Urruth (2014) desenvolveu um curso de educação para trânsito a partir da introdução de conceitos de Física onde “disponibiliza-se um produto educacional, na forma de repositório digital, contendo os roteiros das aulas, guias de atividades e guia de apoio ao professor, além de vídeos e slides, para livre reprodução, adaptação e aplicação” (Urruth, 2014, p. 63).

Já para estudantes do fundamental, anos iniciais, Silva (2014) aponta que por meio do

Projeto Rota da Educação foi desenvolvido um material didático de acordo com cada série e material de apoio para o professor. A autora Lima (2016), referência nacional de profissional de educação para o trânsito, desenvolveu um material didático para o ensino fundamental, baseado em estudos teórico e em sua experiência.

Interessante a proposta de Sarto (2018) que elaborou um material lúdico, uma cartilha, para que os estudantes levassem para a casa e pudessem realizar as atividades juntamente com os familiares.

Durante o desenvolvimento do projeto Rumo Certo eram utilizados materiais confeccionados pelos estudantes com a finalidade de levar para casa, atingindo também os familiares, os envolvendo na causa da segurança no trânsito.

#### **4.2.4 Quarta Categoria - obstáculos para a inserção da educação para o trânsito no contexto da educação básica**

Esta categoria foi elaborada para estimular a discussão dos desafios encontrados pelos pesquisadores nos trabalhos acadêmicos, no que tange a inserção da educação para o trânsito no contexto da educação básica.

Para Silveira (1999), faz-se necessário que os professores tenham formação para atuarem com tecnologias digitais “atualmente, com o surgimento destas novas tecnologias da informação e da comunicação. O professor precisa estar preparado e atualizado” (Silveira, 1999, p. 87). É uma discussão que permeia a metodologia do ensino tradicional, no qual o professor deixa de ser um repetidor de informações para se tornar um incentivador e explorador, juntamente com seus alunos. Para Ledur (2015), a aprendizagem mecânica, tradicional do ensino conteudista, muitas das vezes, faz com que, para além dos professores, os alunos tenham resistência à novas formas de ensino. Silveira (1999, p. 88) explicita que “neste contexto, tanto professores quanto alunos são exploradores. O professor não tem a necessidade de ser o detentor exclusivo do conhecimento, mas, de ser o agente transformador, o agente que estimula o aluno para descoberta, para o aprender a aprender”.

No caminho desta perspectiva de ensino-aprendizagem, o professor não se limita a ser um mero reproduzidor. Como Freire (1996) alerta, professor e alunos são sujeitos na construção do conhecimento, ou seja, não há uma hierarquia, não há uma autoridade para dificultar o desenvolvimento da criticidade e da conscientização.

Nesse sentido, fomentar a formação continuada de professores para o uso dessas

tecnologias é uma demanda educacional urgente “e, além de despertar essa vontade, dar suporte para que o educador possa conhecer os jogos que estão disponíveis e aplicá-los a partir do planejamento das aulas” (Barbosa, 2015. p. 145).

Para além da formação adequada aos professores na utilização de novas metodologias de ensino, Silveira (1999) aponta como desafio a estruturação das escolas no que tange a aquisição de computadores, importantes ferramenta do desenvolvimento docente. Andrade (2010) destaca como desafio a carência de condições ideais para o trabalho educativo.

Na perspectiva da gestão escolar, Luck (2013) defende a gestão participativa, na qual todos os profissionais da educação têm sua parte de contribuição para coletivamente fazer com que a escola seja um espaço efetivo na construção do conhecimento. E os gestores têm como objetivo respaldar os docentes.

Guimarães (2001) e Lucia (2014) apontam que o professor tem dificuldade com a temática trânsito por não dar importância ou por achar o tema complicado. “Por mais que se ministre cursos de capacitação e tente provocar os professores para que eles possam refletir sua prática pedagógica, a Educação para o Trânsito ainda continua sendo um assunto polêmico no âmbito educacional ” (Guimarães, 2001, p. 60).

Almeida (2019) reforça que os docentes têm dificuldade em relacionarem conteúdos dos componentes curriculares com o tema transversal trânsito. A autora aponta que a falta de planejamento sistemático e das condições de ensino interferem significativamente no sucesso dos resultados esperados. Silva (2016) e Batista (2019) apontam a falta de tempo, espaço no currículo para poder contextualizar o conteúdo da disciplina com o tema transversal.

Nesse contexto, torna-se perceptível a resistência de muitos profissionais da educação em trazerem para sua prática temas transversais sociais emergentes da sociedade contemporânea, como destaca Kiefer (2011, p. 12), ao relatar que “os professores entrevistados destacaram a falta de tempo e oportunidade na grade curricular para a não-aplicação de projetos e atividades de educação para o trânsito e o não-envolvimento de outros colegas e disciplinas em projetos interdisciplinares”.

Kiefer (2015) também evidencia a carga excessiva de trabalho dos docentes, falta de apoio e recursos na escola, o que poderia explicar a baixa procura dos docentes para se capacitar no Programa Fazendo Escola e a falta de instrumentos para implantação de projetos nas escolas. “Como a elaboração e implantação de projetos são importantes para a construção de resultados, é preciso criar uma forma de acompanhamento e notificação de implantação dos mesmos” (Kiefer, 2011, p. 117).

A mesma autora ainda evidencia que na falta de avaliações de programas educativos “os resultados podem fornecer indicativos para atender à necessidade de ajustes relacionados com as práticas educativas que vão sendo desenvolvidas” (Kiefer, 2015, p. 412), com objetivo de melhorias e atualizações.

Frequência, continuidade e atendimento restrito, são revelados por Lucia (2014), muitas das vezes o tema é trabalhado esporadicamente, não atendendo todas as séries, sem continuidade, sendo um trabalho fragmentado, neste sentido “confirma-se mais uma vez a importância do gestor se posicionar frente a problemas emergentes da sociedade e trabalhar com continuidade” (Silva, 2014, p. 77)

Como desafios encontrados, as pesquisas novamente apontam a gestão educacional e escolar como sendo o caminho efetivo para a inserção da temática, convergindo com a teoria de Luck (2013) que aponta que o principal objetivo da gestão escolar é administrar com eficácia todo ambiente escolar.

Retomando as discussões de outros desafios, Silva (2014) aponta a falta de formação inicial para que os profissionais, durante a graduação, desenvolvam habilidades e competências para trabalharem com temas transversais, pois “a possibilidade de os professores desenvolverem essas competências depende da criação de políticas públicas para a melhoria da formação inicial e continuada” (Silva, 2014, p. 68). Melo (2018) reforça que o comportamento humano no trânsito é um desafio, sendo necessário encontrar caminhos de diálogo na formação inicial dos profissionais para tratarem dos conflitos sociais do mundo atual, visto que “é impossível dissociar segurança no trânsito, governos e políticas públicas” (Melo, 2018, p. 161).

Diante deste contexto, faz-se necessária uma discussão mais ampla no que tange a formação docente, inicial e continuada, dos docentes para trabalharem em seus conteúdos temas de urgência social e abrangência nacional. Silva (2014, p. 68) afirma que “os currículos dos cursos de formação de professores não tem garantido essa formação interdisciplinar e transdisciplinar, devido à importância dada ao modelo teórico que tem foco exclusivo a docência da matéria específica”.

É um apontamento significativo, o que justifica desenvolver essa discussão nos programas de pós-graduação em educação, para além das comunidades escolares e Secretarias de Educação. E, neste sentido é relevante incentivar a criação de políticas públicas que não sejam divergentes dos documentos normativos.

Opostamente a esse pensamento, Barbosa (2015) apontou “a necessidade do

estabelecimento de políticas públicas que incentivem programas específicos de educação para o trânsito - a exemplo do Programa Educacional de Resistência à Drogas e à violência (PROERD) (Barbosa, 2015, 144). Este modelo, não incentiva a formação dos docentes, pois o foco é nos estudantes e os estudos teóricos aqui relacionados apontam que este não é um caminho. Reforça-se a importância de políticas públicas de valorização e incentivo aos profissionais da educação.

Outos desafios, apontados pelos estudos de Guimarães (2001), são que os conteúdos de Educação para o Trânsito devem transcender o conhecimento de legislação e sim, de estarem conectados com o momento histórico, com as normas sociais, costumes e a cultura local. “Não devemos criar a ilusão de que a Educação para o Trânsito nas escolas vai ser capaz de resolver todos os problemas de mobilidade urbana” (Andrade, 2010, p. 114).

Pertinente a colocação, porém os estudos apontam que a educação para o trânsito nas escolas é eficaz no sentido de melhorar a consciência coletiva nos estudantes, beneficiando a mobilidade urbana e a sustentabilidade.

Logo os estudos de Pereira (2006) apontam como o maior desafio para inserção da educação para o trânsito no contexto escolar o pensamento capitalista, fazendo com que a educação atenda às necessidades da produtividade. “Fabricando um homem individualista que luta hobbesianamente por consumir, da maneira mais imediata possível, os espaços públicos de circulação, até seus mínimos quadriculamentos” (Pereira, 2006, p. 186).

No mundo contemporâneo, principalmente nos centros urbanos, o estilo de vida corrobora para um trânsito cada vez mais caótico, em razão do comportamento dos indivíduos. O apontamento de Pereira faz sentido, mas é preciso conviver com o capitalismo e suas consequências negativas para a sociedade. Por este motivo a necessidade de sensibilizar os indivíduos.

Como aponta Silva (2013), a falta de sensibilidade dos indivíduos no trânsito corrobora para consequências negativas na sociedade: acidentalidade, conflitos sociais e falta de consciência coletiva. O mesmo é apresentado por Rozestraten (2000).

A educação para o trânsito não tem sido tratada como deve, segundo Souza (2010), havendo necessidade de aperfeiçoar o conteúdo programático relativo ao tema.

É, também notório que, no caso brasileiro, a educação para o trânsito não tem merecido a importância que deveria ter, sendo necessário implementar as propostas existentes, representadas nas diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito no Ensino Fundamental, e aperfeiçoar os conteúdos programáticos a serem disseminados nesta fase do ensino (Souza, 2010, p. 98).

Neste contexto, Santos (2017), Sarto (2018), Santos (2018) e Freire (2020) apontam a

ausência de conteúdos nos currículos voltados à educação para o trânsito, a temática é pouco estudada no ambiente escolar, contribuindo para a cultura da violência nas vias. Santos (2017), Santos (2018) e Freire (2020) salientam também a pouca produção científica referente ao assunto, dificultando discussões mais profundas.

Para além da educação para o trânsito, percebe-se que existem muitos obstáculos para a inserção significativa dos temas transversais no contexto da educação básica de acordo com Araújo (2000). Andrade (2010) apontou que as orientações da LDB e dos PCNs são espelhadas em outros países, não levando em consideração as peculiaridades das escolas brasileiras.

Surgem um contexto de conformação das diretrizes educacionais brasileiras aos ditames de um macro projeto de educação em nível mundial, engendrado sob a égide da ideologia liberal e forjado pelas agências promotoras da "nova educação), dentre elas, UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial (Andrade, 2010, p. 109).

Neste sentido, muitas vezes são realizadas ações educativas improvisadas e adaptadas, por meio de pessoas e instituições externas às escolas. Santos (2017) reforça que as ações não são pontuais e sim esporádicas, acontecendo, na maioria das vezes, durante a Semana Nacional do Trânsito em setembro. Os documentos normativos educacionais e do trânsito orientam superficialmente, como é apontado por (Lima, 2016, p. 104), "os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e a proposta de efetivar o trânsito como tema transversal, muita das vezes é dispensada ou sequer pensada pelos profissionais".

Simonelli (2019) reforça que existe divergência entre as legislações educacionais e do trânsito, o que aumenta o desafio para a efetividade significativa da educação para o trânsito na educação básica:

Não há efetividade na educação para o trânsito ao ponto desta, ocupar as grades curriculares, como um grande tema tanto no ensino fundamental, quanto do ensino médio, muito menos na graduação, ainda que o este seja um tema dos mais preocupantes e urgentes a serem tratados pelo poder público e pela sociedade (Simonelli, 2019, p. 118).

É um tema que merece uma atenção especial dos gestores escolares. "Verificam-se lacunas entre o saber e o fazer, ou seja, os escolares demonstraram ter conhecimentos prévios de aspectos abordados em questionários (comportamento verbal escrito), mas não houve correspondência quando foi observado o comportamento no ambiente simulado" (Sarto, 2018, p. 95).

Muitos são os desafios, Ledur (2015) aponta que "faltam-lhes alternativas de vivências que estabeleçam valores e critérios de reciprocidade de direito e deveres no trânsito, necessidade de estabelecer ações integradas entre as educativas, legislativas e coercitivas"

(Ledur, 2015, p. 95).

Continuando os apontamentos, Urruth (2014) e Santos (2018) destacam que a educação para o trânsito não é muito trabalhada no ensino médio e superior. Para Urruth (2014, p. 9) “existem vários trabalhos relacionados as séries iniciais. Entretanto, poucos são os trabalhos direcionados para ensino médio e superior, onde se encontra a maior parte dos condutores de acidentes e das vítimas do tráfego: jovens e adultos entre 18 e 25 anos”.

Muitos jovens não demonstraram interesse em realizar as atividades pelo "fato de as atividades não valerem nota e dos conteúdos não caírem diretamente nas correntes provas pode ter contribuído para a falta de interesse de vários alunos na realização das tarefas" (Urruth, 2014, p. 62). Salientando que as aulas práticas deveriam ser mais exploradas despertando o interesse nos alunos.

Estudantes adoscentes precisam de maior motivação, as aulas devem ser atrativas, pois diante da era digital, as metodologias de ensino tradicionais se tornaram poucos atraentes, massantes.

Neste sentido, Anjos (2015) que desenvolveu um trabalho em prol de estudantes do ensino médio nas disciplinas de Matemática e Física, ressalta a importância de os educadores buscarem novas metodologias de ensino que atendam às necessidades da sociedade e que possibilite novos olhares dos estudantes “para reverter o processo de antipatia por parte dos alunos nessa disciplina e reverter o processo de ensino aprendizagem dessa importância ciência" (Anjos, 2015, p. 11), em busca de uma educação mais inovadora que atenda às necessidades educacionais e sociais.

Reporta-se aqui as teorias freirianas, as quais incentivam uma educação transformadora, caracterizada por um processo constante de criação do conhecimento e de busca da transformação-reinvenção da realidade pela ação-reflexão humana.

#### **4.2.5 Quinta Categoria - Potencialidades da inserção da educação para o trânsito no contexto da educação básica**

Nesta categoria discutiu-se as potencialidades significativas encontradas nas pesquisas acadêmicas para a inserção da temática. Em seus estudos, Simonelli (2019) evidencia que a nova era tecnológica possibilita a inserção da educação para o trânsito e Silveira (1999) reforça a importância das tecnologias digitais como ferramenta para potencializar o aprendizado significativo dos estudantes. O protótipo elaborado era de fácil manuseio, permitindo a

utilização mesmo sem muito conhecimento na área de informática, sem nenhuma linguagem de programação e estimulando a criatividade dos estudantes. “Através da validação da ferramenta, apontam-se como vantagens: estímulo à criatividade dos alunos, facilidade de manuseio e compreensão da ferramenta, atratividade e adaptação de vários conteúdos sob a forma de jogos” (Silveira, 1999, p. 88).

A utilização das tecnologias digitais reforçadas por Barbosa (2015, p. 143) é que os "jogos podem auxiliar na aprendizagem, pois trazem elementos da vida real, exercitam a tomada de decisão". Os estudantes gostam de aprender jogando, estimulam habilidades como o compartilhamento e a cooperação. Melo (2018) reforça que os jogos teatrais contribuem para a construção do conhecimento, assimilação crítica da importância da segurança no trânsito e a valorização da vida humana. Em sua pesquisa foram identificados 30 jogos teatrais que possibilitam essa construção, levando a constatar “que os jogos poderão fazer parte da formação da criança ou do adolescente para ser cidadão responsável pela própria sobrevivência, respeitar os demais e as normas sociais em seus diversos papéis ” (Melo, 2018, p. 7).

Diversificar as metodologias de ensino, contribuem para o ensino e aprendizagem dos estudantes, despertando neles a criatividade, curiosidade e autonomia. As imagens, as cores, os sons estão relacionados aos conteúdos do trânsito. As tecnologias digitais por meio de jogos, permitem aos professores trazer a realidade das vias públicas para dentro da sala de aula.

Neste sentido, Kiefer (2015) afirma que os cursos de formação docente a distância, por meios das tecnologias digitais, “cumpriram seu papel social importante no qual dizia respeito à disseminação de práticas cidadãs, pela ótica da educação para o trânsito, no contexto da educação ambiental” (Kiefer, 2015, p. 412). Aponta que a flexibilização de tempo e espaço que o ensino a distância permite, fizeram aumentar a procura pela formação.

Dando continuidade as discussões de potencialidades significativas, Ledur (2015), evidencia que a Aplicação da Unidade de Ensino Potencialmente Significativa, fundamentada na teoria de Ausubel, que estimulou o desenvolvimento de posturas reflexivas e críticas nos estudantes em relação a segurança no trânsito, contemplou a contextualização dos conceitos em diversos contextos, problematizando situações cotidianas de caráter social e cultural. Silva (2016) reforça a tese da teoria de Ausubel, que possibilitou que a autora percebesse que “trabalhar com estas abordagens gera no aluno a disposição pela aprendizagem, que se sente motivado em buscar respostas às problematizações” (Silva, 2016, p. 207).

Esta criticidade dos estudantes em relação a segurança no trânsito contribui para sua formação cidadã. Silva (2016) ainda aponta a educação dialógica e problematizadora como

potencial das aulas de educação para o trânsito, fundamentada na teoria de Freire.

Os estudos de Guimarães (2001) evidenciaram que, independente da tendência pedagógica utilizada pela escola, é possível adaptá-la para desenvolver atividades relacionadas ao tema trânsito. “Os programas elaborados pelos órgãos gestores de trânsito ou pelas secretarias de ensino podem ser adotados por qualquer escola, independentemente de qualquer tendência pedagógica, desde que esta procure adaptá-las a sua realidade” (Guimarães, 2001, p. 69).

Neste contexto, Andrade (2010) aponta a relevância da leitura crítica e reflexiva do conceito de currículo presente nos projetos de educação para o trânsito, para que a inserção da temática seja significativa a aprendizagem dos estudantes. “Somente através desta reflexão crítica e constante, poderá se chegar a propostas educacionais que atendam às expectativas dos educadores e alunos, resgatando para a sociedade o papel de uma escola viva e voltada para a realidade se se insere” (Andrade, 2010, p. 114).

Outros apontamentos significativos neste contexto são evidenciados por Franco (2013, p. 143) que ressaltou que “podemos dizer que as aulas também apresentam um viés filosófico pelo estímulo à reflexão e a crítica, pela incorporação de novos valores e pela mudança de comportamento”. Kiefer (2015) reforçou essa tese:

Os professores apontaram principalmente que a visão mudou quanto a enxergar o tema trânsito como algo pertinente à abordagem em contexto escolar e, ainda, a mudança na forma como o professor enquanto pedestre e condutor passou a conviver no trânsito da cidade, indicando mudança de postura voltada para a convivência em grupo e não apenas escolhas individuais (Kiefer, 2015, p. 405).

Importante potencialidade, demonstra que para além do ensino aos estudantes, o professor também participa desse processo de aprendizagem, tendo a consciência e a praticando nas vias públicas. Almeida (2019) reforça que a formação continuada se faz necessária, evidenciando em sua pesquisa que:

Os resultados convergem em salientar que a consecução das metas previstas pelo DENATRAN em termos da urgente educação no trânsito e pelos PCNs quanto ao tema transversal, mostra-se condicionada ao desenvolvimento de repertórios profissionais da docência definidos pelo planejamento de contingências de ensino de repertórios operantes (Almeida, 2019, p. 49).

Salientando a importância da gestão escolar e de um psicólogo de trânsito fomentando o desenvolvimento docente, para que os mesmos estejam em constante atualização e transformação, existe “a necessidade de voltar sua atuação em sala de aula para a constante reavaliação, revisão e readequação de seus planos e ensino” (Almeida, 2019, p. 49), com a

finalidade de que os estudantes alcancem as aprendizagens previstas por meio da atuação docente metodologicamente acertivas.

Pereira (2006), Andrade (2010) e Anjos (2015) apontam a formação continuada de professores como potencialidade para que a inserção da educação para o trânsito seja efetivada no contexto da educação assim como o planejamento e sistematização das ações educativas.

Para Souza (2010), Urruth (2014), Lucia (2014), Sarto (2018) e Melo (2018), Simonelli (2019), Freire (2020) a educação para o trânsito é imprescindível para reduzir a grande acidentalidade no trânsito e o conflito social. (Sarto, 2018, p. 7) evidencia que “as ações educativas são aplicáveis no ensino fundamental e podem contribuir para ampliar informações corretas e comportamentos voltados para a prevenção de acidentes infantis de Trânsito”.

Avançando nas discussões, Souza (2010) aponta que por meio da abordagem pedagógica, transversalidade, os estudantes conseguem ter uma aprendizagem significativa da importância da segurança nas vias para que se tenha uma sociedade mais consciente do seu papel para com a cidadania, minimizando os riscos à população.

Que educar para o trânsito é um fator fundamental para a vida da população, da sociedade, retratando sua possibilidade de se deslocar para o exercício das mais diversas atividades, como trabalho, estudo, saúde e lazer. Integrado a um adequado sistema de transporte e respeitando o seu caráter multidisciplinar, a educação para o trânsito contribui para o exercício pleno da cidadania (Souza, 2010, p. 99).

Lima (2016) reforça que educar para o trânsito não se resume apenas em mudança de atitudes para redução de acidentes, mas está também relacionada à civilidade, vida urbana e responsabilidade social, impactando positivamente a sociedade na redução de mortos e feridos e mudança de cultura da segurança viária. Simonelli (2019) e Freire (2020) apontam que a educação para o trânsito no contexto escolar é um fator preponderante na transformação da realidade.

Significativos apontamentos de Kiefer (2011) e Lúcia (2014) que evidenciam a importância da realização de projetos nas escolas pensando na especificidade do local e na pesquisa de Kiefer (2011) os professores entrevistados sinalizaram terem essa consciência evidenciando a importância de “capacitar o professor para desenvolver projetos de educação para o trânsito, considerando a realidade e os aspectos locais em que seus alunos estão inseridos” (Kiefer, 2015, p. 152)

Para os adolescentes, Silva (2013) aponta que, para o público do ensino médio, utilizar a sensibilidade, possibilita a tomada de consciência e a mudança de atitudes inseguras no trânsito " os resultados demonstram que os estilos chocante e emotivo são mais eficazes para

provocar a sensibilidade e a reflexão no público alvo, se comparado ao estilo cômico, que foi o que menos tocou e menos fez os sujeitos pensarem" (Silva, 2013, p. 87).

Neste sentido, Anjos (2015) e Silva (2016) reforçam que, para estudantes do ensino médio, faz-se necessário fomentar a motivação dentro de sala de aula, visando que os conteúdos façam aflorar o senso crítico e o potencial dos estudantes na resolução de situações problemas nas vias públicas, tornando-os multiplicadores de segurança no trânsito.

Outos apontamentos, de Silva (2016) e Batista (2019) evidenciaram que os estudantes, inicialmente, levaram na brincadeira às situações relacionadas ao trânsito e, após o contato com a temática, passaram a ter um outro olhar, mais crítico, humano e respeitoso.

Nesse contexto, Santos (2017) em seu trabalho evidencia que a sensibilização, entusiasmo e motivação dos estudantes contribuiriam para a mudança de visão em relação a temática, que aulas dialógicas levando em consideração as esfericidades dos indivíduos e suas culturas, contribuem para a formação cidadã.

Sendo assim, a gestão escolar fundamentada por Luck (2013) tem um papel fundamental para incentivar a prática da inserção de temas sociais por meio da interdisciplinaridade, motivando os docentes, como evidenciado por Simonelli (2019, p. 66) ao relatar que "uma vez que a direção escolar e a equipe pedagógica se apropriam dos avanços que se pode ter na educação para o trânsito, permeada por todas disciplinas, ocorre a sensibilização do corpo docente".

Para além da gestão, as metodologias de ensino são protagonistas no processo da efetivação da educação para o trânsito. A partir dos círculos de cultura ocorre a promoção de despertar no estudante o senso crítico para a cultura instalada da violência no trânsito, questionando comportamentos que não sejam compatíveis com um trânsito seguro e a valorização da vida. A "escola é responsável pela construção de valores sociais que permite o ser humano a conviver de forma segura, cultivando a sua emancipação, cidadania e a vida" (Santos, 2017, p. 8).

Freire (2020) reforça que os círculos de cultura contribuem para a emancipação dos estudantes potencializando suas boas escolhas no trânsito. Para o autor a legislação brasileira é robusta, precisa ser colocada em prática e umas das possibilidades é por meio de trabalhos científicos que venham somar com a legislação para que a educação para o trânsito seja inserida nas escolas para que os estudantes sejam formados para a cidadania.

Visibilidade é uma potencialidade. O curso de Física e Segurança no Trânsito desenvolvido por Urruth (2014) foi premiado no 7º Prêmio da Empresa Pública de Transporte

e Circulação “na categoria de trabalhos universitários, avaliado segundo critérios de adequação ao tema, clareza, objetividade, respeito às normas gramaticais e finalidade” (Urruth, 2014, p. 63). Significativa premiação que evidencia a educação para o trânsito, dando a ela visibilidade e importância.

Neste contexto, Barbosa (2015) aponta também a importância da premiação do Jogo Vrum pelo Prêmio Serious Play Awards, reconhecido como os melhores jogos do mundo, voltados para aprendizagem, reforçando a visibilidade e importância da educação para o trânsito como tema emergente social.

Os estudos de Silva (2014) e Lima (2016) apontam a interdisciplinaridade como potencialidade na inserção da educação para o trânsito na escola. Silva (2014, p. 83) evidencia em seus estudos que “sem a conscientização, as práticas atuais no trânsito não se modificarão, colocando em risco a segurança do ciclista e do coletivo”. O autor salienta a importância da educação ambiental e no trânsito no contexto escolar, como possibilidade de mudança de comportamentos e atitudes dos indivíduos, que por meio dessa conscientização aconteça a solidariedade entre os usuários das vias públicas.

Lucia (2014) também revela em seu estudo que a conscientização dos estudantes é fator importante para que existam mudanças de comportamentos e atitudes, resultando na tolerância, igualdade de direitos, responsabilidades, dentre outros valores indispensáveis para a humanização do trânsito, “o espaço educativo é ideal para esse trabalho desde que o gestor caminhe com a comunidade escolar na mesma direção” (Lucia, 2014, p. 75).

Neste sentido Lúcia (2014) apresenta a relação entre uma boa gestão escolar e a educação para o trânsito, no sentido de que o gestor é responsável pelo planejamento, organização, controle e avaliação. Apontando a gestão democrática e participativa Luck (2013) como ferramenta pedagógica para potencializar a inserção de temas sociais no contexto da escola, ampliando as possibilidades de resultados significativos.

Fomentando a discussão Ledur (2015) evidencia que ocorreu uma mudança de paradigma no sentido de o processo avaliativo não ser por aplicação de provas, mas, sim, avaliando os estudantes por meio de atividades colaborativas, elaboração de mapas mentais e socialização das atividades “a realização de tarefas colaborativas em pequenos grupos e a socialização dos resultados no grande grupo, estimulou a interação social, aspecto relevante na aprendizagem significativa” (Ledur, 2015, p. 93).

Observa-se a importância das metodologias no processo de aprendizagem significativa. Santos (2018) reforça que a inovação das metodologias de ensino nas aulas de Física,

contextualizadas com o tema transversal segurança no trânsito, contribui para fomentar a aprendizagem significativa dos estudantes e sua formação para a cidadania no trânsito a partir da aplicação de conhecimentos científicos à problemas reais, do cotidiano dos estudantes. Permite uma maior interação entre estudante-docente-conhecimento, a intervenção didática contribuiu para a inovação de estratégias.

Nesse contexto, Batista (2019) afirma que a contextualização do conteúdo da disciplina com o tema transversal resulta na aprendizagem significativa dos estudantes, a qual Ausubel (2003) defende que acontece por meio da interação entre o conhecimento prévio mais o novo conhecimento. “A pesquisa demonstrou que houve evidência de aprendizagem significativa, levando-se em conta que as atividades se mostraram como potencialmente significativas, pois favoreceram à turma relacionar aquilo que já sabia (subsunçores) com os novos conhecimentos” (Batista, 2019, p. 8).

Percebe-se que por meio da fundamentação de Ausubel (2003) estas potencialidades contribuíram para a aprendizagem significativa dos estudantes. Melo (2018) reforça que a comunicação, a interação por meio da ludicidade de jogos teatrais ofertados como oficina de formação inicial, potencializaram a aprendizagem significativa dos estudantes, futuros professores da educação básica, os quais serão multiplicadores de segurança no trânsito. Evidenciando a relevância de ser um trabalho desenvolvido de maneira sistemática e contínua.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento desta dissertação sobre Educação para o Trânsito no contexto escolar foi possível certificar a relevância da inserção do tema no âmbito da educação básica, a fim de contribuir com a redução da acidentalidade do trânsito e da formação plena dos estudantes para o exercício da cidadania. Torna-se relevante apontar que durante a pesquisa bibliográfica foi constatado que a temática possui escassa produção científica, em virtude da pouca exploração do tema nas comunidades escolares.

Durante o percurso da pesquisa foi identificado que o Brasil possui uma legislação significativa sobre trânsito, sendo os direitos dos cidadãos assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o que possibilitou a implementação de políticas públicas nacionais sobre o assunto. Nessa elaboração normativa, os legisladores deram protagonismo à Educação para o Trânsito na reformulação do Código de Trânsito Brasileiro em 1997, na qual, pela primeira vez se teve um capítulo específico ao tema, ao positivar que a educação para o trânsito deveria ser trabalhada em todos os níveis da educação formal por meio da abordagem interdisciplinar, bem como cada órgão pertencente ao Sistema Nacional de Trânsito, deveria desenvolver obrigatoriamente ações permanentes voltadas para este fim. Por sua vez, dada a sua relevância, foram elaboradas resoluções do CONTRAN, regulando e fomentando os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito a estruturarem seus respectivos departamentos de Educação para o Trânsito.

A Legislação Educacional converge com a legislação de trânsito, uma vez que tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, quanto os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 fomentam a inserção de temas sociais na educação básica. A temática da educação para o trânsito despontou de forma intrínseca ao atender aos quatro critérios para eleição dos temas transversais: urgência social; abrangência nacional; possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental; e favorecimento à compreensão da realidade e à participação social. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, o tema trânsito é classificado como Temas Locais.

Há pouco tempo tivemos a promulgação da Base Nacional Comum Curricular de 2017, caracterizada como um documento normativo para as redes de ensino e suas instituições públicas e privadas, referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para a educação básica nacional, na qual os Temas Transversais foram alterados para Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) e a educação para o trânsito está inserida no

macro tema cidadania e civismo. Se tornando uma possibilidade pertinente para estudos futuros, pois esta pesquisa foi desenvolvida com trabalhos acadêmicos que não se relacionavam com a BNCC, por se tratar de um documento educacional recente.

Nesta pesquisa bibliográfica, na qual se descreveu e analisou trabalhos acadêmicos que tratavam da Educação para o Trânsito no contexto da educação básica constatou-se que a legislação do trânsito e educacional não são suficientes para que a inserção da temática seja de fato efetivada nas redes de ensino, desvelando a complexidade do assunto e a sua relevância para a sociedade.

As pesquisas apontaram alguns obstáculos para a inserção efetiva da educação para o trânsito nas escolas de educação básica. Entre esses obstáculos cita-se a falta de interesse dos professores em abordar o tema, pois não recebem elementos capazes de os tornarem aptos para tal questão em sua formação inicial, o que demonstra carência na formação de professores, especialmente no que diz respeito a formação continuada. Insta, ainda, ressaltar que a temática trânsito não deve ser apenas uma preocupação dos docentes, mas de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Outros entraves foram divergências em alguns documentos normativos, falta de orientações, políticas públicas inconsistentes, conteúdos programáticos rasos, dificuldade de compreender a temática, tanto por alunos quanto por professores que, diante da necessidade da introdução do tema acabam improvisando atividades, o que desmantela a finalidade inicial da introdução da educação para o trânsito que é conscientizar os alunos para a mobilidade no trânsito.

Como potencialidades, surgiram possibilidades relevantes, tais como a utilização das tecnologias digitais como instrumento pedagógico, formação de professores continuada a distância, metodologias de ensino fundamentadas em aulas dialógicas, participativas e lúdicas, e a Gestão Escolar Participativa.

As tecnologias digitais foram inseridas no mundo pedagógico e devem ser utilizadas, visto que são ferramentas que tornam as aulas lúdicas, prazerosas, promotoras do entendimento do conteúdo, estimulantes do interesse dos alunos que vivem em era digital, onde a informação chega velozmente, a todo momento.

Percebe-se uma busca pela introdução do tema da educação no trânsito, a qual tem como finalidade reduzir a acidentalidade. No entanto, ainda há muito que ser feito para que os envolvidos como os criadores de projetos, escola, comunidade, agentes responsáveis pelo trânsito e pela legislação em vigor trabalhem juntos em prol da criação de sujeitos críticos,

reflexivos e que voltem sua atenção para a importância que é o trânsito.

No tocante a contextualização do tema segurança no trânsito com as demais disciplinas, vale destacar que o conhecimento científico ofertado pela temática trânsito como, por exemplo, respeitar o próximo, pode ser aproveitada no cotidiano do aluno auxiliando na resolução de uma diversidade de outras situações, visto que é praticado o conhecimento antigo com o novo, elevando as potencialidades do estudante como cidadão.

Conclui-se este trabalho, no quais a Gestão Educacional/Escolar e as estratégias metodológicas de ensino foram evidenciadas como as maiores potencialidades, apontando um caminho para que a educação para o trânsito seja realmente inserida no contexto escolar, de maneira sistemática e contínua.

Almeja-se que este trabalho possa contribuir com as comunidades escolares, fomentando a produção e divulgação científica da temática , possibilitando discussões aprofundadas nas instituições de ensino, para que gestores escolares tenham engajamento para implementarem a temática em seus currículos, a fim de que os estudantes sejam formados para serem cidadãos críticos e reflexivos, que tenham consciência de seus direitos e deveres no exercício da cidadania, com foco na preservação da vida humana.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. G. **Educação para o trânsito no ensino fundamental**: dimensões metodológicas e formativas no planejamento, na execução e na avaliação de sequências didáticas. 2019. 64 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia de Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2019.
- ANDRADE, S. C. **O conceito de currículo no contexto das propostas de educação para o trânsito**. 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2010.
- ANJOS, D. M. **Aplicações das funções afim e quadrática na educação para o trânsito**. 2015. 53 f. Dissertação (Mestre em Matemática) - Universidade Federal do Ceará, Juazeiro do Norte, 2015.
- ARAÚJO, U. F. de. Apresentação à edição brasileira. In: BUSQUETS, M. D. et al (Org.). **Temas Transversais em educação**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- ARAÚJO, U. F. **Temas Transversais e a estratégia de projetos**. São Paulo: Moderna, 2003.
- ARROYO, M. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: vozes, 2011.
- AUSUBEL, D. P. **Aquisição e Retenção de Conhecimentos: Uma Perspectiva Cognitiva**. Lisboa: Plátano, 2003.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARBOSA, R.E. **Jogando para transitar seguro: uma experiência de educação para o trânsito**. 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- BATISTA, L.S.A. **Contribuições do ensino de velocidade para a compreensão de fatores relacionados à educação para o trânsito no ensino fundamental**. 2019. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC - propostas de práticas de implementação**. Brasília: MEC/SEB, 2019.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. **Temas contemporâneos transversais na BNCC – Contexto histórico e pressupostos pedagógicos**. Brasília: MEC/SEB, 2019a.
- BRASIL. Ministério da Infraestrutura. **Lei nº 13.614**. PNATRANS – Plano Nacional de Mortes e Lesões no Trânsito, Brasília, 2018.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB 11**,

de 7 de julho de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Parecer Homologado. Diário Oficial da União, Brasília, p. 28. Seção 1.

BRASIL. Ministério das Cidades. Departamento Nacional de Trânsito. **Portaria nº 147**, de 2 de junho de 2009. Diretrizes Nacionais da Educação para o trânsito no ensino fundamental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 106, p. 139, 2009. Seção 1.

BRASIL. **Código Nacional de Trânsito**: código de trânsito brasileiro, instituído pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. 2. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Apresentação dos Temas Transversais. Ética. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília, MEC/SEF, 1997b.

BRASIL **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CANÁRIO, R. **Formação e desenvolvimento profissional de professores**. [S. l.; 2012]. Disponível em: <https://crispasuper.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/06/formdesenvolprofisprofes.pdf> Acesso em: 10 out. 2020.

CARVALHO, C. H. R. de. **Desafios da mobilidade urbana no Brasil. Texto para discussão**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

CAVALCANTI, C. M. C. **Contribuições do Design Thinking para concepção de interfaces de ambientes virtuais de aprendizagem centradas no ser humano**. 2015. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo - USP/São Paulo, 2015.

**DATASUS**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/ext10uf.def> Acesso em: 12 dez. 2023.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. P.; PERNAMBUCO, M. M. C. A. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ESPAÑA. **Guía Didáctica de Educación Vial para el Primer Ciclo de la Educación Primaria. Unidad de Intervención Educativa DGT Centro Superior de Educación Vial**. Salamanca, 2017 Disponível em: <http://www.dgt.es/es/seguridad-vial/educacion-vial/recursos- didacticos/infancia/Guia-didactica-educacion-vial-primaria.shtml> Acesso em: 27 dez. 2020.

FARIA, E. O.; BRAGA, M. G. C. Avaliar programas educativos para o trânsito não é medida redução de acidentes ou de exposição ao risco de acidentes. **Anais... XIX Congresso de Pesquisas e Ensino em Transportes**. ANPET Panorama Nacional da Pesquisa em Transportes 2005, Recife, v. 3, p. 1000-1011, 2005.

FERREIRA, R. A. *et al.* Leal. Acidentes de trânsito em cidades pequenas de minas gerais: comparação com cidades médias e grandes. **Anais... 9º Congresso luso-brasileiro para o planejamento urbano, regional, integrado e sustentável (Pluris 2021 Digital)**. Pequenas cidades, grandes desafios, múltiplas oportunidades. 7 a 9 de abril de 2021.

FRAINER, D. M. **A estrutura e a dinâmica da indústria automobilística no Brasil**. 2010. 137 f. Tese (Doutorado Institucional em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, p. 137. 2010.

FRANCO, E. T. S. **Ações educativas para promover o agir comunicativo na interface matemática e trânsito**: pesquisa sobre a própria prática. 2013. 167 f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) - Universidade Estadual Paulista, Bauru.

FREIRE, L.F. **Círculos de cultura como prática pedagógica em educação para o trânsito na educação infantil**. 2020. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, B. A.; NUNES, M. M. R. (Org.) **Formação de professores para o ensino Fundamental**: estudo de currículos das licenciaturas em Pedagogia, Língua Português, Matemática e Ciências Biológicas. São Paulo: FCC/DPE, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GIORDANO, C. C. Educação financeira e resolução de problemas na proposta curricular brasileira. **Areté. Revista Digital del Doctorado en Educación de la Universidad Central de Venezuela**, v. 9, n. 18, p. 11-36, jul./dec. 2023.

GUIMARÃES, N. L. B. **Educação para o Trânsito: sua inserção nas quatro primeiras séries da educação fundamental**. 2001. 76 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2001.

HABERMAS, J. **Racionalidade e comunicação**. Tradução de Paulo Rodrigues. Lisboa: Edições 70, 2002.

HOFFMANN, M. H.; CRUZ, R. M.; ALCHIERI, J. (Orgs.). **Comportamento humano no trânsito**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

KIEFER, J. G. **A educação a distância como apoio à implantação de um trânsito cidadão**: a experiência da cidade de São Paulo. 2015. 432 f. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

KIEFER, J.G. **Programa fazendo escola - Educando para novos valores no trânsito: um estudo de caso com professores**. 2011. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

LEDUR, J.R. **Educação para o trânsito no ensino de ciências: proposta de uma unidade de ensino potencialmente significativa**. 2015. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2015.

LIBÂNEO, J. C. O Campo Teórico e Profissional da Didática Hoje: entre Ítaca e o canto das sereias. In: FRANCO, M.A. S.; PIMENTA, S. G. (Org.). **Didática: embates contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2011. P. 43-74.

LIBÂNEO, J. C. **Tendências pedagógicas na prática escolar**. São Paulo: Loyola, 1992.

LIMA, R. T. **Educar crianças para uma mobilidade mais segura**. Link, [2022]. Disponível em: [https://www.linkedin.com/pulse/educar-crian%C3%A7as-para-uma-mobilidade-mais-segura-roberta-torres?trk=public\\_profile\\_article\\_view](https://www.linkedin.com/pulse/educar-crian%C3%A7as-para-uma-mobilidade-mais-segura-roberta-torres?trk=public_profile_article_view) Acesso: 22 out. 2022.

LIMA, R. T. **A educação para o trânsito como tema transversal: fundamentação pedagógica, ideológica e legal**. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

LUCIA, M. D. **Educação para o trânsito e a gestão da escola**. 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Uberaba, Uberaba, 2014.

LUCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MELO, E. S. **Educação para o Trânsito através dos jogos teatrais**. 2018. 283 f. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MENEZES, E. T. **Verbete temas transversais. Dicionário Interativo da Educação Brasileira – EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/temas- transversais/> Acesso: 19 out 2022.

MOREIRA, M. A. **Aprendizagem significativa: a teoria e textos complementares**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V.M. **Indagações sobre o Currículo: Currículo, conhecimento, cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf> Acesso: 04 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Salvar vidas – pacote de medidas técnicas para a segurança no trânsito**. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2018.

PALITOT, M. D. *et al.* **Temas transversais e formação de professores: saberes essenciais para a educação**. Anais... II CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2015.

PALITOT, M. D. TEMAS TRANSVERSAIS: olhares e saberes essenciais para a educação brasileira. In: PALITOT, Mônica Dias (Org.). **A transversalização de temas educacionais e sociais no desenvolvimento das escolas brasileiras: Reflexões para a práxis**. João Pessoa: Ideia, 2015.

PEREIRA, M. P. **A educação para o trânsito no Ensino Fundamental: horizontes para uma cidadania no Estado Neoliberal**. 2006. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

- PRENSKY, M. Digital Natives Digital Immigrants. **NCB University Press**, v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001.
- ROZESTRATEN, R. J. A. **Psicopedagogia do Trânsito: princípios psicopedagógicos de educação transversal para o trânsito para professores do Ensino Fundamental**. Campo Grande: Editora UCDB, 2004.
- SANTOS, F. S. **A educação para o trânsito e o ensino de física: análise de uma sequência didática construída a partir da aprendizagem significativa e do Design Thinking**. 2018. 246 f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2018).
- SANTOS, R. C. **Educação para o trânsito no ensino fundamental: uma atitude emancipatória**. 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2017.
- SARTO, S. B. D. **Ações educativas no ensino fundamental sobre prevenção de acidentes de trânsito**. 2018. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2018.
- SCHNEIDER, E. J. **As contribuições da educação para a segurança no trânsito: um olhar na perspectiva humano cidadã**. 2020. 167 f. Tese (Doutorado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2020.
- SILVA, E. B. S. **O uso da bicicleta como forma sustentável de mobilidade urbana e promoção da qualidade de vida: um olhar sobre a cidade de Atibaia**. 2014. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.
- SILVA, I. R. **Campanhas educativas para o trânsito: a percepção sensível de jovens e adultos**. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2013.
- SILVA, P. S. **O ensino do conceito de colisões no ensino médio e a formação do aluno para a cidadania no trânsito: avaliando o processo de ensino e aprendizagem**. 2016. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2016.
- SIMONELLI, L.M.C. **A necessidade da inserção da educação para o trânsito na educação básica: o desafio intermodal como um estudo de caso**. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.
- SILVEIRA, S.R. **Estudo de uma ferramenta de Autoria Multimídia para a Elaboração de Jogos Educativos**. 1999. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Computação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- SOUZA, J. L. **Sobre a forma e o conteúdo da educação para o trânsito no ensino fundamental**. 2010. 133 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Transportes) - Escola e Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

TORQUATO, R.; BIACHINI A. S. Formação de professores e sua contribuição para a educação de trânsito em sala de aula. **Revista Psicologia**, n. 2, p. 15-32, 2013.

URRUTH, H.G.S. **Física e Segurança no Trânsito**: um curso de física e educação para o trânsito para jovens e adultos. 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Física) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

VASCONCELLOS, E. A. **Políticas de transporte no Brasil**: a construção da mobilidade excludente. Barueri, SP: Manole, 2013.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

Esta seção faz uma apresentação do produto educacional produzido como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal de Lavras – PPGE-UFLA. Compreende-se que essa produção fomenta a articulação entre teoria e prática, e universidade e escola, articulando a produção científica e o “chão da escola”.

Os achados da pesquisa, ou seja, as análises feitas das produções acadêmicas que tiveram como foco as teses e dissertações sobre a educação para o trânsito nas escolas de educação básica e a atuação profissional da pesquisadora, forneceram elementos para a elaboração de um documento orientador, que possa contribuir com as Secretarias Municipais de Educação e Gestores escolares como subsídio para fomentar a inserção da educação para o trânsito no currículo.

O material elaborado apresenta características de um material instrucional que conta com elementos que possam servir como orientadores para que redes de ensino municipais insiram nos seus currículos a educação para o trânsito de acordo com os dispositivos normativos.

Ressalta-se que este produto educacional não pretende ser um documento estruturador do currículo escolar, mas apenas um parâmetro ou uma diretriz para que as redes de ensino possam inserir no currículo a temática da educação para o trânsito.

Os estudos teóricos da pesquisa contribuíram para definir fundamentos e estratégias metodológicas para que exista a possibilidade da efetiva inserção da Educação para o Trânsito no contexto escolar da educação básica, assim como permitiu uma discussão e reflexão acerca dos desafios e potencialidades apontados nas pesquisas acadêmicas.

O documento orientador ou parâmetro foi pensado após a coleta e a análise dos dados da pesquisa. Produção esta, que tem como aporte teórico a Base Nacional Comum Curricular, sendo a legislação educacional vigente sobre a temática da educação para trânsito e nos conceitos de interdisciplinaridade e transversalidade, sobre os quais se assenta a perspectiva da educação para o trânsito.

Desse modo, o produto educacional contempla na sua elaboração:

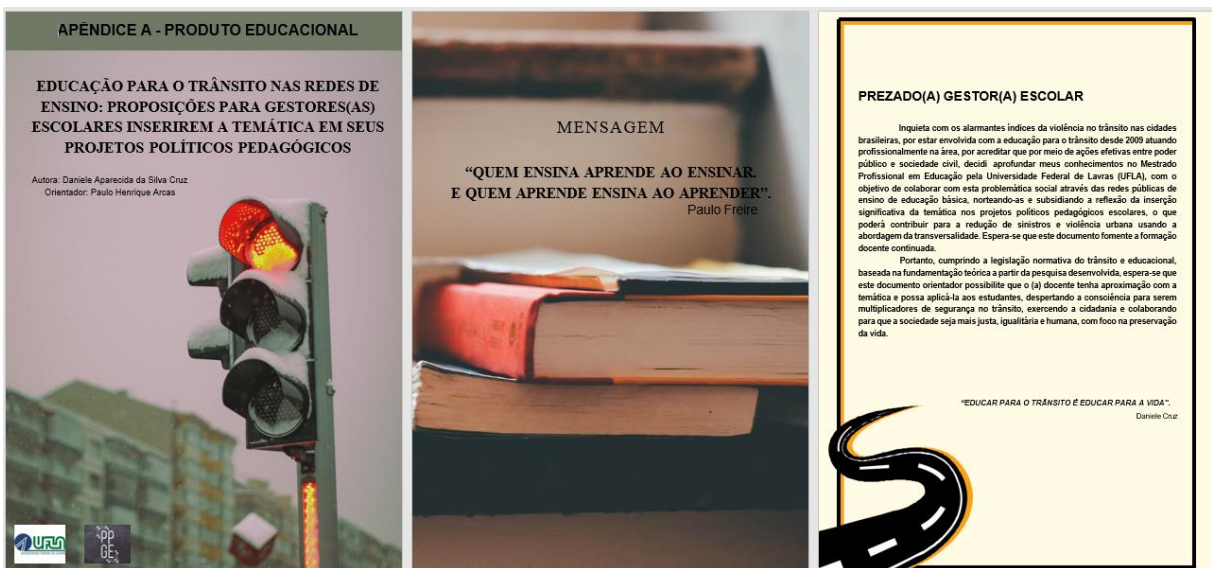
- ✓ Referencial teórico sobre o tema
- ✓ Arcabouço legal que normatiza a educação para o trânsito no currículo escolar;

- ✓ Conceitos essenciais relacionados à temática, como interdisciplinaridade, transversalidade, formação para atitudes e valores, entre outros;
- ✓ Reflexões acerca do papel dos e dos gestores escolares e dos e das docentes na introdução da educação para o trânsito no currículo escolar;
- ✓ Estratégias metodológicas, sugestões de materiais e atividades que poderão ser feitas ao se tratar da temática;

O documento orientador (produto educacional) deverá dialogar com os gestores educacionais e escolares, tanto aqueles que tomam as decisões curriculares no âmbito das secretarias de educação, quanto aqueles que tomam decisões pedagógicas nas escolas, além de ter interlocução com docentes, supervisores pedagógicos e demais responsáveis pelas atividades de ensino.

Espera-se que esta produção possa subsidiar a discussão sobre a inserção da educação para o trânsito nas escolas de educação básica, por meio da transversalidade, sendo um material teórico atrativo, no qual, os profissionais da educação possam se reportar e despertarem nos estudantes a consciência de atitudes seguranças no trânsito para fins da valorização humana e pleno exercício da cidadania.

A sequência de figuras abaixo são um demonstrativo do produto educacional apresentado.



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO ..... 05

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA ..... 07

LEGALIDADE ..... 09

CONCEITOS ..... 11

REFLEXÕES ..... 14

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS ..... 16

CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 19

DICAS ..... 19

REFERÊNCIAS ..... 21

## APRESENTAÇÃO

O presente documento foi elaborado a partir da pesquisa de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Lavras. Intitulado "Inserção da educação para o trânsito nas redes de ensino: contribuições a partir das pesquisas acadêmicas", trata-se de um documento orientador que apresenta fundamentos teóricos, reflexões dialógicas e proposições práticas a respeito da educação para o trânsito no contexto escolar, com objetivo de orientar os gestores escolares para que possam inserir a temática em seus projetos políticos pedagógicos, assim como subsidiar a formação continuada dos professores.

Os estudos acadêmicos e as reflexões acerca da temática precedentes à construção deste material contribuíram para definir fundamentos e conceitos da educação para o trânsito no contexto escolar, como também discutir fatores que se evidenciam como obstáculos e como potencialidades para esta alternativa de ensino.

Este produto educacional não pretende ser um documento estruturador do currículo escolar, mas um material instrucional que contemple elementos que sirvam como orientadores para que redes de ensino municipais insiram nos seus currículos a educação para o trânsito de acordo com os dispositivos normativos, ou seja, fundamenta-se na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na legislação vigente sobre a temática da educação para o trânsito e nos conceitos de interdisciplinaridade e transversalidade, sobre os quais se assenta a perspectiva da educação para o trânsito.

05

### O DOCUMENTO SE ORGANIZA:

- Referencial teórico sobre o tema;
- Arcabouço legal que normatiza a educação para o trânsito no currículo escolar;
- Conceitos essenciais relacionados à temática, como transversalidade e interdisciplinaridade, formação para atitudes e valores;
- Reflexões acerca do papel dos e das gestores escolares e dos e das docentes na introdução da educação para o trânsito no currículo escolar;
- Estratégias metodológicas, sugestões de materiais e atividades que poderão ser feitas ao se tratar da temática.

Por fim, apresentam-se as considerações finais e a bibliografia de referência. Espera-se que este documento orientador possa contribuir para a reflexão e discussão acerca da temática inserida nas práticas pedagógicas no cotidiano escolar, fomentando o processo de ensino-aprendizagem. O material deve dialogar com os gestores educacionais/escolares, tanto aqueles que tomam as decisões curriculares no âmbito das secretarias de educação, quanto com aqueles que tomam decisões pedagógicas, além de ter interlocução com docentes, supervisores pedagógicos e demais responsáveis pelas atividades de ensino nas escolas.

06

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### O que dizem os autores

A pesquisa desenvolvida aponta a educação para o trânsito inserida no contexto escolar como uma potencialidade para contribuir para uma sociedade justa, igualitária e humana, no que tange a redução da acidentalidade e o desenvolvimento nos estudantes, bem como em suas posturas e comportamentos referentes a valorização da vida humana. Favorece, ainda, a formação integral dos alunos, apontada pela BNCC, como sendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioemocionais, físicas e culturais, sem deixar uma ou outra de lado.

**Abaixo apresento o que alguns teóricos apontam:**

Partindo dos pressupostos de Freire (1996) o autor argumenta a favor da demanda da constituição de espaços coletivos de formação nas redes de ensino, a fim de que se desenvolvam práticas de observação, registro, reflexão e discussão permanentes. Nesse sentido, o professor necessita se colocar aberto a aprender com seus alunos, possibilitando ao educando se sentir parte de todo o processo. O professor necessita promover e possibilitar em sua prática docente posturas, saberes e fazeres inclusivos.

**Luck (2013)**  
Estudiosa na área de gestão escolar aponta que o tipo de liderança exercida pelo profissional que assume o compromisso de gerir uma equipe poderá ser capaz de promover mudanças consideráveis em um grupo de trabalho. Os gestores escolares, atuando como líderes, são os responsáveis pela sobrevivência e pelo sucesso de suas organizações. E que esta seja participativa e democrática para atingir os objetivos educacionais.

**Rozestraten (2004)**  
Estudioso do comportamento humano no trânsito, considera a combinação de três eixos o comportamento do participante do trânsito, a via e o veículo. Sobre o comportamento do participante do trânsito, tenta-se compreender, prever e na medida do possível controlar seu comportamento.

07

**Araujo (2000)**  
Teórico que discute os temas transversais. Evidencia que os valores são construídos a partir do diálogo e da qualidade das trocas que são estabelecidas entre os indivíduos, grupos e instituições em que se vive.

**Lima (2016)**  
Profissional da área do trânsito, com experiência em desenvolvimento de material didático para ensino fundamental. Para a autora a educação básica bem sucedida suscita o desejo de continuar a aprender, uma associação entre o nível de escolaridade dos indivíduos e sua participação em novas atividades educativas e culturais. Iniciar precocemente a preparação dos indivíduos para o enfrentamento dos riscos de um sistema inseguro – o trânsito – trará, potencialmente, benefícios imediatos e acumulados ao longo da vida.

**Kiefer (2015)**  
Estudiosa da área da formação docente continuada em educação para o trânsito, aponta que cursos a distância são uma ferramenta para fomentar a formação dos professores para atuarem como multiplicadores de segurança no trânsito. Criando possibilidades para os gestores escolares.

**Schneider (2020)**  
Profissional do trânsito, com estudos na área, para ele a educação para o trânsito promove uma mudança cultural e apresenta-se como possibilidade significativa para assegurar um trânsito mais seguro, permitindo o exercício da cidadania.

08

## LEGALIDADE

- Código de Trânsito Brasileiro Nº 9.503/1997**
- Parecer CNE/CEB Nº 11/2010**
- Resolução CNE/CEB Nº 07/2010 (Art. 16 - Ensino Fundamental)**
- Resolução CNE/CP Nº 02/2017 (Art. 8, § 1º)**
- Resolução CNE/CEB Nº 03/2018 (Art. 11, § 6º - Ensino Médio).**

09

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB), Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, é considerado um dos códigos mais avançados do mundo e muito bem elaborado, pois trouxe consigo muitas inovações. Uma grande conquista é que, pela primeira vez, o código traz um capítulo exclusivo à educação, determinando, entre outros aspectos, a implementação da Educação para o Trânsito em todos os níveis de ensino. Segundo o CTB, "A educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito".

**Parecer CNE/CEB nº 11/2010** trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e determina que o acesso ao conhecimento escolar tem, portanto, dupla função: desenvolver habilidades intelectuais e criar atitudes e comportamentos necessários para a vida em sociedade.

**Resolução CNE/CEB nº 07/2010** (artigo 16 – ensino fundamental): O Parecer CNE/CEB 11/2010 publicado no D.O.U. de 31/12/2010 com a finalidade de regulamentar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove). Na página 14 do referido documento explicita-se que a educação para o trânsito se encontra em destaque, sinalizando a importância da mesma ser desenvolvida nas escolas de ensino fundamental: "Outras leis específicas, que complementem a LDB, determinam ainda que sejam incluídos temas relativos à educação para o trânsito (Lei nº 9.303/97). Temas sociais que têm um papel primordial na busca de formar cidadãos críticos e atuantes na sociedade, que sejam empáticos e tenha consciência da valorização da vida.

**Resolução CNE/CP nº 02/2017** (artigo 8). A educação para o trânsito inserida nas escolas através da transversalidade está fundamentada e regulamentada também pela BNCC – Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implementação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

**Resolução CNE/CEB Nº 03/2018** (Art. 11, § 6º - Ensino Médio) atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, para que os sistemas de ensino e unidades escolares organizem seus currículos.

§ 6º Devem ser incluídos temas exigidos por legislação e normas específicas, na forma transversal e integradora, tais como o processo de envelhecimento e o respeito e valorização do idoso; os direitos das crianças e adolescentes; a educação para o trânsito; a educação ambiental; a educação alimentar e nutricional; a educação em direitos humanos; e a educação digital.

10

## CONCEITOS

Nos documentos normativos a educação para o trânsito deve ser inserida na escola por meio da transversalidade e interdisciplinaridade.

### QUAL A DIFERENÇA?

Para a BNCC a transversalidade é um princípio que desmembra metodologias modificadoras da prática pedagógica, integrando diversos conhecimentos e ultrapassando uma concepção fragmentada, em direção a uma visão sistêmica. Já a interdisciplinaridade é o cruzamento entre os componentes curriculares, no qual as disciplinas dialogam entre si.

Apesar de ambas rejeitarem a concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, acabados ou fechados, a interdisciplinaridade se refere à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento e a transversalidade a dimensão didática. Ou seja, a interdisciplinaridade questiona a visão compartimentada da realidade sobre a qual a escola se constitui. Trabalha fazendo conexões entre os conhecimentos das diferentes disciplinas.

Já a transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento. São os assuntos que permeiam o conteúdo disciplinar, possibilitando a referência a sistemas construídos na realidade dos alunos.

Disciplina	Área do conhecimento
História e Geografia	Ciências humanas e suas tecnologias
Língua Portuguesa, Artes e Educação Física	Ciências naturais e biologia
Matemática	Linguagens e suas tecnologias
	Matemática e suas tecnologias

11

## TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS (TCTS)

Desde a década de 97, as questões sociais inseridas no contexto escolar vêm se consolidando para colaborarem na formação do cidadão, se tornando objeto de aprendizagem e reflexão dos alunos. Com a homologação dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTS) da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, surgiram as dúvidas e questionamentos de como implementar os temas de maneira contextualizada e articulada com os demais conteúdos das áreas do conhecimento.

A proposta deste documento vem ao encontro desses desafios, objetivando fundamentar teoricamente e nortear a implementação, nesse caso, da educação para o trânsito nas escolas públicas de educação básica, colaborando para a aprendizagem dos alunos no exercício da cidadania, para que se tenha uma sociedade mais justa, igualitária e ética.


12

O papel da escola ao trabalhar os temas transversais é colaborar, fomentar e integrar os conteúdos dos áreos do conhecimento, através da transversalidade e interdisciplinaridade, garantindo que o professor consiga contextualizar o conhecimento e torná-lo significativo e usual, possibilitando a transformação social.


Diante desse contexto, o ambiente escolar se torna propício para o desenvolvimento de atividades interdisciplinares, corroborando na construção de uma sociedade mais justa com um trânsito seguro, como afirma Lima (2016, p. 13):

O trânsito trabalhado da maneira transversal tem como especificidade o fato de, além de integrar conteúdos de diferentes áreas do conhecimento, também promover a aprendizagem e a socialização, sendo possível integrar uma proposta educativa em nível de atividades interdisciplinares, sem a necessidade de criar uma disciplina curricular.

Nesse sentido, trata-se de abordar a temática dentro do próprio conteúdo da disciplina tradicional. Esta integração possibilita aos estudantes desenvolverem uma crítica social, corroborando com sua formação integral, com visão de mundo. Faz-se necessário que os gestores(as) durante o planejamento do projeto político pedagógico, juntamente com sua equipe de profissionais, de maneira participativa, contemplem a educação para o trânsito e subsidiem a formação continuada para os docentes, para que estes conduzam os trabalhos com foco na aprendizagem significativa (Ausubel, 2003) dos estudantes.



## REFLEXÕES



O trânsito brasileiro é um dos mais violentos do mundo. Os números alarmantes de sinistros e vítimas (Quadro) despertam um alerta para a administração pública e a sociedade civil no sentido de unir esforços para realizar ações efetivas que possam reduzir o número de mortos e feridos no trânsito, buscando melhorias para uma convivência harmônica, mudanças de comportamento e posturas dos usuários das vias públicas. Por isso a importância da mobilização da sociedade.

Modalidade	Mês de												Total	
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez		
Autônoma	189	177	202	278	198	813	813	719	183	133	133	133	133	1.330
Coletiva	18	19	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	31
Monofunção	132	132	132	132	132	132	132	132	132	132	132	132	132	1.584
Docentes de transporte	292	292	292	292	292	292	292	292	292	292	292	292	292	3.504
Docentes de transporte	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	216
Docentes de transporte	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	144
Docentes de transporte	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	84	
Docentes de transporte	108	108	108	108	108	108	108	108	108	108	108	108	108	1.296
Total	613	598	648	698	648	2.466	2.466	2.188	528	379	379	379	379	4.440

Fonte: MEC/SEDUC - Sistema de Informação em Educação - SIE

De acordo com Schneider (2020), o espaço escolar é propício para desenvolver a temática "trânsito" através da construção do conhecimento, colaborando na formação cidadã dos alunos, despertando o sentimento de cidadania e comprometimento nas relações sociais, contribuindo para a redução da acidentalidade no país.

A educação para o trânsito inserida no contexto escolar ancorada à legislação e estratégias metodológicas educacionais, corrobora para uma sociedade mais consciente, na formação do cidadão, contribuindo para uma sociedade mais justa, igualitária e ética.

Se o que se deseja é uma sociedade justa, deve-se ter uma escola justa, aquela onde os alunos aprendem de forma significativa e são educados para a vida, como nos alerta Gatti (2009).

De acordo com o Artigo 32, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), o principal objetivo do ensino fundamental é a formação básica do cidadão, por meio da formação de atitudes e valores, bem como o aprendizado da tolerância recíproca necessárias para a vida em sociedade.

Nesse sentido, buscou-se a partir da pesquisa construída durante o mestrado, levantar desafios e potencialidades por meio das pesquisas acadêmicas que fizessem parte do corpus analítico, acerca da inserção da temática no contexto escolar.

As pesquisas apontaram alguns obstáculos para a inserção efetiva da educação para o trânsito nas escolas de educação básica, como: divergências em alguns documentos normativos, falta de orientações, políticas públicas inconsistentes, conteúdos programáticos rasos, falta de interesse dos profissionais da educação, dificuldade de compreender a temática, improvisação nas atividades, formação inicial e continuada precarizam de maiores discussões com aprofundamento e lacuna da gestão educacional e escolar.

Como potencialidades, surgiram possibilidades relevantes, tais como: a utilização das tecnologias digitais como instrumento pedagógico, formação de professores continuada a distância, metodologias de ensino fundamentadas em aulas dialógicas, participativas e lúdicas, e a Gestão Escolar Participativa.

Esses resultados nos fazem refletir o papel fundamental do Gestor (a) nesse processo da inserção da temática, desde o planejamento à formação docente, apontando que este seja o caminho para que realmente a educação para o trânsito consiga ganhar um espaço significativo dentro das escolas. E que por meio da educação, juntos, possa ser possível viver em um país com um trânsito mais seguro para essa e as próximas gerações, onde as vias públicas sejam espaços coletivos de harmonia e paz.

Gestor (a), o que você pode fazer para contribuir com essa causa?

## ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Durante o percurso da pesquisa foram elencadas algumas estratégias de ensino-aprendizagem, que são conceituadas como técnicas utilizadas pelos docentes com o objetivo de ajudar o estudante a construir o conhecimento.

Essas técnicas metodológicas são necessárias para extrair o melhor aproveitamento do aluno, ajudando-o a adquirir e fixar o conteúdo, finalizando com a aprendizagem significativa.

MÉTODO CONSTRUTIVISTA

GAMIFICAÇÃO



**APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA**

DESIGN THINKING

MÉTODO ATIVO



**MÉTODO FREIREIANO**

### MÉTODO CONSTRUTIVISTA

- Salas com menos alunos e organizadas em círculos
- Papel do professor na mediação e incentivo à participação ativa
- Acompanhamento constante do desempenho, considerando as particularidades de cada criança

### DESIGN THINKING

- Trabalha a criatividade
- Desenvolve no ambiente escolar a capacidade de propor diversas soluções
- Trabalho em equipe

### MÉTODO ATIVO

- Tecnologias digitais
- Autonomia dos estudantes e protagonismo
- Construção do conhecimento junto com o professor

### GAMIFICAÇÃO


- Aprendizado divertido e prazeroso
- Aumento o poder de raciocínio
- Pensamento crítico

### MÉTODO FREIREIANO

- Círculos de cultura
- Educação libertadora
- O aluno liberta-se por meio do conhecimento
- Aspecto socioculturais
- Contexto no qual está inserido
- Associação do conhecimento à realidade

Ambas metodologias culminam na aprendizagem dos estudantes. De acordo com Ausubel (2003), para que seja significativa, faz-se necessário atribuir significados a um conhecimento novo a partir da interação de conhecimentos prévios.

Conforme citado anteriormente, este documento orientador não tem como objetivo fazer um passo a passo de como deve ser a inserção da educação para o trânsito nas redes de ensino, porém fomentar a discussão da temática para minimizar impactos negativos na sociedade.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salienta-se a difícil tarefa de compartilhar em um documento escrito toda experiência vivenciada profissionalmente por anos acerca da temática e nos estudos oportunizados durante o mestrado em educação. Procurou-se que este documento fosse dialógico e reflexivo, sendo desenvolvido para alcançar o objetivo proposto: fomentar e subsidiar a reflexão acerca da inserção da educação para o trânsito nas redes de ensino.


Buscou-se ser um documento atrativo e didático. As proposições aqui colocadas configuram-se como um convite para serem colocadas em prática, de forma dialógica, reflexiva e participativa, envolvendo gestores (as), coordenadores (as), supervisores (as) e os (as) docentes.

Deve-se considerar a relevância do planejamento do Projeto Político Pedagógico da instituição e dos diálogos entre produção científica, escola e profissionais da educação. Expressa-se o desejo de divulgar o documento amplamente para que a discussão tenha uma maior proporção em nível nacional. Contribuindo com a inserção significativa da temática no processo de ensino e aprendizagem.


Resaltam-se que as discussões sobre a formação docente continuada deve ser sistemática e contínua, se amparando às atualizações das políticas públicas nacionais.

Salienta-se a importância da autorreflexão crítica do gestor (a) escolar quanto suas atribuições. Sua expertise e habilidades de liderança contribuem para o desenvolvimento de uma educação de qualidade. Seu trabalho deve proporcionar o melhor ambiente possível para o aprendizado, à formação integral dos estudantes e subsidiar a formação docente continuada.

Acredita-se que o ambiente escolar, para além da dimensão técnica e didática, é responsável pela formação humana. Dessa forma, o papel da escola é formar indivíduos conscientes, que compreendam o funcionamento das comunidades em que vivem e busquem formas de melhorá-las. Assim, a escola precisa inserir em seus conteúdos assuntos sociais, que reflitam a convivência harmônica na sociedade, e ensinar qual a importância de conhecer os direitos e deveres para o exercício pleno da cidadania.



## DICAS DE RECURSOS DIDÁTICOS E METODOLÓGICOS



O Observatório Nacional de Segurança Viária atua como Organização Consultora Especial junto ao Conselho Econômico e Social (ECO/SOC) da Organização das Nações Unidas (ONU) e está alinhado aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No Brasil, é reconhecido pelo Ministério da Justiça como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) operando como um órgão de inteligência que, por meio de educação, pesquisas, planejamento e informação, promove e executa os subsídios técnicos necessários ao convívio harmônico entre pessoas, veículos e vias.

O Observatório, em parceria com o Ministério da Educação e Conselho Nacional de Trânsito, desenvolveram o Programa EDUCA, que oferece uma abordagem crítica e relevante ao tema da Educação para o Trânsito, com o objetivo maior da preservação da vida humana. O conteúdo do programa está ancorado na legislação brasileira e alinhado ao BNCC. O Observatório Nacional de Segurança Viária disponibiliza conteúdos que contemplam o Ensino Fundamental anos iniciais e finais, com a finalidade de formar estudantes para o exercício da cidadania de forma que contribuam para a melhoria contínua e um trânsito mais seguro, diminuindo o número de ocorrências de trânsito no país.

O programa EDUCA faz uma abordagem crítica de temas transversais como Saúde, Meio Ambiente, Ética e Cidadania, nas diversas áreas do conhecimento, com foco na mobilidade urbana sustentável. O Projeto de Livros Didáticos contempla do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, inclui manual do professor com todas orientações de uso e foi aprovado pelo Conselho Nacional de Trânsito e pela Secretaria Nacional de Trânsito. Paralelo a esse trabalho, há ainda uma formação continuada a distância que é oferecida para os profissionais da educação que estejam desenvolvendo o programa nas redes de ensino. Apresenta ainda o Manual de Referencial Técnico, fomentando a formação docente.

<https://www.osnv.org.br/biblioteca/observatorio-educa>

## TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS NA BNCC

Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos

Documento oficial do governo que orienta as redes de ensino, possibilitando a inserção dos temas transversais em seus projetos escolares, contemplando a Educação para o Trânsito. Este documento mais detalhado pode esclarecer como esses temas podem ser inseridos no contexto da Educação Básica, de forma a contribuir com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e ética.

A proposta deste documento é fundamentar teoricamente e nortear a implementação dos temas transversais, nesse caso, da educação para o trânsito nas escolas públicas da educação básica, colaborando para a aprendizagem dos alunos no exercício da cidadania e fomentando a formação continuada de professores.

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/img/temas/temas/temas\\_conteudo\\_educacao\\_basica.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/img/temas/temas/temas_conteudo_educacao_basica.pdf)

## REFERÊNCIAS

AUSUBEL, David P. Aquisição e Retenção de Conhecimentos: Uma Perspectiva Cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003.

ARAÚJO, U. F. de. Apresentação à edição brasileira. In: BUSQUETS, M. D. et al. (Org.). Temas Transversais em educação. São Paulo: Ática, 6ª ed., 2001, p.5-17.

ARROYO, Miguel. Currículo, território em disputa. Petrópolis: vozes, 2011.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSEDUNIM, 2017.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CANÁRIO, R. Formação e desenvolvimento profissional de professores. Disponível em: <https://rispassuper.files.wordpress.com/2012/06/formdesenvoprofprofes.pdf>

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 23.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, B. A.; NUNES, M. M. R. (Org.) Formação de professores para o Ensino Fundamental: estudo de currículos das licenciaturas em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas. São Paulo: FOC/DFPE, 2009. (Coleção Textos FCC, v.29).

KIEFER, J. G. A educação a distância como apoio à implantação de um trânsito cidadão: a experiência da cidade de São Paulo. 2015. 432 f. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

LIMA, Roberta Torres. A educação para o trânsito como tema transversal: fundamentação pedagógica, ideológica e legal. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SCHNEIDER, E. J. POR QUE EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NA ESCOLA?. Comunicações, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 294-308, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/COMMUNITA/article/view/4226>. Acesso em: 1 nov. 2022.

## APÊNDICE B - *CORPUS DE ANALÍTICO (REFERÊNCIAS)*

ALMEIDA, E. G. **Educação para o trânsito no ensino fundamental: dimensões metodológicas e formativas no planejamento, na execução e na avaliação de sequências didáticas.** 2019. 64 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia de Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2019.

ANDRADE, S.C. **O conceito de currículo no contexto das propostas de educação para o trânsito.** 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2010.

ANJOS, D. M. **Aplicações das funções afim e quadrática na educação para o trânsito.** 2015. 53 f. Dissertação (Mestre em Matemática) - Universidade Federal do Ceará, Juazeiro do Norte, 2015.

BARBOSA, R.E. **Jogando para transitar seguro: uma experiência de educação para o trânsito.** 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BATISTA, L.S.A. **Contribuições do ensino de velocidade para a compreensão de fatores relacionados à educação para o trânsito no ensino fundamental.** 2019. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2019.

FRANCO, E.T.S. **Ações educativas para promover o agir comunicativo na interface matemática e trânsito: pesquisa sobre a própria prática.** 2013. 167 f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) - Universidade Estadual Paulista, Bauru.

FREIRE, L.F. **Círculos de cultura como prática pedagógica em educação para o trânsito na educação infantil.** 2020. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

GUIMARÃES, N.L.B. **Educação para o Trânsito: sua inserção nas quatro primeiras séries da educação fundamental.** 2001. 76 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2001.

KIEFER, J.G. **A educação a distância como apoio à implantação de um trânsito cidadão: a experiência da cidade de São Paulo.** 2015. 432 f. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História da cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

KIEFER, J.G. **Programa fazendo escola - Educando para novos valores no trânsito: um estudo de caso com professores.** 2011. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

LEDUR, J.R. **Educação para o trânsito no ensino de ciências: proposta de uma unidade de ensino potencialmente significativa.** 2015. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2015.

- LIMA, R.T. **A educação para o trânsito como tema transversal: fundamentação pedagógica, ideológica e legal.** 2016. Dissertação (Mestrado em saúde coletiva) - Universidade Federal de Lavras, Belo Horizonte, 2016.
- LUCIA, M.D. **Educação para o trânsito e a gestão da escola.** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Uberaba, Uberaba, 2014.
- MELO, E.S. **Educação para o Trânsito através dos jogos teatrais.** 2018. 283 f. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- PEREIRA, M. P. **A educação para o trânsito no Ensino Fundamental: horizontes para uma cidadania no Estado Neoliberal.** 2006. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.
- SANTOS, F. S. **A educação para o trânsito e o ensino de física: análise de uma sequência didática construída a partir da aprendizagem significativa e do Design Thinking.** 2018. 246 f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2018.
- SANTOS, R. C. **Educação para o trânsito no ensino fundamental: uma atitude emancipatória.** 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2017.
- SARTO, S. B. D. **Ações educativas no ensino fundamental sobre prevenção de acidentes de trânsito.** 2018. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2018.
- SCHNEIDER, E. J. **As contribuições da educação para a segurança no trânsito: um olhar na perspectiva humano cidadã.** 2020. 167 f. Tese (Doutorado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2020.
- SILVA, E. B. S. **O uso da bicicleta como forma sustentável de mobilidade urbana e promoção da qualidade de vida: um olhar sobre a cidade de Atibaia.** 2014. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.
- SILVA, I. R. **Campanhas educativas para o trânsito: a percepção sensível de jovens e adultos.** 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2013.
- SILVA, P. S. **O ensino do conceito de colisões no ensino médio e a formação do aluno para a cidadania no trânsito: avaliando o processo de ensino e aprendizagem.** 2016. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2016.
- SIMONELLI, L.M.C. **A necessidade da inserção da educação para o trânsito na educação básica: o desafio intermodal como um estudo de caso.** 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.
- SILVEIRA, S.R. **Estudo de uma ferramenta de Autoria Multimídia para a Elaboração**

**de Jogos Educativos.** 1999. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Computação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

**SOUZA, J. L. Sobre a forma e o conteúdo da educação para o trânsito no ensino fundamental.** 2010. 133 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Transportes) - Escola e Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

**URRUTH, H.G.S. Física e Segurança no Trânsito:** um curso de física e educação para o trânsito para jovens e adultos. 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Física) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.